

convergência

JUL/AGO ▪ 1996 ▪ ANO XXXI Nº 294

"RUMO AO NOVO MILÊNIO" INTERPELA A VIDA RELIGIOSA

Pe. C. Caliman, SDB

A VIDA CONSAGRADA À LUZ DO MISTÉRIO TRINITÁRIO

Fr. Prudente Nery, OFMCap.



convergência

SUMÁRIO

EDITORIAL

MUTIRÃO EVANGELIZADOR

DA IGREJA NO BRASIL 331

Maria Carmelita de Freitas, FJ

PALAVRA DO PAPA

RESPLANDECE O SOL DA SANTIDADE 333

INFORME CRB 336

"RUMO AO NOVO MILÊNIO"

INTERPELA A VIDA RELIGIOSA 343

Pe. C. Caliman, SDB

A VIDA CONSAGRADA À LUZ DO

MISTÉRIO TRINITÁRIO 351

Fr. Prudente Nery, OFM Cap.

TEOLOGIA TRINITÁRIA E POLÍTICA

APROXIMAÇÕES E DIFERENÇAS 357

Pe. Vítor Galdino Feller

A VIDA RELIGIOSA INSERIDA NO MEIO DOS

POBRES, À LUZ DA PALAVRA DE DEUS 368

Frei Carlos Mesters, O.Carm.

A VIDA CONSAGRADA E O

MANDATO MISSIONÁRIO 388

Fr. Silvestre Gialdi

NOSSA CAPA

Detalhe-arremate do Pannel sobre os 500 anos de Vida Religiosa no Brasil, de autoria dos artistas populares Anderson Sousa Pereira, MSC, e Elda Broilo, SC. Mostra a caminhada ou, melhor, a marcha confiante da Igreja de hoje. O segredo é a fé. O seu Deus-Libertador é Jesus de Nazaré. Os pobres sustentam a cruz da Evangelização. Solidária com eles, segundo e seguindo o Evangelho, a Igreja participa de suas lutas na cidade e no campo. A Mãe de Deus, a Virgem Maria, Nossa Senhora da Conceição Aparecida, indica a direção do amanhã. Vai à frente. Religiosos, mulheres e homens, se misturam. Somos um povo que alegre vai. O caminho é a nossa casa. Sempre estamos indo. Peregrinos no campo, na cidade, na favela e muito mais. Nos olhos, muita luz. Lá, bem dentro, a esperança que conduz (Pe. Marcos de Lima, SDB).

ASSINATURA PARA 1996:

BRASIL: taxa única

Terrestre ou aérea RS\$ 50,00

EXTERIOR: taxa única

Terrestre ou aérea RS\$ 85,00

Número avulso (Brasil) RS\$ 5,00

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.



convergência

Revista Mensal da
Conferência dos Religiosos
do Brasil: CRB

DIRETOR-RESPONSÁVEL:

Pe. João Roque Rohr, SJ

REDATOR-RESPONSÁVEL:

Pe. Marcos de Lima, SDB (Reg. 12679/78)

EQUIPE DE PROGRAMAÇÃO:

Coordenadora:

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Conselho editorial:

Ir. Afonso Tadeu Murad, FMS

Pe. Francisco Taborda, SJ • Pe. Jaldemir Vitorio, SJ

Frei Luiz Fernando Peixoto, OFM

Frei Prudente Nery, OFM Cap.

DIREÇÃO, REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO:

Rua Alcindo Guanabara, 24 • 4º andar

Cinelandia • Tel.: (021) 240-7299

20038-900 • Rio de Janeiro • RJ

DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO:

Edições Loyola

Rua 1822 n. 347 • Ipiranga

04216-000 • São Paulo • SP • Tel.: (011) 6914-1922

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do DPF sob o n. P.209/73

EDITORIAL

MUTIRÃO EVANGELIZADOR DA IGREJA NO BRASIL

Maria Carmelita de Freitas, FJ
Belo Horizonte — MG

Estão ressoando ainda pelo Brasil afora os ecos da última Assembléia Geral da CNBB (abril de 1996), que discutiu e aprovou o texto “Rumo ao Novo Milênio. Projeto de Evangelização da Igreja no Brasil em preparação ao grande Jubileu do ano 2000”. Dioceses, paróquias, CEBs, congregações religiosas, grupos e instituições de Igreja, cada qual em seu contexto e segundo suas possibilidades, buscam meios e instrumentos para inserir-se no grande “mutirão” de evangelização a que são convocados pelos Pastores.

Que a CNBB procure posicionar-se diante dos desafios do momento histórico não constitui propriamente uma novidade. Faz parte de sua tradição como corpo episcopal, animado pelo afeto colegial, essa atitude de abertura aos sinais dos tempos e de compromisso evangelizador corporativo, em resposta a esses sinais. Efetivamente, desde sua origem, a CNBB procurou fazer de suas Assembléias Gerais momentos privilegiados não só do exercício da colegialidade, senão também de comunhão e participação de todo o povo de Deus.

A “novidade” reside agora na natureza e no alcance do projeto aprovado. Trata-se de uma forma concreta de a Igreja no Brasil responder ao apelo do Papa, em sua Carta Apostólica *Tertio Millennio Adveniente*; da busca de uma resposta orgânica, que articule todas as forças vivas da grande comu-

nidade-Igreja no Brasil e as dinamize num verdadeiro “mutirão” evangelizador. O objetivo do projeto é, assim, despertar e mobilizar a consciência eclesial diante da urgência de uma nova evangelização para um novo milênio. “Novos tempos pedem compromisso firme dos católicos diante das novas condições históricas, e exigem também novos métodos, novas expressões para a fé cristã, a fim de que a Boa Nova de Jesus Cristo seja mensagem atraente para mulheres e homens de hoje”, diz o comunicado da CNBB à imprensa, apresentando o projeto.

A vida religiosa apostólica é diretamente interpelada a participar desse “mutirão” evangelizador, a partir dos carismas próprios de cada Instituto. Efetivamente, religiosos e religiosas constituem, por sua vocação na Igreja, um extraordinário potencial evangelizador. Com sua presença e sua atuação apostólica nas diferentes igrejas particulares e nas várias situações humanas, todos são agora convocados a somar energias, iniciativas e esforços na direção das grandes metas que se propõe a Igreja no Brasil com o projeto “Rumo ao Novo Milênio”. Como potenciar em cada congregação, em cada província, em cada comunidade local, nas várias instituições ou no meio do povo a participação efetiva de religiosos e religiosas neste singular “mutirão” eclesial é hoje a grande tarefa que nos incumbe a todos.

CONVERGÊNCIA quer entrar nesse “mutirão”, e oferece hoje aos seus leitores e leitoras um valioso subsídio para a reflexão e a ação, no artigo do Pe. Cleto Caliman, “*Rumo ao Novo Milênio interpela a Vida Religiosa*”. Nele, o autor expressa sua convicção de que, na passagem para o Terceiro Milênio do cristianismo, a vida religiosa saberá dar a sua contribuição evangelizadora, em fidelidade criativa à sua grande tradição, sem distrair-se em entusiasmos fáceis ou tentações milenaristas, consciente de que o *Kairós*, o tempo de libertação inaugurado em Jesus Cristo, não se atualiza por um toque mágico, mas foi e continua sendo fruto de um compromisso com a transformação do mundo, com a conversão dos corações e da história.

O texto do projeto lembra que o dinamismo missionário da Igreja tem como fonte última a sua inserção no mistério trinitário. O artigo de Fr. Prudente Nery, “A Vida Consagrada à luz do mistério trinitário”, quer ajudar os leitores a situar-se nessa grande perspectiva. Numa linguagem profundamente sapiencial, o autor recorda uma verdade extremamente importante para a evangelização do mundo atual: que “Deus e o mundo não são adversários, mas diferenças que se amam; por isso, ao abraçarmos as criaturas estaremos tomando nos braços não apenas os seus limites, fragilidades e sombras, mas também o seu infinito mistério: Deus mesmo”. O mandato missionário da vida consagrada, que constitui parte integrante de sua natureza, tem, portanto, sua origem no amor fontal do Deus Trindade. Essa verdade radical da

nossa vocação na Igreja é tratada de maneira pertinente no artigo de Fr. Silvestre Gialdi, “A vida consagrada e o mandato missionário”.

O tema da Campanha da Fraternidade de 1996 continua sendo objeto de interesse e de reflexão, sobretudo na perspectiva de um ano de eleições no país. O artigo de Vítor Galdino Feller trata de relacionar Trindade e política. Quer ajudar religiosos e religiosas a captar melhor, sob um novo ângulo de abordagem, os fundamentos trinitários da política, e a “perceber como o imaginário teológico tem a ver com o exercício do poder eclesial e social”. Por sua vez, Fr. Carlos Mesters, com sua conhecida paixão pela Palavra de Deus, nos convida a rever nosso seguimento de Jesus, na atual conjuntura do país e do continente. Seu artigo “A Vida Religiosa inserida no meio dos pobres à luz da Palavra de Deus” interpela não só religiosas e religiosos inseridos, senão a vida religiosa em sua globalidade, num momento em que, “como outrora o povo hebreu, estamos entrando no deserto sem água e sem comida”, e nos perguntamos perplexos pelo sentido básico de nossa presença/ação nesse deserto da pós-modernidade.

A palavra do Papa vem projetar mais luz no caminho de incertezas e buscas deste final de milênio. Proclamando beatos e beatas homens e mulheres do nosso tempo, aponta com vigor para a meta da santidade a que somos permanentemente convocados no amor do Deus Trindade e no serviço humilde ao mundo.

PALAVRA DO PAPA RESPLANDECE O SOL DA SANTIDADE

JOÃO PAULO II ELEVA SEIS NOVOS BEATOS ÀS HONRAS DOS ALTARES

“Se Me amardes, guardareis os meus mandamentos” (cf. Jo 14,15).

1. Neste dia, sexto domingo do tempo de Páscoa, a Igreja convida-nos a louvar a Deus, confirmando com a solene liturgia de Beatificação a veneração para com os servos de Deus Alfredo Ildefonso Schuster, Filipe Smaldone, Genaro Maria Sarnelli, Maria Rafaela Cimatti, Cândida Maria de Jesus Cipitria y Barriola, Maria Antônia Bandrés y Elósegui.

É a eles que se referem as palavras do Evangelho hodierno: *“Se Me amardes, guardareis os meus mandamentos”*. Os novos beatos *observaram a Palavra de Cristo e, deste modo, demonstraram-Lhe o seu amor* (cf. Jo 14,15.21).

Realizou-se neles quanto o Senhor havia prometido aos discípulos: *“Se alguém Me ama, guardará a Minha palavra: Meu Pai amá-lo-á e viremos a ele e faremos nele morada”* (Jo 14,23).

Esses servos de Deus *foram templo vivo da Santíssima Trindade; agora encontram-se na sua morada por toda a eternidade*: *“Nesse dia, conhecereis que estou em Meu Pai e vós em Mim e Eu em vós”* (Jo 14,20).

Adoraram a Cristo em seus corações, como ensina São Pedro, *“sempre prontos*

para responder” a quem perguntar a razão da esperança que *“neles está”*. Com docura, respeito e consciência reta *demonstraram-se prontos* — se esta era a vontade de Deus — a *“sofrer fazendo o bem”*, antes que praticar o mal (cf. 1Pd 3,15-17).

Quanto é anunciado pela liturgia pascal atuou-se plenamente neles, segundo a vocação específica de cada um.

2. *“Se alguém Me ama, guardará a Minha palavra; Meu Pai amá-lo-á e viremos a ele”* (Jo 14,23; cf. *Aclamação ao Evangelho*).

O amor por Cristo, expresso num incansável serviço à Igreja, constituiu o coração da espiritualidade e da atividade apostólica de *Alfredo Ildefonso Schuster*, durante longos anos incansável Pastor da Arquidiocese de Milão. *“Um homem de oração, de estudo e de ação”* — definiu-o D. Giovanni Battista Montini no discurso pronunciado por ocasião do ingresso na Arquidiocese —, *“solícito não de outra coisa que da salvação espiritual do seu povo”* (*Revista diocesana milanese*, Janeiro de 1955, 9).

O espírito de oração e de contemplação, próprio da tradição beneditina na qual ele tinha sido formado, animou o seu ministério pastoral. A espiritualidade monásti-

ca, sustentada pela meditação cotidiana da Sagrada Escritura, é como que dilatada, quer na ativa colaboração com a Santa Sé, quer no generoso serviço à comunidade ambrosiana, “por ele até o fim edificada e confortada com a celebração assídua e devota dos Mistérios Sagrados e o exemplo de uma vida límpida e coerente” (*Missal ambrosiano, Prefácio da memória*).

O cardeal Schuster ofereceu ao clero milanês um exemplo luminoso de como podem ser harmonizadas a contemplação e a ação pastoral. Ele continua ainda hoje a indicar, a cada sacerdote e a cada pessoa chamada a trabalhar na vinha do Senhor, o supremo valor do amor para com Deus, fundamento da comunhão fraterna e do apostolado. “No final – ele escreveu – o que conta para a verdadeira grandeza da Igreja e dos seus filhos é o amor” (*Scritti*, pág. 27).

3. “*Aquele que Me ama será amado por Meu Pai e Eu amá-lo-ei e manifestar-Me-ei a ele*” (Jo 14,21). A caridade para com Deus e para com o próximo foi intensamente vivida e encarnada também pelo sacerdote de Lecce, *Filipe Smaldone*, cuja existência foi caracterizada por constante atenção para com os pobres e por extraordinário impulso apostólico. Essa grande *testemunha da caridade* intuiu que devia exercer a própria missão no sul da Itália, dedicando-se de modo particular ao *cuidado e à educação dos surdos*, para os inserir ativamente na sociedade.

Sua intensa e sólida espiritualidade sacerdotal, nutrida de oração, de meditação e de penitência também corporal, impeliu-o a um serviço social aberto àquelas intuições precursoras que a autêntica caridade pastoral sabe suscitar.

Esse generoso sacerdote, pérola do clero do sul, fundador das Irmãs Salesianas dos Sagrados Corações, empenhadas de modo prioritário na educação dos surdos-mudos, é hoje proposto à veneração da

Igreja universal, a fim de que todos os fiéis, seguindo o seu exemplo, saibam testemunhar o *Evangelho da caridade* no nosso tempo, em particular mediante a solicitude para com os mais necessitados.

4. “Venerai Cristo Senhor nos vossos corações” (1Pd 3,15). Estas palavras da Carta de São Pedro põem bem em evidência a intensa e fecunda atividade apostólica que *Gennaro Maria Sarnelli*, redentorista, realizou tanto pela pregação ao povo como com os numerosos escritos. A *íntima comunhão pessoal que ele entretinha com Cristo* foi a constante fonte de seu incansável zelo pastoral.

Sua vicissitude humana e religiosa, como a de Santo Afonso Maria de Ligório, de quem foi amigo e colaborador, expressou-se de modo particular *numa acentuada sensibilidade para com os pobres*, aproximados e acolhidos na luz de sua realidade de filhos de Deus.

Sua ação evangelizadora foi caracterizada por grande dinamismo: ele soube conciliar o empenho missionário com a atividade de escritor e com o ministério, não menos empenhativo, de conselheiro e guia espiritual. Embora procedendo segundo os esquemas culturais do tempo, o novo beato jamais descuidou de procurar *formas renovadas de evangelização*, a fim de responder aos desafios emergentes. E por esse motivo, embora vivesse num período histórico, sob muitos aspectos distante do nosso, Gennaro Maria Sarnelli pode ser indicado à comunidade cristã de hoje, no limiar do novo milênio, como exemplo de apóstolo aberto a acolher qualquer inovação útil para um anúncio mais incisivo da perene mensagem da salvação.

5. “*Bendito seja o Senhor... não me negou a sua misericórdia*” (cf. Sl 65,20). A misericórdia divina é a chave de leitura da espiritualidade simples e profunda de *Maria Rafaela Cimatti*, religiosa das Irmãs Hospitaleiras da Misericórdia. Na infinita

misericórdia de Deus, de que fala o salmista, ela inspirou a sua ação, especialmente no serviço aos pobres e aos sofredores. Essa mulher, que hoje é elevada às honras dos altares, consumou-se a si mesma na total consagração a Deus e no silencioso e diuturno serviço aos doentes. Viveu, com espírito de sacrifício e com disponibilidade sempre pronta, quer os humildes afazeres cotidianos, quer a escuta e o acolhimento de quantos a ela recorriam em busca de conselho e de conforto, quer as tarefas de responsabilidade às quais foi repetidas vezes chamada.

Em nosso tempo, marcado não raro pela indiferença e pela tentação de se fechar diante das necessidades do próximo, essa humilde religiosa constitui um luminoso exemplo de *feminilidade plenamente realizada no dom de si*. Ela anuncia e testemunha a esperança evangélica, manifestando a quantos sofrem, no corpo e no espírito, o rosto de "Deus, Pai das misericórdias e Deus de toda a consolação, o Qual nos consola em todas as nossas tribulações" (2 Cor 1,3-4).

6. Guardar os mandamentos de Jesus é a prova suprema do amor a Ele (cf. Jo 14, 21). Assim o entendeu a madre *Cândida Maria de Jesus Cipitria y Barriola*, que já em sua juventude dizia: "Eu só para Deus", e no momento de sua morte afirmava: "dos quarenta anos da minha vida religiosa não recorde um só momento que não tenha sido para Deus". Sua profunda experiência do amor de Deus a cada uma das suas criaturas, levou-a a corresponder com generosidade e entrega. Plasmou sua caridade para com o próximo na fundação da Congregação das *Filhas de Jesus*, com o carisma da educação cristã da infância e juventude. As atenções que prodigalizava às suas religiosas, aos benfeitores de suas obras, aos sacerdotes, às alunas, aos necessitados, até se fazer universal, são uma manifestação visível de seu amor a Deus, de seu segui-

mento radical de Jesus e da sua consagração total à causa do seu Reino.

Madre Cândida disse um dia a uma aluna do seu Colégio de Tolosa: "Tu serás Filha de Jesus". A jovem era *Maria Antônia Bandrés y Elósegui*, que hoje sobe com a fundadora à glória dos altares. Enamorada de Jesus, procurou que os demais também O amassem. Como catequista formadora de empregadas, missionária no desejo sendo já religiosa, despendeu sua breve existência em compartilhar, amar e servir os outros. Em sua enfermidade, unida a Cristo, deixou-nos um exemplo eloquente de participação na obra salvadora da cruz.

O testemunho das vidas dessas duas novas beatas enche de alegria a Igreja e há de mover a sua Congregação, espalhada por tantos países da Europa, da América e da Ásia, a seguir seus ricos ensinamentos, o modelo de sua entrega e a perseverança em sua fidelidade ao carisma recebido do Espírito.

7. "Aclamai ao Senhor, toda a terra, cantai a glória do Seu nome, tornai glorioso o Seu louvor. Dizei: "Quão magníficas são as Vossas obras!" (Sl 65,1-3).

Entre as maravilhas que Deus realiza continuamente, reveste singular importância a obra maravilhosa da santidade, porque se refere diretamente à pessoa humana.

A santidade é a plenitude da vida: *Glória Dei vivens homo*. A glória de Deus é o homem vivo. *Vita autem hominis visio Dei*: mas a vida do homem é a visão de Deus (cf. Santo Ireneu, Adv. haer., IV, 20, 7).

Grandes são as vossas obras, ó Senhor! Na vida e na fé de Maria, mãe da Igreja; na vida e na fé desses nossos irmãos e irmãs, hoje proclamados beatos, contemplamos as maravilhas do vosso amor.

Juntamente com eles aclamemos: Glória e louvor a Vós, ó Cristo, Redentor do mundo. Amém!

Carta do Presidente da CNBB, D. Lucas Moreira Neves, a todos os Religiosos e Religiosas do Brasil, por motivo da recente publicação da Exortação Apostólica Pós-Sinodal do Santo Padre João Paulo II sobre a Vida Consagrada.

Itaici, 23 de abril de 1996
P n° 420/96

Prezado irmão e irmã
na vida consagrada,

a paz de Cristo Ressuscitado.

Reunidos em nossa 34ª Assembléia Geral, desejamos, os bispos do Brasil, saudar, com afeto, a cada prezado irmão e irmã na vida consagrada e enviar a todos uma palavra de estima, gratidão e encorajamento.

Alegramo-nos ao lhes apresentar a recente exortação apostólica pós-sinodal do Santo Padre João Paulo II, publicada em 25 de março de 1996 sobre a "Vida Consagrada e a sua missão na Igreja e no Mundo". É generoso e providencial dom de Deus que há de fomentar a entrega total, a comunhão fraterna e o zelo missionário dos que se consagram, de modo especial e em formas tão variadas, ao louvor da Santíssima Trindade e ao serviço dos irmãos.

Nesta ocasião é nosso desejo expressar gratidão a Deus pelo empenho daqueles e

daquelas que, imitando Cristo pobre, casto e obediente ao Pai, dão à Igreja testemunho de vida consagrada, pessoal e comunitária, da qual Maria Virgem e Mãe é perfeito modelo.

A vida de oração e apostolado dos consagrados anima nossas Igrejas particulares a crescer na santidade a que todos somos chamados.

Incentivamos todos à leitura e meditação desta inspirada exortação sobre a "Vida Consagrada".

Pedimos a Deus que nos conserve sempre unidos – Pastores, consagrados e todo o povo de Deus – e que a todos conceda sua bênção, penhor de perseverança, paz e alegria no serviço divino.

Em Jesus e Maria,

† Lucas Card. Moreira Neves, O.P.
Presidente da CNBB

DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO URBANA, FUNDIÁRIA E HABITACIONAL

De 3 a 14 de junho de 1996, a ONU realizou, em Istambul (Turquia), a Conferência Mundial sobre os Assentamentos Humanos – Habitat 2, com os temas: habitação adequada para todos e desenvolvimento sustentável num mundo urbanizado.

O Brasil enviou um Relatório Nacional de 159 páginas sobre a situação urbana e habitacional.

O encarte do boletim “Notícias” da CNBB publicou alguns trechos do referido relatório que transcrevemos para as comunidades religiosas.

As desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira vêm sendo agravadas pela crescente concentração de renda dos últimos 30 anos: o país alcançou grande crescimento industrial convivendo com uma das maiores concentrações de renda do mundo. Enquanto os 10% mais ricos apropriam-se de quase metade da renda total (48,1%), aos 10% mais pobres cabem apenas 0,8% do total de rendimentos.

Enquanto o consumo de vários produtos industriais modernos é estimulado pela mídia e facilitado pelo crédito, tornando-os acessíveis mesmo para as camadas de baixa renda, não ocorre o mesmo com a habitação. O alto custo dos fatores de produção, o uso de processos construtivos inadequados, o custo da intermediação financeira e as condições oferecidas pelos sistemas de crédito resultam em produtos inacessíveis para a maior parte da população brasileira, a qual não participa do mercado imobiliário formal.

A evolução da provisão da habitação

popular mostra a tendência de eliminar dos salários a parcela referente ao pagamento da moradia. A construção da casa nos fins de semana, durante horário de descanso, o longo tempo dispendido nos transportes deficientes (relacionado com a ocupação precária da periferia) e a ausência de serviços urbanos fundamentais contribuem para desgastar uma força de trabalho submetida a extensas jornadas. Nos expedientes utilizados pela população trabalhadora, com baixos salários, para se prover de moradia, ficam nítidas as contradições entre crescimento e pobreza e modernidade e exclusão da sociedade urbano-industrial moderna.

A gravidade dos problemas urbanos, fundiários e habitacionais que afetam o cotidiano de milhões de pessoas em todo o território nacional faz com que a questão urbana e habitacional requeira maior adesão da sociedade, bem como seja considerada prioritária na formulação de políticas públicas.

A superação de um quadro urbano marcado por conflitos sobre modernização, exclusão e desigualdade requer continuidade da ação governamental, aumento dos investimentos habitacionais, formulação de políticas urbana, fundiária e habitacional mais consistentes e aceleração do processo legislativo necessário ao aprimoramento dos instrumentos de intervenção urbana.

A desequilibrada ocupação do espaço urbano é um problema que salta aos olhos do observador das cidades brasileiras, onde comportamentos especulativos prevalecem sobre a função social do solo urbano. Predomina nas cidades brasileiras um padrão de ocupação onde convivem: um grande número de lotes vagos e de enormes glebas ainda não urbanizadas, áreas densamente edificadas por arranha-céus ou intensamente ocupadas por favelas e um crescimento horizontal excessivo da mancha urbana. Esse processo desordenado gera uma demanda desmedida por serviços e infraestrutura urbana, requerendo intenso fluxo de investimentos.

A dificuldade ou mesmo impossibilidade de acesso à terra urbana por intermédio dos mecanismos de mercado por uma parcela majoritária da população, numa sociedade com um intenso processo de urbanização, gera formas ilegais de assentamentos humanos, como as favelas, mocambos, alagados ou loteamentos clandestinos ou irregulares. Nesses locais, o auto-emprego da moradia popular, garantido pelo esforço da população, sem assistência técnica e financiamento oficial, tem possibilitado precariamente o alojamento popular.

Durante as décadas de 70 e 80 e metade da de 90, marcadas pela crise econômica e pelo empobrecimento da população, os assentamentos ilegais cresceram muito mais do que as cidades. Em São Paulo, onde, desde a década de 40, os loteamentos periféricos clandestinos e a autoconstrução da casa própria predominavam, a população favelada passou de 1,2% da população total em 1973 para 8,9% em 1987 e 19,8%

em 1993, tornando-se a alternativa habitacional que mais cresce. No Rio de Janeiro, cidade em que o processo de favelização é mais antigo, verifica-se o mesmo: entre 1980 e 1991, a população total cresceu 17,7% contra 32% de crescimento da população favelada.

Ao lado de favelas e loteamentos irregulares já consolidados e invasões ou ocupações clandestinas recentes, surge também, na cidade dos anos 90, um novo tipo de alojamento precário sugestivo destes tempos de agudização da polarização entre modernização e exclusão: a "moradia" na rua. Ao contrário dos tradicionais sem-teto, seus habitantes trabalham com regularidade e têm necessidade de estar próximos ao local de trabalho, mas já não encontram vagas a custo compatível em locais próximos. São famílias que ocupam as calçadas e praças públicas ou vivem embaixo dos viadutos. Não é apenas a falta de moradia que provoca tais situações agudas de miséria habitacional; ela é resultado de um processo urbano mais complexo: o custo e o tempo necessário para o deslocamento entre os locais de trabalho e as áreas periféricas onde a moradia pode ser possível a baixíssimo custo.

Esse quadro não será alterado enquanto não se democratizar o acesso à propriedade da terra e não se reconhecer a predominância do interesse coletivo sobre o individual, garantindo o respeito à função social da propriedade como dispõe a Constituição Federal. Ele representa, simbolicamente, o esgotamento de um processo de expansão urbana periférica e especulativa que desrespeita as funções sociais da cidade e coloca finalmente em pauta a necessidade de se viabilizar outra concepção de assentamento popular.

COMUNICADO DO XIII ENCONTRO ESTADUAL DA VIDA RELIGIOSA NEGRA E INDÍGENA

Nós, religiosos(as) negros(as) e indígenas, reunidos em Duque de Caxias, RJ, no XIII Encontro Estadual do GRENI, nos dias 17 a 19 de Maio, refletindo e dialogando sobre o tema: formação e inculturação, sentimos a necessidade de documentar o fruto de nosso trabalho a fim de apontarmos pistas que facilitem uma formação mais inculturada.

Ao tratar desse assunto, deparamos com a realidade existencial da ideologia do embranquecimento. Essa ideologia está presente tanto nos jovens que procuram a vida religiosa como nas pessoas que já pertencem a ela.

Para que aconteça uma formação inculturada é necessário se colocar do lado do negro e do indígena, do jovem de qualquer região, com o seu jeito e modo próprio de ser, de celebrar, de viver, sobretudo de fazer a experiência de Deus. Não só isso, mas desencadear um processo que possibilite ao formando chegar a ser pessoa. E ser pessoa é ser etnicamente inteiro.

O espaço de formação, na medida em que se propõe que o formando seja, deve ajudá-lo a não camuflar sua história, sua negritude com tudo o que supõe de aceitação e integração de sua cultura, seu valor estético, sua capacidade intelectual e sua afetividade.

Criar o espaço para o formando ser é responsabilidade não só do formador mas de toda a Congregação. Deixar os jovens e as jovens negras e indígenas se expressarem como são, já que cada etnia tem sua maneira de expressar a beleza, a afetividade, a experiência de fé e evitar as críticas

silenciosas, camufladas, que produzem sofrimentos fortes e que, por serem sutis, não dão à pessoa a possibilidade de enfrentar, questionar, dialogar. Pelo contrário, quando a Comunidade é aberta, facilita a troca, a transferência, a liberdade de expressão, muitas feridas vão sendo curadas.

Destacamos a importância de o formador se envolver no processo formativo estabelecendo um questionamento constante da própria identidade de formador e formando.

Muitos dos jovens que vêm para a Vida Religiosa já participam de um trabalho pastoral com o povo, e com o povo pobre, sofrido, assim como tem responsabilidade profissional. A Vida Religiosa precisa estar atenta para não infantilizar a pessoa, cerceando-lhe a capacidade de autonomia e decisão, desencadeando um processo de formação desencarnado da realidade e desligando a teoria da prática.

As congregações estudam uma maneira de ir colocando as casas de formação no lugar geográfico em consonância com a realidade social dos formandos.

Os jovens que chegam à Vida Religiosa pertencem a camadas populares e empobrecidas da sociedade. Ao entrar na Congregação, encontram uma realidade social, econômica e estrutural diferente. Lidar com as duas realidades traz dificuldade de integração, pois a pessoa precisa se organizar, e isto requer tempo; ser tratada como pessoa, com seus valores culturais e étnicos. A descoberta de seu valor pessoal e étnico abrirá novos caminhos de libertação e profetismo.

Alguns passos fundamentais que devem ser observados na inculturação da formação:

1. Considerar que boa parte das vocações chega trazendo um certo grau de rejeição de sua cultura originária.
2. Que todo(a) religioso(a) que se descobre de origem indígena ou negra(o), ao iniciar o processo de redescoberta cultural, pode ter um período de turbulência em seu processo existencial. Isso precisa ser entendido como normal.

3. O bom formador não precisa ser, necessariamente, da mesma cultura do formando, e sim ter sensibilidade, abertura e pensamento pluricultural.

Para que esse processo todo se torne realidade concreta é indispensável que todos, na formação inicial e na permanente, conscientizemo-nos, cada vez mais, da necessidade da inculturação, para o que muito ajudarão os estudos, reflexões, diálogos etc.

Assinam 68 participantes, provenientes de 35 diferentes congregações religiosas.

4

III SEMINÁRIO MULHER CONSAGRADA MULHERES PROSTITUÍDAS: VIDA E CIDADANIA. QUESTÕES METODOLÓGICAS.

INSPIRAÇÃO

O apelo à CRB Nacional de várias irmãs que convivem e trabalham com mulheres prostituídas ecoou profundamente no Grupo de Reflexão Mulher Consagrada (GRMC Nacional). Tal provocação fez gerar o III Seminário Nacional do GRMC, que veio à luz nos dias 4 a 8 de junho de 1996, em Belo Horizonte. Já em março nossos corações se dilataram para acolher um bom número da Filhas de Maria Auxiliadora de todas as Inspetorias do Brasil. A partir daí o enfoque foi ampliado, considerando-se a realidade das Meninas de Rua nas Instituições e as Meninas na Rua.

REALIZAÇÃO

Desde o início do seminário, de forma dinâmica, criativa e celebrativa, foi feita a

apresentação das participantes. Proclamada a Palavra de Deus, nos olhamos, nos tocamos, nos escutamos, pronunciamos, por grupos de cores, nossos próprios nomes. Partilhamos nossos desafios e expectativas. Éramos 59 irmãs, vindas de quase todos os Estados do Brasil, formando um só coração, trazendo em nossas entranhas uma multidão de mulheres e meninas, muitas presentes com seus próprios nomes e apelidos, solidárias em uma mesma causa comum.

DINÂMICAS

As reflexões e a partilha dos grupos iniciais foram a plenário, e seus desafios expressos em papelógrafos. Daí a coordenação sistematizou os assuntos, organizou-os em alguns grandes blocos e propôs ao grupo o aprofundamento de quatro temas predominantes.

TEMAS E ASSESSORIAS

Alguns destaques, por Ir. Olímpia Gaio, sobre a PROSTITUIÇÃO em geral: São diversas as posturas em relação à prostituição, considerada como trabalho, profissão, vício social, perversão, venda do prazer sexual aos homens. As mulheres prostituídas são símbolos da perversão e trazem uma mescla de desejo, ódio e medo, consideradas como culpadas, perigosas, pecadoras. Em torno delas desenvolvem-se mitos que justificam a prostituição e estigmatizam as mulheres, geralmente escravas e vítimas do machismo, da exploração, do consumismo, da ênfase desproporcional que a sociedade dá e faz propaganda do prazer sexual.

AFETIVIDADE/SEXUALIDADE

Baseando-se no Diagrama das Etapas do Crescimento de Erick Erickson, Ir. Terezinha Esperança Merandi referiu-se aos três níveis que se relacionam entre si e nos quais acontecem eventos significativos em nossas vidas: psicobiológico, psicossocial, psico-racional/espiritual. Aludiu aos oito estágios do desenvolvimento humano que permitem ao ser humano chegar ao estágio maduro. Destacou as etapas adultas, que vão em conjunto: Intimidade, Fecundidade, Integridade. Foram indicadas pistas para avaliar nossa sexualidade, levantados alguns questionamentos, tais como: Onde estão as defesas que não nos permitem ser inteiras como mulheres adultas? O que não conhecemos de nossas vidas somos condenadas a repetir. O que nos serve para o futuro, para o presente?

Após uma dinâmica de conhecimento e contemplação de nosso próprio corpo de mulher e do de nossa companheira do lado, de um texto chocante e controvertido de Eclesiástico 42, 9-14, Ir. Rosa Adela Osorio nos lançou algumas reflexões sobre a MÍSTICA: Carregamos a mística em nosso ventre de mulheres, experiência que não

se encontra nem nos livros, nem nas estruturas de poder. A mística cria e recria em nós e a partir de nós; ela nos lança para fora de nós.

Algumas QUESTÕES METODOLÓGICAS foram levantadas por Ir. Ana Helena Andreão: a importância de termos um projeto, um planejamento e o avaliarmos continuamente; a necessidade da sistematização e da memória da experiência; a exigência de termos objetivos claros: Sei o que quero? Aonde quero chegar? Para quê? Trabalho para mudar ou para manter o sistema?

COMPROMISSOS E PROPOSTAS PARA CONTINUAR A CAMINHADA

COMPROMISSOS ASSUMIDOS PELAS PARTICIPANTES DO SEMINÁRIO

1. Reforçar a autoformação, especialmente no que diz respeito à realidade mais ampla onde estão inseridas a problemática da prostituição e a exclusão das mulheres.
2. Refletir sobre nossa prática, buscar maior clareza de objetivos e sistematizar melhor nossos trabalhos.
3. Vivenciar a mística do cotidiano e aprofundar a espiritualidade que nos leva a assumir o compromisso com as meninas e mulheres excluídas.
4. Buscar maior articulação com outras pastorais sociais, movimentos e grupos afins.
5. Ocupar espaços nos MCS para defender a vida e divulgar experiências e iniciativas neste sentido.

PROPOSTAS E SOLICITAÇÕES À CRB (NACIONAL E/OU REGIONAIS) E AO GRMC

1. Incentivar mais o compromisso de religiosas e religiosos com as mulheres excluídas.

2. Por meio de publicações e da reflexão nos diferentes grupos e espaços, resgatar a memória histórica das congregações que têm em sua origem o compromisso com mulheres excluídas.
3. Promover cursos e seminários que ajudem na capacitação metodológica das religiosas e religiosos que atuam junto aos excluídos e excluídas, servindo-se, para isto, de assessoria especializada.
4. Incentivar a realização de projetos intercongregacionais em favor dos excluídos e excluídas (por exemplo casas para meninas e adolescentes que desejam sair das ruas).
5. Contribuir, de maneira particular, na formação das religiosas que atuam junto às

mulheres prostituídas (uma vez que a Pastoral da Mulher Marginalizada ainda é muito frágil e dispõe de poucos recursos neste sentido).

6. Fazer uma sondagem que permita verificar anseios, dificuldades e necessidades das irmãs que trabalham em paróquias, CEBs e outros espaços de fronteira, e apoiá-las efetivamente em seu compromisso.
7. Incentivar a realização de encontros inter-regionais com religiosas que trabalham com mulheres excluídas e organizar um seminário nacional em 1999.

Atenção! Aguardem, para o 1º semestre de 1997, uma PUBLICAÇÃO da CRB Nacional com os principais conteúdos deste seminário.

"RUMO AO NOVO MILÊNIO" INTERPELA A VIDA RELIGIOSA

Pe. C. Caliman, SDB

No limiar do terceiro milênio,
a Vida Religiosa está sendo mais
uma vez chamada a uma
resposta entusiasmada para
participar de um mutirão de
evangelização, expressando sua
experiência de Deus,
sua vivência de fraternidade,
sua missão própria no serviço ao
povo de Deus.

Na recente Assembléia Geral da CNBB, realizada de 17 a 26 de abril de 1996, os Bispos aprovaram um documento intitulado *"Rumo ao Novo Milênio. Projeto de evangelização da Igreja no Brasil em preparação ao grande Jubileu do ano 2000"*¹. É uma solene convocação para um "mutirão de evangelização", em resposta ao apelo do papa João Paulo II, na carta apostólica *"Tertio Millennio Adveniente"*, de 10 de novembro de 1994, para celebrarmos com entusiasmo e gratidão os 2.000 anos do nascimento de Jesus Cristo. Enfim, uma solene entrada para o terceiro milênio do cristianismo.

O projeto de evangelização da CNBB tem muito a ver com a Vida Religiosa des-

de a sua origem. Na prática, ele nasceu de uma feliz conjunção de um esboço gerado na CRB, assumido por Dom Serafim F. de Araújo, e de sugestões da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB. Viu-se nessa convocação do Papa uma chance para um novo impulso evangelizador em nossas Igrejas. A sugestão que surgiu foi apresentada à Assembléia Geral da CNBB de 1995. Desde então o projeto foi sendo enriquecido e complementado, até chegar à Assembléia deste ano.

No conjunto, o projeto articula os elementos principais da carta apostólica do papa *"Tertio Millennio Adveniente"* com as orientações pastorais das *"Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil de 1995-1998"* e o ardor missionário suscitado no 5º Congresso Missionário Latino-americano, realizado em Belo Horizonte, de 18 a 23 de julho de 1995.

Na mensagem de apresentação do documento os bispos do Brasil afirmam que "o principal objetivo do projeto é suscitar em todos novo ardor e coragem na missão de evangelizar, capazes de criar novas expressões para que a mensagem salvífica de Jesus Cristo seja mais conhecida e, conseqüentemente, seguida com amor e generosidade, especialmente pelos jovens". Compete a todo o povo de Deus, afirmam os bispos, realizar o projeto de evangelização. Em especial, são convocados "os presbíteros, os diáconos, os consagrados e consagradas, os leigos e leigas envolvidos na ação pastoral".

Está em nossas mãos levar a sério essa convocação. Não será novidade para a Vida Religiosa. Durante sua longa história, que acompanha o crescimento do cristianismo ao longo dos séculos, ela sempre esteve comprometida com novas expressões do Evangelho no mundo. Sempre marcou sua presença, sobretudo nas fronteiras da missão, com generosidade e audácia profética. Hoje como ontem ela continua criativamente atenta às novas exigências dos tempos, gerando novas experiências de fé no meio do povo de Deus, novas expressões no interior das culturas.

No novo cenário sociocultural deste fim de século, no limiar do terceiro milênio, a Vida Religiosa está sendo mais uma vez chamada a uma resposta entusiasmada para participar desse “mutirão de Evangelização”, expressando criativamente sua experiência de Deus, sua vivência de fraternidade, sua missão própria no serviço ao povo de Deus, na diversidade dos carismas de cada família religiosa. Nessa tarefa, ela deve apontar, antes de mais nada, aos próprios fundamentos, ou seja, o seguimento de Jesus Cristo na fidelidade à consagração e aos Conselhos Evangélicos, consciente de que ela “é, por si mesma, evangelizadora” (Puebla, 721)².

Certamente, na passagem para o terceiro milênio do cristianismo a Vida Religiosa saberá dar sua contribuição, em fidelidade criativa à sua grande tradição, sem distrair-se com entusiasmos fáceis ou tentações milenaristas, como se a passagem de um a outro milênio tivesse o condão mágico de iniciar uma “nova era”, um “novo reino”. Na verdade, o “kairós”, o tempo de libertação inaugurado por Jesus Cristo, não se atualiza por um toque mágico, mas foi e continua sendo fruto da cruz, o testemunho supremo de uma vida comprometida com a transformação do mundo, com a conversão dos corações e da história. É a cruz de Cristo que não nos deixa transformar o entusiasmo pela missão na

busca de um mundo irreal, onde nossos pequenos desejos, as buscas de nós mesmos, preencham o espaço de nossa existência, em detrimento do grande ideal evangélico de abertura ao outro e de serviço, em detrimento do vigor profético diante das mazelas humanas, das contradições históricas que clamam aos céus, da injustiça e da violência que assolam os mais desprotegidos da sociedade atual.

I. O CONTEÚDO DO PROJETO DE EVANGELIZAÇÃO DA IGREJA NO BRASIL

Esse documento episcopal difere de tantos outros. Ele está orientado a ações concretas. Exige um planejamento para alcançar metas práticas propostas para a preparação do Jubileu do ano 2000. Ele se divide em 5 partes que nos orientam progressivamente em direção a alguns pontos básicos: **Celebração do Jubileu do ano 2000; os 500 anos de evangelização do Brasil; as nossas Diretrizes Gerais; o projeto de preparação do Jubileu; orientações práticas.** Alguns anexos ajudam na elaboração do plano em nível diocesano (anexo 1), paroquial (anexo 2) e para uma pesquisa paroquial (anexo 3). Por fim, o conjunto é acrescido de um *Roteiro para o estudo do Projeto “Rumo ao Novo Milênio”*, para ser usado nos conselhos paroquiais ou em grupos de agentes de pastoral. Certamente ele pode ser adaptado para estudo e reflexão em nossas comunidades religiosas.

1. “**Celebrar com júbilo o novo milênio.**” Esta parte retoma, de forma resumida, a reflexão que o Papa ofereceu a toda a Igreja na “*Tertio Millennio Adveniente*” (ns. 1 a 16). Aí se recorda o significado da Encarnação do Filho de Deus, evento que nos revela de forma plena o grande amor de Deus para com a humanidade e o cará-

ter original da fé cristã. Por sua vida, paixão, morte e ressurreição, Jesus de Nazaré, professado como Cristo e Senhor, inaugura um novo tempo para a humanidade. O texto de Lucas, 4, 18-19 mostra o caráter novo do envio de Jesus “para proclamar aos cativos a libertação... para proclamar um ano que agrada ao Senhor”.

O sentido mais profundo do Jubileu decorre desse evento salvífico, colocando-nos na perspectiva do “projeto originário de Deus para o seu povo”. Ano Santo, visto dessa ótica, tem um significado paradigmático, modelar, para expressar a grande utopia do Reino de Deus que todos almejamos. Nele expressamos a grande aspiração de “emancipação” e de liberdade que acompanha a humanidade pela história. O Jubileu tem, pois, profunda dimensão penitencial. Deve apontar para a conversão de cada um e da sociedade.

Como celebrar o Jubileu do ano 2000? Essa pergunta requer de nós uma profunda meditação sobre as origens de nossa fé cristã. O Jubileu só tem sentido se nos abrir ao mistério da Encarnação. Por ele chega até nós um tempo de graça e de salvação. A alegria que essa luz nos traz, por consequência, deve traduzir-se para nós em “desejo de comunicar a nossa fé, desejo de oferecer a todos a palavra do Evangelho” (nº 19). Em vista disso, como cristãos, devemos rever nossas atitudes, admitindo erros e pecados do passado que impediram, e impedem ainda hoje, o autêntico testemunho do amor libertador de Deus em Jesus Cristo. É o mesmo papa que nos recorda as **divisões** entre cristãos, a **intolerância e violência** nas cruzadas, na inquisição, nas conquistas³.

2. **“500 anos de evangelização no Brasil.”** Este capítulo visa motivar a celebração dos 500 anos da evangelização no Brasil, tomando consciência de sua herança e de seus limites históricos. Todos conhecemos a história do Brasil. A formação

da nação brasileira, em suas raízes culturais e religiosas mais profundas, não se explica sem o processo de evangelização, profundamente ligado ao projeto colonial. Já Santo Domingo lembrava os “enormes sofrimentos dos indígenas” (245) e a escravidão africana “como o maior pecado da expansão colonial” do ocidente (246). O heroísmo de tantos missionários vinha, no mais das vezes, misturado com as exigências e os limites do projeto colonial. A força profética do Evangelho foi fortemente reprimida.

Portanto, um dos pontos para a celebração dos nossos 500 anos de evangelização é tomar consciência da herança colonial e do império. Sem entrar em detalhes, o documento lembra a forte impregnação de nossa história pelo catolicismo popular. Ele continua ainda hoje, mesmo depois de uma fase de evangelização inspirada por modelos europeus, “como húmus precioso para a nova evangelização” (nº45).

Hoje o catolicismo popular sofre o impacto da modernidade e das grandes transformações por ela provocadas, sobretudo pelo processo de urbanização acelerada e pela cultura moderna que se expande principalmente pelos meios de comunicação de massa. Já as Diretrizes Gerais haviam alertado para o fenômeno do pluralismo cultural e religioso, campo aberto para o surgir descontrolado de grupos religiosos autônomos.

Nestes novos tempos, a Igreja simplesmente não poderia reproduzir velhos esquemas de presença na sociedade e de evangelização, nascidos para levar adiante as várias formas de cristandade. O sopro do Espírito que perpassou a Igreja no Vaticano II se encarrega também de despertar novas formas de inserção da Igreja nas sociedades deste final de milênio e, conseqüentemente, de suscitar “novo ardor, novos métodos e novas expressões” para a evangelização. A história recente da

Igreja na América Latina é um sinal claro da mudança de rumo para uma “evangelização inculturada”.

3. **“Diretrizes para uma nova evangelização.”** Neste ponto o documento episcopal retoma as grandes linhas de nossas **Diretrizes Gerais 1995-1998**. Alguns estão chamando a passagem do cristianismo para o terceiro milênio de “virada epocal”. Nessa passagem, o grande desafio para nós cristãos consiste, justamente, em “viver de tal modo o Evangelho que ele seja uma mensagem atraente para homens e mulheres de hoje” (nº 91). O que nos desafia são, na verdade, a pobreza e a exclusão social; a secularização e o indiferentismo, o ateísmo prático e o niilismo.

Além do mais, na aldeia global, num mundo cada vez mais planetário, faz parte do cotidiano das pessoas a convivência de culturas e religiões diversas, exigindo nova abordagem das relações entre culturas e religiões, em clima de diálogo respeitoso das diferenças e dos valores que são próprios das várias tradições religiosas e culturais.

Num mundo complexo e altamente diferenciado, a tentação pode ser fechar-se sobre si mesmo, isolando-se no próprio pequeno mundo. Essa tentação pode ser também da Igreja. Ela pode voltar-se cada vez mais sobre si mesma, sobre suas inevitáveis divergências internas a respeito de estratégias e ações práticas no cotidiano ou sobre as diferenças doutrinárias; sobre as exigências de maior vivência comunitária ou mesmo sobre as necessidades de modernização dos serviços burocráticos. De repente o que é a própria razão de ser da Igreja, sua missão, evangelizar, aparece como meta longínqua do seu dia-a-dia. Por isso mesmo, as “Diretrizes Gerais” insistem em que a pastoral deve tornar-se mais *evangelizadora*, reencontrando o mundo a ser evangelizado.

Outra tentação é, aos poucos, ir esquecendo o caminho já percorrido pela Igreja

no continente em direção ao mundo dos pobres. Nesse sentido, deve-se lembrar a chamada de atenção do Papa, em sua mensagem ao COMLA 5: as comunidades cristãs devem “continuar com decisão a opção preferencial pelos pobres e marginalizados”⁴. De fato, uma “nova” evangelização será tal se reconhecer o outro, sobretudo o pobre, como “interlocutor do Evangelho, como sujeito capaz de uma resposta plena à interpelação da fé”. A nova evangelização visa, pois, à libertação integral da pessoa e da sociedade no horizonte do projeto originário de Deus.

Para vencer essas e outras tentações é necessário abrir-nos docilmente à ação do Espírito de Deus no mundo. Ele é quem “predispõe os acontecimentos e prepara os corações dos homens” para Cristo. Evangelizar, como sempre foi, nada mais significa do que “abrir as portas ao evento salvífico e libertador de Jesus Cristo” (nº 69), testemunhando hoje a força libertadora do Evangelho, capaz de dar sentido às experiências históricas de todos os tempos, também ao nosso.

Seguindo as “Diretrizes Gerais”, o recente documento dos bispos indica a inculturação como caminho para a evangelização. A razão é simples: uma evangelização autêntica penetra o cotidiano de um povo, conduzindo-o a expressar sua experiência de fé na vida com os códigos próprios de sua cultura. Esse processo complexo e dinâmico da inculturação da fé constitui uma dimensão permanente da evangelização. Ou seja: a evangelização que não chega ao coração das pessoas e das culturas fica na superfície, sem penetrar, como já ensinava Paulo VI, “os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade, que se apresentam em contraste com a Palavra de Deus e com o desígnio da salvação”⁵.

Por outro lado, a evangelização não é um processo que se acaba com uma geração. Cada geração, cada pessoa, é chamada a fazer sua experiência de fé. Essa evangelização pode ser mais bem descrita nas quatro exigências *intrínsecas*, definidas nas “Diretrizes Gerais”: o serviço, o diálogo, o anúncio e o testemunho de comunhão. Esses quatro elementos que se exigem mutuamente, se perpassam no processo de evangelização e se integram, visam chegar à experiência cristã madura.

No contexto brasileiro o processo de evangelização inculturada tem de enfrentar os desafios que nos restam do passado, aproximando-nos, de forma humilde e dialogante, das culturas indígenas e afro-brasileiras; e os desafios que o presente já nos mostra: as culturas urbanas, o mundo tecnocientífico, a comunicação de massa, planetária e imediata. Até chegarmos a uma nova experiência eclesial da fé nesses novos contextos há um ingente trabalho pedagógico a realizar!

A nova evangelização exige uma nova consciência eclesial, baseada “na responsabilidade das Igrejas particulares na única missão da Igreja” e na retomada da dimensão missionária das Igrejas particulares (nº 87). De fato, elas são o sujeito principal da evangelização inculturada. Estão mais próximas da realidade, devem configurar-se no contexto humano em que se organizam. Dentro das Igrejas particulares, a partir da experiência da fé na vida, o protagonista dessa nova evangelização é o cristão leigo.

Tudo isso tem um objetivo a alcançar: “recriar a experiência cristã para uma nova síntese entre fé e vida, fé e história, no cotidiano de uma comunidade ou de um povo” (nº 90).

4. “Projeto de evangelização da Igreja no Brasil.” Os capítulos anteriores preparam, na prática, o projeto propriamente dito. Ele deverá desenvolver-se em três

etapas: uma primeira, de sensibilização ainda em 1996; a segunda, de 1997 a 1999, com um tríduo de preparação ao ano jubilar; a terceira, já no ano 2000, com a grande celebração do Jubileu⁶.

O ano de 1996 está programado para ser ano de sensibilização e de avaliação da ação evangelizadora. Prevê pesquisas em nível nacional e paroquial. É a fase da tomada de consciência pela comunidade eclesial da importância da preparação do Jubileu.

Já o tríduo de 1997 a 1999 vai se concentrar nos grandes temas da fé cristã: **Jesus Cristo**, fé e batismo para 1997, cujo ponto de concentração será o evangelho de Marcos; **Espírito Santo**, esperança e crisma para 1998, tendo como ponto de concentração o evangelho de Lucas; **Deus Pai**, caridade e reconciliação, para 1999, tendo como ponto forte o evangelho de Mateus. Evidente que o fato de as três pessoas da Trindade aparecerem cada uma num ano é apenas de caráter didático. Os subsídios e a pregação saberá unir o que se distribui em 3 etapas.

Para o ano 2000 prevê-se a concentração na **glorificação da Trindade**, eucaristia e a própria celebração do Jubileu.

O quadro sinótico do projeto, que se encontra no início da quarta parte, articula os grandes temas da fé cristã com as *quatro exigências da evangelização inculturada*. São elas: o **testemunho de comunhão eclesial**, o **serviço**, o **diálogo** e o **anúncio**. Em cada ano e em cada uma dessas exigências da evangelização inculturada estão previstos aspectos específicos, atividades, destinatários preferenciais e agentes.

Não é o caso de deter-se em explicações desse projeto. Neste momento o importante é captar-lhe o significado: ele representa o esforço de síntese entre projeto do papa para a Igreja universal e as “Diretrizes Gerais” da Igreja no Brasil, já aprova-

das e que mantêm sua plena validade como orientação da ação evangelizadora.

5. **“Orientações práticas.”** Esta parte abre-se com um apelo de “recepção” criativa das orientações episcopais para a preparação do Jubileu do ano 2000. Por melhores que sejam as orientações dos bispos, elas perderão sua força evangelizadora se não tiverem **acolhida** da parte da comunidade dos fiéis. Uma acolhida criativa suscita corresponsabilidade de todos num “grande mutirão” evangelizador.

Além da acolhida ativa, é importante para o projeto a formação de agentes de pastoral e de evangelizadores, visando inclusive a um “efeito multiplicador”. No mesmo sentido, está previsto um conjunto de subsídios para o bom encaminhamento dos diferentes aspectos do projeto. Seu lançamento **oficial** está marcado para dezembro de 1996.

O apelo final, tirado da 2ª carta aos Coríntios, dirige-se à generosidade de todos: “Quem semeia com mesquinhez, com mesquinhez há de colher; quem semeia com generosidade, com generosidade há de colher. Cada um dê conforme decidir em seu coração, porque Deus ama quem dá com alegria” (9,6-7).

II. A RESPOSTA DA VIDA RELIGIOSA

A Vida Religiosa sempre esteve ligada ao processo de evangelização no Brasil, desde os inícios da colonização, quando os primeiros franciscanos por aqui aportaram com as caravelas de Pedro Álvares Cabral. Teve papel primordial na primeira evangelização, sobretudo com os jesuítas e outras Ordens que foram chegando. Hoje ela continua oferecendo uma resposta generosa ao apelo do Senhor Jesus: “Ide por todo o mundo, proclamai o Evangelho a toda criatura” (Mc 16,15). No limiar do novo mi-

lênio do cristianismo esse apelo continua batendo em nossos corações. Que resposta vamos dar ao apelo dos bispos como Vida Religiosa? Há caminhos e tarefas que nos são próprios como religiosos e religiosas; outros pertencem à nossa inserção nas diversas Igrejas particulares, a partir de nossos carismas e de nossa capacidade de ação.

Devemos ficar atentos ao processo de renovação que vem desde algumas décadas, sob a inspiração do Concílio Vaticano II. Há ganhos que não podem ser negociados. Não é o caso de recordarmos aqui todo o processo. Ele já foi estudado e reestudado. Nossa Revista Convergência, os estudos publicados constantemente pela CRB, entre outros, são testemunho de uma nova época para a Vida Religiosa.

Na América Latina tivemos as grandes Assembléias do Episcopado latino-americano de Medellín, Puebla e Santo Domingo. Elas nos ajudaram a direcionar a renovação da Vida Religiosa para uma inserção mais radical no meio do povo, sobretudo no meio dos pobres. Continuar esse deslocamento para a margem, para as fronteiras da missão é, sem dúvida, já uma resposta profética a esse projeto de evangelização.

Na mesma esteira, redescobrimos a Igreja particular como lugar da missão. É bom lembrar que a evangelização inculturada tem como ponto de partida uma nova consciência missionária das Igrejas particulares. Não basta estarmos “dentro” das Igrejas particulares, organizando nossas comunidades, nossos compromissos pastorais nas várias presenças, a partir de nossos próprios objetivos. É preciso articular os projetos apostólicos dentro delas, somando esforços, multiplicando o efeito evangelizador de tantas iniciativas que, às vezes, aparecem como dispersas e fragmentadas. Este é, pois, um **momento forte para revermos em profundidade nossos projetos de evangelização**. A fidelidade

ao próprio carisma não pode ser desculpa para nos isolarmos. Na verdade, o carisma, a ser cultivado com fidelidade generosa ao Espírito Santo, nos é dado não simplesmente para nosso gozo espiritual, mas para o bem de todo o povo de Deus e para a realização do Reino de Deus como graça para o mundo. Essa visão teológica dos carismas deve presidir tanto a revisão de nossa vida comunitária quanto a realização prática de nossa missão.

Indicamos rapidamente alguns pontos em que a Vida Religiosa terá certamente uma contribuição específica para o projeto de evangelização em questão. Nestes anos de preparação para o grande Jubileu dos 2.000 anos do nascimento de Jesus, o Filho de Deus, poderemos encontrar uma forma adequada de avaliar a qualidade de nossa Vida Religiosa, de nosso empenho de serviço à sociedade e à Igreja, de nossa fidelidade à missão dentro dos nossos carismas, em evangélica sintonia com nossas Igrejas particulares. Os exemplos de pontos de avaliação certamente poderão ser acrescidos por outros, de acordo com os vários contextos.

– **Carisma.** A revisão do dinamismo apostólico da Vida Religiosa passa sempre pela consciência do próprio carisma, dom do Espírito Santo para a edificação da Igreja e para a transformação do mundo. A Vida Religiosa não pode entrar de qualquer jeito na vida pastoral da Igreja. Ela tem de entrar pela janela do carisma. Essa é a contribuição mais importante que damos ao projeto de uma nova evangelização. Ela ajuda a revelar a riqueza multiforme do Evangelho ao complexo mundo de hoje. Para tanto é preciso sempre nos perguntar por uma fidelidade criativa: *como podemos ser fiéis ao nosso carisma nas diferentes situações e contextos, sem diluir seu dinamismo profético na Igreja e no mundo?*

– **Espiritualidade.** A Vida Religiosa sempre enriqueceu a Igreja com sua expe-

riência espiritual. Mais do que as muitas coisas que religiosas e religiosos sempre foram capazes de fazer, o fundamental é a experiência de Deus que está na base do ser religioso ou religiosa. Nossa principal contribuição à nova evangelização é: em tempos de mudança epocal, partilhar com o povo de Deus uma experiência de fé eclesial que responda à busca de nosso tempo: a vivência fraterna, a leitura orante da Palavra de Deus, a oração..., enfim, uma profunda vivência do mistério de Cristo na vida cotidiana. Assim a própria Vida Religiosa se torna profética, superando a acomodação, a rotina, a falta de generosidade, o fechamento sobre si mesma. Aqui não valem reclamações de tipo saudosista, imaginando um mundo que não existe mais, uma situação em que tudo aparecia marcado pelo catolicismo, onde a Vida Religiosa aparecia veneranda e respeitada. Os tempos mudaram. Temos de ficar atentos a eles. Homens e mulheres, jovens e não jovens, continuam buscando sentido para a própria vida. A sede de Deus não secou, antes, parece ter aumentado. A busca de novas formas de espiritualidade aumentou. Esse parece ser um novo apelo para que a Vida Religiosa não se feche sobre si mesma, mas encontre o caminho para um novo encontro com o mundo. Preparando o Jubileu do ano 2000, *como estamos respondendo a essa sede de Deus no mundo de hoje? Que novas experiências do sagrado podem nos oferecer base para expressar nossa fé numa Vida Religiosa renovada?*

– **Missão.** O papa João Paulo II recorreu a toda a Igreja a “validade permanente” da missão (*Redemptoris Missio*). Não é preciso recordar o recente Congresso Missionário Latino-Americano (COMLA 5). Ele despertou nosso entusiasmo para a retomada da missão. A Vida Religiosa não pode “sentar-se” em cima das conquistas já alcançadas. O horizonte da missão não é o passado, mas o futuro. A história sempre apresenta novos desafios à missão. São

as novas formas de pobreza e de exclusão social, os fenômenos sociais novos como as grandes cidades e suas formas de vida, as áreas culturais ou "modernos areópagos" como o mundo das comunicações (cf. *Redemptoris Missio*, 37). O complexo mundo de hoje exige de nós ousadia profética. A missão exige criatividade. *Como sua comunidade religiosa, sua província estão enfrentando o desafio das novas fronteiras da missão? Qual a contribuição que podem oferecer à caminhada da Igreja particular?*

Para fechar esta breve reflexão, lembramos a orientação que o papa, em sua *Exortação apostólica pós-sinodal Vita Consecrata*, nos oferece: "Elementos importantes para uma útil inserção dos Institutos no processo da nova evangelização são a fidelidade ao carisma da fundação, a comunhão com quantos na Igreja estão empenhados no mesmo empreendimento, especialmente com os Pastores, e a cooperação com todos os homens de boa vontade. Isso exige um sério discernimento dos apelos que o Espírito dirige a cada Instituto... Em cada lugar e situação, as pessoas consagradas sejam ardorosos anunciadores do Senhor Jesus, prontas a responder com a sabedoria evangélica às interpelações feitas hoje pela inquietude do coração humano e pelas urgentes necessidades" (81).

Como se vê, o papa insiste na nova evangelização e aponta caminhos para a Vida Religiosa participar no "mutirão de evangelização" neste tempo de graça que é a preparação para o grande evento do ano 2000: comemorar o nascimento de Jesus, o Filho de Deus. Perguntemo-nos, cada um de nós, religiosas e religiosos, *como estamos vivendo nossa fidelidade ao carisma fundacional na fidelidade ao Evangelho? O que temos a rever, pedindo perdão pelas nossas omissões, fraquezas e falta de entusiasmo? Como nos animarmos mutuamente para uma vivência comunitária, testemunho de um amor fraterno, aberto à missão?*

NOTAS

1. Documentos da CNBB 56, Ed. Paulinas, 1966, 96 pp.
2. Sobre a Vida Consagrada temos a recente *Exortação Apostólica Pós-Sinodal Vita Consecrata*, do Papa João Paulo II, de 25 de março de 1996. A CRB preparou um "Guia de Leitura", para ajudar no estudo e na reflexão da mensagem pontifícia.
3. Cf. *Tertio Millennio Adveniente*, 35.
4. Cf. *Vivendo o COMLA* 5, p. 12.
5. *Evangelii Nuntiandi*, 19.
6. Para uma compreensão de conjunto é útil e ilustrativo estudar atentamente o "Quadro sinótico" que o Documento 56, às pp. 48-49, nos oferece.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE.

1. O autor levanta várias questões de grande importância e de caráter bem concreto ao longo do artigo. Procure refle-

tir sobre elas e partilhar em comunidade a sua reflexão.

A VIDA CONSAGRADA À LUZ DO MISTÉRIO TRINITÁRIO

UMA MEDITAÇÃO DISCIPULAR SOBRE UMA PALAVRA MAGISTERIAL¹

Fr. Prudente Nery, OFMCap.

Deus e o mundo não são adversários, mas diferenças que se amam.

Abraçar, então, as criaturas é também abraçar o seu infinito mistério: Deus mesmo.

As palavras iniciais da mais recente exortação apostólica sobre a vida consagrada dizem tudo: *A vida consagrada, profundamente arraigada nos exemplos e ensinamentos de Cristo Senhor, é um dom de Deus Pai à sua Igreja, por meio do Espírito Santo. Por meio da profissão dos conselhos evangélicos, os traços característicos de Jesus — virgem, pobre e obediente — adquirem uma típica e permanente visibilidade no meio do mundo, e o olhar dos fiéis é atraído para aquele mistério do Reino de Deus que já atua na história, mas aguarda a sua plena realização nos céus. É isto o que a Igreja sempre pensou e disse: a vida consagrada, no cristianismo, é *imitatio Christi*. Ela é atualização e sinal e, assim, visibilidade que atrai o olhar não para si, mas para o mistério do Reino de Deus. Nitidamente, o eixo ao redor do*

qual gira, aqui, todo o resto é: o Reino de Deus. É preciso, por isso, firmar bem esse eixo, se quisermos chegar a algum lugar.

Os estudiosos das Escrituras cristãs nos asseguram unanimemente que Reino de Deus foi o conceito central da pregação de Jesus. Mas, nos lábios de Jesus, a que se referia esse termo? Que realidade ele intencionava descrever? Que paisagens lhe evocava esta palavra? Para onde se dirigia seu olhar: para o alto e a vastidão dos céus, para baixo e a limitação de nossa terra? Para explicar aos homens o que ele via diante de si ao falar do Reino de Deus, Jesus empregou um vasto instrumentário expressivo, um verdadeiro arsenal de imagens, comparações e parábolas. Mas foi Lucas quem nos transmitiu a, possivelmente, mais esclarecedora manifestação verbal de Jesus sobre o Reino de Deus: *O Reino de Deus não vem como um fato observável. Não se dirá: ei-lo aqui ou ei-lo ali. Com efeito, o Reino de Deus está entrelem vós*².

É claro: o mundo está cheio de coisas que nós podemos ver com nossos olhos, objetos tocáveis com nossas mãos, realidades verificáveis, feitos e fatos que podemos constatar empiricamente, o mundo que é. Mas há também um vasto mundo que, literalmente, subsiste a este, sustentando-o quase. É o mundo das esperanças e possibilidades. Os homens e os povos de todos os tempos e regiões trazem, como que en-

raizados nas frestas mais fundas de sua alma, sonhos de rara beleza. São desejos de convivialidade, de superação da dor e da solidão, sonhos de fraternidade e harmonia. Com frequência, esses desejos se frustram, impossibilitados e reprimidos por contingências naturais, estruturais e pessoais, mas nunca de tal sorte que fossem banidos para sempre de nossa vida. Como brasas sob cinzas, eles se depositam em nossas saudades e recordações e nos fazem suportar o presente. Transformam-se em memoriais, para que nunca, definitivamente, os esqueçamos. Fazem-se preces que imploram o advento do que ainda nos falta e, às vezes, ressurgem, vigorosos, em determinadas vidas humanas. Era certamente nessa direção que Jesus apontava, ao falar do Reino de Deus: este nosso mundo não precisa ser um vale de lágrimas, em que, quais filhos deserdados, gemendo e chorando, nos sintamos exilados para sempre da nossa própria casa; nada nos obriga a transformar nossa vida numa câmara de torturas, em que destruímos e somos destruídos, numa diabólica ciranda de malícias e maldades; nossa vida não precisa ser esta mórbida agonia, em que vamos, a cada dia, perdendo tudo o que de belo em nós houve, um dia, ao menos como possibilidade: a generosidade, a compreensão, a delicadeza, a sensibilidade, o frescor, a bondade, a paixão, o encantamento, os sorrisos, para restar, ao final, apenas uma massa amorfa de ceticismo e cinismo, rancores, ressentimentos e desesperos... ou rosas estioladas, sem pétalas, sem perfume, sem folhas, sem cor, apenas caules ressequidos e espinhos que ferem. Ao contrário de tudo isso: podemos inaugurar um novo tempo, em que a justiça não custe tanto, uma nova ordem, em que os homens já não se vejam mais como pequenos e grandes, primeiros e últimos, santos e perdidos, puros e imundos, adversários e inimigos, mas como irmãos e irmãs, não como humilhados e decaídos, mas como príncipes e princesas, não como servos e escla-

vos, mas como filhos e filhas de um grande rei. Um novo começo, em que o mundo se decida por sua própria esperança, se abra à sua própria verdade e acolha seu próprio destino: ele não é obra do capricho lúdico dos deuses nem o produto de um feliz acaso, agora destinado a um infeliz ocaso. É inegável: há, no mundo de nossas experiências, muitas palavras, pesadas como chumbo, que nos abatem e magoam; outras, afiadas como navalha, que nos rasgam a alma e outras tantas que apenas nos estorvam pelo seu vazio de sentido, apesar de toda turbulência verbal. Há coisas que nada nos dizem. Há paisagens áridas, encontros fúteis e relações que ligam nada a coisa alguma. Mas há também, neste mundo, alguns instantes, raros certamente, em que, descerrando quase o véu de seu inviolável mistério, nos visita o absoluto sentido de todas as coisas. O instante e o lugar onde isto se der ser-nos-ão para sempre preciosos, como um pedaço do céu, um reino de felicidades, por ter sido o lugar do encontro do que, apaixonadamente, tanto buscávamos³. E aí saberemos: o mundo não é apenas o irremediável aí de nosso ser, ele é também o lugar dos primeiros acenos e encontros de um eterno amor. Este mundo nunca deixará de ser finito, banal, profano e, em si mesmo, desimportante... tenda precária, imprópria e indigna para aquele que imaginamos nas alturas inalcançáveis ou nas profundezas impenetráveis, mas o único lugar em que ora é possível a Deus, ainda que humildemente retraído⁴, estar junto dos homens e aos homens estarem perto de Deus⁵.

Afirmar, pois, como dizia Jesus, que o Reino de Deus não está aqui nem ali, talvez fosse apenas uma provocação para que começemos, finalmente, a perceber que ele irromperá lá onde estivermos... radicalmente. Aliás, uma máxima teológica bastante antiga dizia: *gratia supponit naturam et perficit eam*⁶. Em livre tradução⁷: cheia de graça é a nossa vida, quando ela floresce

em toda a sua beleza...⁸. A graça não é um adendo, um acréscimo, mas o belo e feliz sorriso da natureza, num instante de suprema realização e felicidade...⁹. Vista em profundidade, uma flor, por exemplo, nunca é simplesmente uma coisa que desabrocha ali sobre a superfície do chão. De algum modo, ela é a própria terra que, desvelando seu segredo, deixa-nos ver, por alguns instantes, os encantos de seu mistério, de tal sorte que poderíamos dizer: a flor é a revelação da secreta beleza da terra¹⁰. Ela é o lugar onde a terra mostra a sua última verdade: em sua gracilidade¹¹, infinitamente bela, ainda que tristemente efêmera, em sua fragilidade¹². O mesmo, talvez, poderíamos dizer das coisas sagradas e religiosas. O *vere homo religiosus* não é aquele que se enclausura em muros e normas conventuais, que fala um dialeto enigmático, que cultiva práticas inescrutáveis, que se reveste de feições sóbrias e sombrias¹³, avesso, quase sempre, a tudo aquilo que constitui a normalidade dos homens¹⁴. Mas aquele que corporifica tudo aquilo que constitui essencialmente a nossa *humanitas*: pobres e mortais, somos ricos e eternos. E só será símbolo e mensageiro do Inefável aquele que for deste mundo e para este mundo

Aliás, este, exatamente, é o paradoxo¹⁵ e a alma do cristianismo: que o céu e a terra se pertencem e que Deus e o homem, ainda que inconfundíveis, são inseparáveis. Que a Deus nós vamos não nos êxtases que nos arrancam do mundo e nos distanciam dos homens, mas na radical paixão que nos faz descer ao coração de todas as coisas, decifrando, no emaranhado de nossos caminhos e nos enigmas de nossas relações intramundanas, os acenos de sua velada presença, num eterno tatear de experiência em experiência. Pois Deus e o mundo não são adversários, mas diferenças que se amam. Por isso, ao abraçarmos as criaturas, estaremos tomando nos braços não apenas os seus limites, fragilida-

des e sombras, mas também o seu infinito mistério: Deus mesmo. Vale, com igual peso, a inversão: recusar-se ao mundo é expulsar-se de Deus, e quem se coloca longe das criaturas, inevitavelmente, esquecerá também o criador.

Parece que nos perdemos... havíamos partido com o propósito de pensar a vida consagrada à luz da Trindade e quase só falamos do homem e já nem sabemos mais o que é cada coisa: é Deus um pedaço da vida humana, é a vida humana um pedaço de Deus, estamos em Deus ou está Deus em nós? Não estariam essas considerações confundindo tudo e proclamando uma perigosa mística da imanência, uma mundanização do sagrado, uma apoteose do mundo, uma dessacralização do religioso? É possível... mas não por irreflexão ou incúria teológica, mas por força desta convicção: de Deus fala não quem o tematiza reflexamente pelo uso correto de um vocabulário pretensamente sacrossanto, mas quem pronuncia as futilidades desta vida com tal reverência que elas transluzam na sua beleza e percebamos, em tudo e de todos, a sua sacralidade... para que não tenhamos, um dia, de perguntar, entre perplexos e embaraçados: *como? eras tu...?*¹⁶

De resto, nós nunca estamos fora de Deus. Tudo que somos e temos é manifestação de sua força, fantasia, bondade e poesia. E para onde quer que olhemos, lá estará ele: silente, como nosso próprio mistério. No distante profundo do universo como suprema fecundidade¹⁷ e nosso pai, na proximidade dos homens como humildade¹⁸ e nosso irmão, em nós mesmos como sentido¹⁹ e o vigor que nos faz viver.

Se meditar é como um deambular, sem direção, fascinado apenas por aquilo que se oferece aos olhos de nosso espírito, meditar sobre Deus é como andar pelo escuro, tendo nas mãos apenas uma lanterna, sem saber muito claramente para onde apontá-la. Para onde quer, porém, que a

direcionemos, sempre encontraremos algo; na penumbra de nossa pouca luz, jamais veremos a totalidade. Mas temos certeza: há uma unidade de tudo e apenas um reino: o Reino de Deus. Um dia, o obscuro cederá seu lugar à claridade, e a fé e a es-

perança descansarão nos braços do amor. E aí saberemos: o que buscávamos não estava longe nem era confuso, mas apenas envolvente: longe e perto e dentro de nós, Deus que é nosso pai e nosso irmão e nossa vida.

NOTAS

1. Uma exortação, qualquer que seja, tem sempre finalidades precisas e objetivos claros... é como um caminhar sobre estradas já abertas; por isso ela não erra, sobretudo se for uma exortação magisterial. Uma meditação, por sua própria natureza, é um ir por aí, sem pressa nem objetivos nem um aonde chegar... ela contempla aquilo com que depara, numa errância de surpresa em surpresa; por isso pode conter desvios e até mesmo perder-se nas sendas de sua aventura, mas terá um ganho: ser-lhe-á possível admirar os segredos do desconhecido.
2. Lc 17,20-21. A Tradução Ecumênica da Bíblia (Edições Loyola) traz, sobre este versículo, a seguinte nota explicativa: *A tradução em vós (tecnicamente também possível!) tem o inconveniente de fazer do Reino de Deus uma realidade íntima. Para Jesus, este Reino, que concerne a todo o povo de Deus, está presente de fato em sua ação de salvação...* A observação é típica e sintomática: talvez para preservar a alteridade e transcendentalidade de Deus, o cristianismo, em quase todas as suas afirmações doutrinárias, acabou objetivando Deus na exterioridade do homem e localizando-o nas distâncias do mundo. A representação de Deus, porém, como radicalmente transcendente ao mundo e ao homem teve, como tem, desastrosas conseqüências para a vida de fé. Numa tal pré-compreensão, Deus já não emerge também do coração do homem, espontâneo e livre, como numa relação de amor, em que o outro é acolhido como o eternamente sonhado, imaginado, amado e esperado; até mesmo a encarnação do Filho de Deus, que seria o lugar por excelência para apreendermos que Deus e o homem não são adversidades, mas diferenças que se amam, é anunciada e entendida não como *possibile ontologicum*, mas como um *extraordinarium mirabile*; as revelações divinas são entendidas como supra-rationais e verbalizadas como enigmas ininteligíveis, não autocomunicação de Deus mesmo, mas declarações sobre ele, assimiladas, no máximo, como verdades nocionais e isto à custa de um processo didático tão penoso quanto danoso... pois isto nós sabemos: aquilo que nos é oposto, nós só o acolhemos se nos for imposto e o que nos é imposto

será, um dia, seguramente deposto. É apenas uma questão de tempo e oportunidade. A crise de credibilidade e aceitação pela qual passam, em nossos dias, os discursos religiosos (catequético, homilético, magisterial, teológico) tem neste complexo, aqui apenas tangenciado, a sua principal causa. Toda e qualquer verdade, por mais vetusta e veneranda que seja, hoje, só será aceita, se ela puder ser atestada pela experiência pessoal e verificada na particularidade da própria vida. Como acolher as verdades religiosas, se elas insistem em se formular como afirmações objetivas, universais, externas? E é isso o que hoje colhemos: um Deus assim tão diferente do humano só podia mesmo se tornar indiferente para o homem. Retornaremos a isto mais adiante. Mas talvez os tradutores da TEB quisessem apenas evitar que o conceito Reino de Deus se degenerasse num intimismo estéril, perdendo a sua fecundidade social. Nisso estaríamos de acordo, pois, verdadeiramente, todo sonho que não vem para fora nem se encarna na história nem se corporifica numa prática que permeia as relações é mesmo uma ilusão. Com igual valia, porém, toda prática social que não brota de uma sincera interioridade (mística) ou tem escusos interesses, ou tem fôlego curto, ou é apenas coletivismo e massificação.

3. Mt 13,41: *O Reino dos Céus é comparável a um tesouro que estava escondido num campo e que um homem descobriu: ele o esconde novamente, vai, põe à venda tudo o que tem e compra aquele campo...*
4. É o que canta a sobriedade cristã no belo poema atribuído a Tomás de Aquino: *Adoro te devote, latens Deitas, quase sub his figuris vere latitas...* Devotamente te adoro, ó latente Deidade, que sob estas figuras verdadeiramente estás velada... Na opacidade das mediações, Deus, ainda que presente, ser-nos-á, também e para sempre, ausente e um mistério que a fé contempla com saudades e preces: *oro fiat illud quod tam sitio...*
5. Aristóteles conta que admiradores, certa feita, resolveram visitar Heráclito. Ao ver o grande pensador, castigado pelo frio, aquecendo-se junto ao forno, detiveram-se surpresos e, certamente, decepcionados por verem um tão grande homem assim tão semelhante aos simples mortais. Heráclito, porém, lhes disse: Aproximai-vos, pois também aqui estão presentes os deuses!

6. A história da formulação desse axioma teológico é, brilhantemente, descrita por Beumer, J.B. – *Gratia supponit naturam* – Zur Geschichte eines theologischen Prinzips – in *Gregorianum* 20 (1939). Segundo esse pesquisador, a inteligência teológica empregou mais de 300 anos, de Guilherme de Auxerre a Luís de Molina, até cunhar esse princípio na forma como ele passou à teologia clássica. Ainda sobre isso, veja-se a rica reflexão de Erich Przywara – *Der Grundsatz Gratia non destruit, sed supponit et perficit naturam* – Eine ideengeschichtliche Interpretation – in *Scholastik* 17 (1942).
7. A tradução literal é óbvia: a graça supõe a natureza e a aperfeiçoa...
8. No dizer de Guilherme de Auvergne: *Neque gratia neque gloria naturam destruit aut laedit, quin potius illam incogitabiliter exornat, decorat ac perficit* (De anima, VI, pars 20).
9. Com razão dizia Agostinho: *Posse habere fidem, sicut posse habere caritatem, naturae est hominum; habere autem fidem, quemadmodum habere caritatem, gratiae est fidelium* (De praedestinatione sanctorum 5,10)... é graça, quando a natureza se realiza naquilo que lhe é próprio.
10. Assim como o mundo é a visível beleza de Deus, nem mais nem menos. Ou como dizia, em audaciosa e preciosa formulação, Karl Rahner: *Poder-se-ia definir o homem como aquilo que surge quando a auto-comunicação de Deus, sua palavra, é, com amor, pronunciada no vazio do nada não-divino. A abreviação, a epítome de Deus é o homem... Quando Deus quer ser não-deus, surge o homem. E se o próprio Deus é homem e o permanece eternamente, se, por isso, toda teologia permanece eternamente antropologia, se é coibido ao homem pensar pouco de si, pois ele pensaria, então, pouco de Deus, ... então o homem é eternamente o proferido Mistério de Deus, que participa eternamente do Mistério de seu fundamento.* – Zur Theologie der Menschwerdung – in *Schriften zur Theologie* – IV, Benziger Verlag, Einsiedeln, 1960, p. 150.
11. Ou: sobrenatureza...
12. Ou: natureza...
13. Para aqueles que insistem em transformar a vida consagrada em amargas torturas para si e para os outros, vale a pena recordar o que escrevia F. Nietzsche, em 1883: *Vede os padres... embora meus inimigos, passai por eles em silêncio e com a espada na bainha. Também entre eles há heróis, muitos deles sofreram muito... eis por que apreciam fazer sofrer também os outros. São inimigos cheios de astúcia; nada existe de mais vingativo do que a sua humildade. Sinto piedade dos padres. Eles são, a meus olhos, prisioneiros. Aquele a quem chamam de Salvador prendeu-os com*

- pesadas correntes. Olhai as tabernas que estes padres construíram, estas cavernas incensadas a que chamam igrejas. Olhai esta meia-luz, esse ar estagnado. Aí a alma é interceptada no seu voo para as alturas... o seu credo ordena: subi as escadas de joelhos, ó pecadores. Eles chamam de Deus aquilo que os fazia sofrer. Só crucificando o homem é que eles pensam amar o seu Deus. Pretendem viver como cadáveres e envolvem de negro o seu corpo; até mesmo nos seus discursos sinto o cheiro odioso das câmaras funerárias. Viver na sua vizinhança é viver junto a pântanos obscuros, no fundo dos quais sapos coaxam melancólicas canções. Para me fazerem acreditar no seu Salvador, necessário seria que cantassem melhores cânticos... necessário seria que eles tivessem um pouco mais o aspecto de haverem sido salvos (Assim falou Zaratustra). Um pouco mais perto de nós, no tempo e no espaço, mas não menos mordaz, acusava Vinícius de Moraes: Ó vós, homens sem sol, que vos dizeis os puros / em cujos olhos queima um lento fogo frio / vós de nervos de nylon e de músculos duros / capazes de não rir durante anos a fio. Ó vós, homens sem sal, em cujos corpos tensos / corre um sangue incolor, da cor alvar dos lírios / vós que almejais na carne o estigma dos mártires / e desejais ser fuzilados sem o lenço. Ó vós... tende cuidado porque a Esfinge vos decifra... (Carta aos Puros). E os que consideram essas admoestações indevidamente irreverentes por serem seus autores humanos, demasiadamente humanos, observem o que diz o Filho de Deus: Mt 6,16-18; Mt 23,1-36.*
14. São, mais uma vez, de um poeta tão profano como Vinícius de Moraes as palavras tão sagradas: *A maior solidão é a do ser que se ausenta, que se defende, que se fecha, que se recusa a participar da vida humana. A maior solidão é a do homem encerrado em si mesmo, no absoluto de si mesmo, e que não dá a quem pede o que ele pode dar de amor, de amizade, de socorro. O maior solitário é o que tem medo de amar, o que tem medo de ferir e de ferir-se, o ser casto da mulher, do amigo, do povo, do mundo. Esse queima como uma lâmpada triste, cujo reflexo entristece também tudo em torno. Ele é a angústia do mundo que o reflete. Ele é o que se recusa às verdadeiras fontes da emoção, as que são o patrimônio de todos, e, encerrado em seu duro privilégio, semeia pedras do alto da sua fria e desolada torre (Da Solidão).*
 15. No seu exato sentido etimológico...
 16. Mt 25,44.
 17. Teria isso alguma relação com a castidade?
 18. Teria isso alguma relação com a pobreza?
 19. Teria isso alguma relação com a obediência?

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE.

1. Procure fazer uma leitura meditativa do artigo. Depois, partilhe com suas irmãs (ou seus irmãos) de comunidade aquelas idéias que mais tocaram você.

2. Que aspectos de sua vida pessoal e da

vida da comunidade precisam ser revis-
tos para que Deus seja de fato uma pre-
sença profundamente iluminadora e
transformadora na simplicidade do coti-
diano, das relações, do trabalho?

TEOLOGIA TRINITÁRIA E POLÍTICA. APROXIMAÇÕES E DIFERENÇAS

Pe. Vítor Galdino Feller,

Professor de Teologia Sistemática no ITESC, Florianópolis – SC

Os desafios do mundo moderno e pós-moderno exigem que nos apresentemos à humanidade do terceiro milênio com uma nova imagem de Deus Trindade que justifique e sustente uma nova proposta de organização social e de prática política.

INTRODUÇÃO

Este artigo não tem o objetivo de apresentar algo novo. Pretende apenas relacionar um item do tratado da teologia trinitária com o tema da Campanha da Fraternidade de 1996. Desse modo, relaciona teologia e política, ou, mais propriamente, Trindade e Política. Trata-se de explicitar os fundamentos teológicos da política, de perceber como o imaginário teológico tem a ver com o exercício do poder eclesial e social.

Toda teologia é elaborada em um chão determinado. A prática política de um povo influencia sobre a imagem que aí se constrói de Deus. Existe correspondência entre as idéias religiosas e o estatuto político (*Moltmann, 1983, 208ss*). Em cada época e em cada sociedade se conceberam as mais

diversas noções de Deus, todas elas saídas do chão cultural, político e econômico. Uma vez construídas, essas imagens de Deus, esses modelos teológicos, passam por sua vez a influenciar a prática política e as relações sociais, tanto do povo e do tempo que as produziram, quanto sobretudo dos povos que vieram a recebê-las no decorrer do empenho evangelizador e missionário. Enquanto o modelo produzido estiver plantado no seu próprio chão, ele responde, bem ou mal, aos desafios do seu tempo. Porém, quando esses modelos se cristalizam e passam a pesar sobre os contextos diversos dos séculos futuros, acontecem grandes desvios na práxis cristã e, até mesmo, na formulação ortodoxa da fé que o modelo pretende defender.

A teologia trinitária contempla três modelos de acesso racional à revelação do mistério de Deus (*Boff, 1987, 62-70.102-111*). Dois deles produzidos na sociedade tradicional, pré-moderna, nos primeiros séculos do cristianismo, no ambiente da cultura greco-romano-germânica. Foram inseridos na Tradição da fé cristã, nos manuais de teologia, na experiência mística e na pregação, influenciando fortemente o modo como se deu a organização da vida social e eclesial dos povos formados no caldeirão do cristianismo. Carregam ao mesmo tempo valores e problemas para a vivência pastoral e a prática política. O terceiro modelo está sendo forjado em nosso tempo moderno e pós-moderno, com as dificuldades inerentes às sementes que, lançadas à terra, buscam a germinação, em vista do crescimento da árvore para a produção de frutos.

Vejamos um por um destes três modelos de teologia trinitária, sua origem e pro-

posta teológica e pastoral, seus riscos e problemas, sua influência sobre o exercício do poder político na sociedade e na Igreja, sua superação pelo encontro fecundo com outros modelos.

1. A MONARQUIA DO PAI: PATRIARCALISMO OU SERVIÇO DE COMUNHÃO?

1.1. O caminho: transcendência e mistério

O primeiro modelo surgiu nos primeiros quatro séculos, no Oriente, no contexto do fortalecimento do poder do imperador sobre a sociedade e sobre a Igreja. Formulado na língua grega, tem como autores os Padres gregos, entre eles Orígenes († 254), Atanásio († 373) e os capadócijs Basílio Magno († 379), Gregório Nazianzeno († 390) e Gregório de Nissa († 394). Seu ponto de partida é a pessoa do Pai. Para esses teólogos, Deus é o Pai, tal como aparece na Escritura, o Javé libertador dos israelitas e Pai de Jesus Cristo. Conforme a ordem de relações sugerida na economia da salvação, ele é o único princípio (*monê-archê*), a monarquia, a fonte, manancial e origem de tudo. Tanto da vida intradivina e, portanto, da divindade do Filho e do Espírito Santo, quanto da criação e da história. Ele é o mistério absoluto, inacessível, a fonte que, ao mesmo tempo que faz brotar a vida, também se retrai. A mão que, enquanto se abre para dar, também se fecha para subtrair-se a qualquer aproximação. Ele é o Deus oculto e escondido, que, no entanto, se revela através de suas duas mãos: sua Palavra (o Filho) e o Sopro (o Espírito) que sai com a Palavra.

Essa teologia pretende preservar o sentido do mistério. Ainda hoje, a teologia oriental é ciosa do mistério. Tem, por isso, preocupações mais estéticas e místicas do que éticas e políticas. Reserva o mistério à

esfera sagrada do culto e da oração, da adoração, da contemplação e do louvor. Ressalta a monarquia do Pai, entendendo monarquia no sentido teológico-trinitário: na Trindade há um só princípio que é o Pai. Se houvesse dois princípios, estaria quebrado o movimento da comunhão trinitária. Mas acrescenta logo que a monarquia do Pai não impede, ao contrário, é ela que dinamiza a participação do Filho e do Espírito, ambos procedentes do Pai, participantes de sua mesma divindade, com igual dignidade e majestade. O Pai exerce sua monarquia como serviço, exerce sua autoridade (*auctor*, de *augere* = fazer crescer) como agente e cabeça da comunhão trinitária. Desse modo, a fórmula de louvor à Trindade é dirigida ao Pai, pelo Filho, no Espírito, num reconhecimento de que toda graça vem do Pai, pelo Filho, no Espírito. Neste movimento de vinda e ida, o Pai encontra-se no ápice do mistério intra-trinitário e da história salvífica. É, portanto, um caminho teológico que, embora partindo da divindade do Pai, chega à afirmação clara e explícita da fé bíblica e ortodoxa da divindade de cada uma das três pessoas na comunhão infinita do amor.

1.2. O perigo: patriarcalismo e espiritualismo

Ao lado do valor dado ao mistério e à mística, à estética e ao louvor, esse modelo carrega, porém, um grande perigo, nem sempre evitado no decorrer da história da teologia, da pastoral e da política cristãs. Com efeito, situando-se no mesmo ponto de partida — a divindade do Pai —, se desenvolvera a heresia do subordinacionismo, que vê o Filho e o Espírito Santo subordinados ao Pai. Trata-se de uma heresia trinitária que se expressou em duas vertentes. O arianismo ou subordinacionismo ariano, do presbítero de Alexandria Ario († 337), vê o Filho como um semi-deus ou um super-herói, uma criatura, ainda que a mais excelsa, que participa, não

por natureza, mas só por adoção e subordinação, da divindade do Pai. O pneumatomaquismo (*pneûma-makhía* = luta contra o Espírito) ou subordinacionismo macedônio, do bispo de Constantinopla Macedônio, na segunda metade do século IV, vê o Espírito Santo como um fluido, um sopro de Deus, participante da natureza divina não por natureza, mas só por emanção. Assim, pois, com a preocupação de salvar a glória única do Pai, acaba-se com a Trindade, instaurando a concepção de um Deus que, sendo Criador e Senhor do Universo, domina solitário a obra da criação, da qual até mesmo o Filho e o Espírito fazem parte, ainda que como criaturas especiais. A divindade do Filho e a do Espírito Santo são negadas para salvar a monarquia do Pai.

Essas heresias esvaziam o conteúdo da fé que sempre fala de três sujeitos atuantes numa única história da salvação, interdependentes em suas ações na história da revelação. Como cremos que na economia da salvação se revela o ser mesmo de Deus, devemos crer que na intimidade da vida intratrinitária há um movimento em que os três são livres e interdependentes entre si, sem dominação e sem subordinação, ainda que se reconheça — a partir da história da revelação, em que o Pai envia o Filho e o Espírito Santo — uma ordem de relações em que o Pai seja o princípio da divindade das outras duas pessoas.

Fica evidente o perigo que surge quando se trata de aplicar essa teologia à política. Menos na vertente ortodoxa dos Padres gregos, bem mais na vertente herética de Ario e Macedônio, este modelo traz sérios riscos. Ele leva a um evidente paternalismo e patriarcalismo. Cria-se uma “religião do Pai”, visto como senhor absoluto, representado na terra por seu Filho, o qual, por sua vez, é visibilizado no chefe espiritual e/ou político (*Pastor*, 1982, 65). Nas relações intra-ecclesiais, essa “religião” é caracterizada pelo verticalismo espiritual,

pelo monarquismo papal e episcopal, pelo clericalismo eclesiástico, pelo juridicismo e pelo triunfalismo. Também nas relações sociais e políticas, esse modelo exerceu sua influência, enquanto justificava toda pretensão absolutista dos monarcas e déspotas que no decorrer dos séculos entendiam-se como representantes diretos de Deus. Criticando este modelo, afirma Moltmann: “A glória do Deus trino não se reflete nas coroas dos reis nem nos triunfos dos vencedores, mas no rosto do Crucificado e no rosto dos oprimidos, dos quais ele se fez irmão. Ele é o único modelo visível do Deus invisível. A glória de Deus trino se reflete também na comunidade de Cristo: a dos fiéis e dos pobres” (*Moltmann*, 1983, 214s).

Tanto na Igreja quanto na sociedade, não há lugar para as bases. O Papa na Igreja, o rei ou presidente na nação, o diretor ou professor na escola, o pai na família, o padre na paróquia, etc., cada um no seu nível é senhor das decisões que dizem respeito a todos. Os leigos não têm vez e voz na Igreja, os cidadãos não participam das eleições, as crianças e os jovens e as mulheres devem obedecer ao chefe da casa, as minorias são reprimidas. Foi só com o advento da modernidade que passou a prevalecer uma concepção e uma prática mais democrática do exercício do poder e da organização da sociedade.

Esse modelo traz ainda um outro grande perigo: o espiritualismo desencarnado da realidade. Lembrando que o maniqueísmo é “a base psicológica do arianismo”, J. L. Segundo adverte para o perigo do espiritualismo. O maniqueísmo espiritualista, tão presente nos movimentos gnósticos e espíritas de nosso tempo, mas também em ambientes cristãos, separa a história em duas, divide o ser humano em corpo e espírito, valorizando só a dimensão espiritual e religiosa, enxergando Deus só nos limites do sagrado, impossibilitando o acesso ao mistério pela mediação da matéria e da

conflitividade da história. Foi seguindo esse princípio que o arianismo, negando a possibilidade de união do humano, do material e biológico com o divino, chegou também à negação da divindade de Jesus. Os cristãos que procuram um Deus nas alturas, um Pai sem mundo, um Cristo sem práxis, uma fé sem política, estão esquecendo que o mistério se esconde na história (*Segundo*, 1977, 143-159; *Feller*, 1988, 147-151).

1.3. A meta: a autoridade servicial

Se esse modelo acarreta os riscos do paternalismo e patriarcalismo e do maniqueísmo e espiritualismo, nas suas variantes eclesiais e culturais, ele traz contudo tanto o apelo à exigência da autoridade para o serviço da coordenação e da organização, quanto a interpelação para o sentido do mistério e da espiritualidade. Nenhuma organização eclesial ou social sobrevive sem a dinâmica interna do exercício do poder e sem uma referência à verticalidade transcendente do mistério. Na Trindade, o poder do Pai é exercido como serviço à comunhão. A Trindade, na concepção fiel deste primeiro modelo de reflexão teológica, torna-se crítica a toda forma de autoritarismo e espiritualismo, bem como inspiração para a vida em comunhão em que o poder é exercido não como monopólio mas como partilha e todos buscam a fraternidade no encontro com o mistério do Pai (*Puebla* 241).

2. A ESSÊNCIA DO UNO: UNIFORMIZAÇÃO OU EMPENHO PELA UNIDADE?

2.1. O caminho: unidade e organização

O segundo modelo surgiu a partir do quarto século, no Ocidente, no contexto da preocupação com a unidade do Império

Romano ameaçado pelas invasões dos povos do Norte. Foi reforçado no início do segundo milênio, no contexto da preocupação com a unidade da Europa e da Cristandade medieval, na época da formação das nações e dos primeiros sinais de emancipação da tutela eclesiástica. Formulado na língua latina, tem como autores os Padres latinos e os Escolásticos, à frente de todos Agostinho († 430) e, depois, Tomás de Aquino († 1274). Seu ponto de partida é a essência do Deus Uno. Para esses teólogos, Deus mesmo é a Trindade, tal como aparece na Escritura, Deus que é comunhão entre o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Pretendem salvar a comunhão divina, a igualdade dos três tanto na eternidade quanto nas ações extra-trinitárias. Para entender como se dá essa comunhão, iniciam então com a pessoa do Pai para vê-lo como gerador eterno do Filho e concluem com a processão do Espírito Santo a partir do amor unitivo e distintivo que há entre o Pai e o Filho. Assim, ao mesmo tempo em que preservam a unidade, ressalvam também as distinções. Sabe-se claramente quem é quem. O Pai é o amante, o gerador, o não-gerado, o princípio sem princípio. O Filho é o amado, o gerado, o princípio a partir do princípio. O Espírito Santo é o laço de amor entre o Pai e o Filho, o Espírito da unidade na diversidade do Pai e do Filho.

Por causa da intenção de mostrar racional e objetivamente como se dá a comunhão nas diferenças, esse modelo se caracteriza pelo acento à metafísica, à lógica, à racionalidade, à distinção, à organização, ao direito. Parece ter a pretensão de apreender o ser da Trindade, encaixando-a numa fórmula matemática, elaborando um teorema trinitário. Bem diferente do modelo oriental — da mística e da estética —, o modelo ocidental vai dar suporte ao sentido lógico e jurídico, visível e organizatório da fé.

2.2. O perigo: uniformização, institucionalismo e racionalismo

Ao lado do valor dado à lógica e ao direito, à essência e à distinção, à encarnação e à organização, tão marcantes na Igreja e nas sociedades do Ocidente, esse modelo carrega, porém, um grande perigo, nem sempre evitado no decorrer da história da teologia, da pastoral e da política cristãs. Situadas no mesmo ponto de partida — a unidade da essência de Deus —, algumas heresias romanas do século III (Noeto, Praxéias, Sabélio) ressaltavam tanto a unidade que acabaram rejeitando as diferenças entre as três pessoas divinas. Não aceitando que Jesus de Nazaré pudesse ser Deus, por ser carnal e mortal, o docetismo (do grego, *dokeîn* = parecer, aparecer) ensinava que ele era o único e mesmo Deus em aparência humana. A partir da heresia cristológica do docetismo desenvolvem-se diversas heresias trinitárias. Chamadas, depois, complexivamente com o nome de modalismo, ensinavam que há um só Deus — o Deus uno —, que se apresentou à nossa história em três modos (daí o nome!): como Pai no Antigo Testamento, como Filho em Jesus de Nazaré, como Espírito Santo na Igreja primitiva. As pessoas divinas são vistas, assim, como funções salvíficas, não pessoas em sua identidade e individualidade próprias, mas papéis, máscaras que mostram, em tempos diferenciados, a mesma e una divindade.

Com a preocupação de salvar a unidade de Deus, acaba-se com a Trindade, instaurando, de modo muito semelhante ao modelo anterior, a concepção de um único e mesmo Deus que, sendo Criador e Senhor do Universo, domina a obra da criação e da história, revelando-se, em suas máscaras e papéis e funções diferenciadas, como criador, como redentor, como santificador. Como no contraponto do modelo anterior, essas heresias também esvaziam o conteúdo bíblico que sempre fala de três sujeitos diferentes numa única comunhão,

os três atuando numa única história da salvação, interdependentes em suas ações. A história da revelação dá a entender que na intimidade da vida intratrinitária há um movimento em que os três não são apenas funções, mas realidades com identidade e subjetividade próprias, livres e interdependentes entre si.

Fica evidente o perigo que surge quando se trata de aplicar essa teologia à política. Menos na vertente ortodoxa de Agostinho e Tomás de Aquino, bem mais na vertente herética de Noeto, Praxéias e Sabélio, estão presentes sérios riscos. As conseqüências são as mesmas do modelo anterior, com a agravante do funcionalismo, institucionalismo, uniformismo. Cria-se uma religião da essência de Deus, uma “religião do Deus Uno”, visto como senhor absoluto, representado na terra pela instituição eclesiástica, pelo poder estatal, pela sociedade harmoniosa, pela família patriarcal. Nessa “religião do Deus Uno”, dá-se espaço demasiado à pessoa do Filho. Uma vez que ao Filho feito carne em Jesus de Nazaré cabe a propriedade divina da encarnação e visibilização de Deus, da reconciliação e recapitulação de tudo e todos em Deus, ele ocupa lugar central nesta “religião”, que poderia também ser conhecida como “religião do Filho” (*Pastor*, 1982, 66). Trata-se do cristomonismo, mais vezes criticado, na história da Igreja e da teologia, como responsável pelo visibilismo jurídicista e uniformismo clerical da Igreja do Ocidente.

Além dos desvios do modelo anterior, nas relações intra-ecclesiais essa “religião” é caracterizada pelo ritualismo litúrgico, pelo direito moralista, pelo institucionalismo eclesiástico, pelo funcionalismo burocrático. Também nas relações sociais e políticas, este modelo exerceu sua influência, enquanto justificava toda pretensão uniformizadora das instituições estatais ou sociais.

Tanto na Igreja quanto na sociedade, não contavam as pessoas, mas a instituição. As pessoas deviam cumprir, ordenadamente, sob pena de exclusão, suas funções com o fim de salvar a instituição. Assim, por exemplo, para salvar a doutrina e o direito da instituição da Igreja, os seus críticos eram excomungados. Para salvar a soberania e o poder da instituição do Estado, os seus oponentes eram silenciados. As instituições da família, da escola, da paróquia, etc., prevaleciam sobre a liberdade e a consciência, a dignidade e a responsabilidade de seus membros. Não havia lugar, na Igreja, para a diversidade dos carismas e vocações, dos movimentos e comunidades. Não havia lugar, na sociedade, para a variedade de organizações e associações, de partidos e grupos. Não havia lugar na família e na escola para a expressão dos anseios das mulheres, dos jovens, dos estudantes. Numa cultura eurocêntrica, não havia lugar para o indígena e o negro. Prevalecia a uniformidade. Na defesa da unidade, caía-se na uniformidade.

Aos perigos apresentados soma-se ainda o racionalismo teológico, que pretende dominar a Deus pela idéia do Deus-natureza, entidade abertamente incompatível com o Deus cristão, por ser fruto de reduções racionais, certamente não desinteressadas da política, do modalismo antigo e do deísmo moderno. Observando a forte presença desse conceito de Deus na teologia, J. L. Segundo denuncia: "Nessa natureza, (a teologia) só vê o que pode deduzir de sua infinitude, de sua suficiência absoluta, de sua plenitude de todo valor, identificada com uma felicidade sem sombras nem sobressaltos. Essa natureza, considerada sem mais como Deus, separa-o, de maneira abissal e irremediável, de toda natureza criada, e, por isso mesmo, de toda mudança, de toda dor, de toda história" (*Segundo, 1977, 97-119, aqui: 102; Feller, 1988, 151-154*). Os cristãos que buscam um Deus sem mundo e sem história, fora

das mudanças e conflitos sociais, aqueles que vivem uma fé estática, sem política, esquecem do Deus de Israel e de Jesus Cristo, "um Deus que livremente e apesar de não precisar, por sua natureza, padecer, mudar e morrer, amou e se entregou, em toda a extensão da palavra, à lógica desse amor" (*Segundo, 1977, 108*).

Criticando esse modelo, a partir da doutrina trinitária do reino da liberdade, escreve Moltmann: "O monoteísmo monárquico legitima a Igreja como hierarquia, como poder sagrado... A doutrina trinitária (ao contrário) constitui a Igreja como comunidade sem dominação... Em lugar da autoridade e da obediência primam o diálogo, o consenso e a harmonia... Em lugar da hierarquia que conserva e impõe a unidade, aparecem a fraternidade dos irmãos e irmãs na fraternidade de Cristo" (*Moltmann, 1983, 219s*). Tal crítica, feita a respeito da influência desse modelo sobre a vida da Igreja, vale sem dúvida também para seu peso histórico e cultural sobre a sociedade. De fato, foi só com o advento da modernidade que passou a prevalecer uma concepção e uma prática mais democráticas das instituições. Entraríamos então na concepção do terceiro modelo.

2.3. A meta: a integração holística

Mas, se é verdade que esse modelo acarreta os riscos da uniformização e do institucionalismo, da abstração racionalista e do deísmo dualista, também é certo que ele carrega consigo a interpelação pela unidade. O mundo moderno e pós-moderno está fragmentado, perdeu a estabilidade e segurança oferecidas pela unidade da cristandade medieval, construída, aliás, no suporte do modelo latino que estamos estudando (uma só Igreja — a católica; uma só raça — a branca; um só continente — a Europa; uma só matriz conceitual — a natureza criada por Deus, etc.). Caracteriza o mundo moderno e pós-moderno a di-

versidade de situações, ideais e valores. Mas nem por isso, o ser humano abandonou o anseio pela unidade. Os apelos da Nova Era apontam exatamente para o horizonte do holismo, da integração do ser humano com Deus e o cosmos, da união entre culturas e religiões.

A Trindade, na concepção justa desse segundo modelo de reflexão teológica, torna-se crítica a toda forma de uniformização, institucionalização e racionalismo que massacra e exclui as diferenças. Mas também torna-se inspiração para o empenho pela unidade e para o sentido e a prática da comunhão eclesial e da organização social.

3. A DISTINÇÃO DOS TRÊS: ANARQUIA OU DEMOCRACIA PARTICIPATIVA?

3.1. O caminho: distinção, igualdade e subjetividade

O terceiro modelo está em fase de germinação e desenvolvimento. Ele surge dos anseios do ser humano moderno por liberdade e igualdade, por individualidade e participação. Está sendo elaborado por teólogos das mais distintas tradições cristãs: os ortodoxos Bulgakov e Evdokimov, o protestante Moltmann (1983, 220-238), o católico L. Boff (1987, 156-192). Seu ponto de partida é a distinção das três pessoas divinas. A revelação bíblica fala de três sujeitos divinos que se revelam mutuamente, que agem interdependemente na história da salvação. Essa constatação leva ao entendimento de que também na intimidade da vida intratrinitária haja uma comunhão em que cada um dos três é considerado na sua diferença, na sua identidade, nas suas propriedades. A comunhão não é niveladora e massificadora, mas existe exa-

tamente por causa de e através da diversidade dos três. A Trindade não é uma sociedade anônima, uma geléia geral, uma mistura fina de entes sem personalidade. Ao contrário, é a comunhão de pessoas distintas entre si. Cada uma entra com o que tem de próprio e peculiar. O Pai com a paternidade, a manancialidade, a fontalidade. O Filho com a receptividade, a acolhida. O Espírito com a unitividade diferenciadora e com a diversidade unitiva. Sendo três diferentes, não são divididos e separados, mas plenamente interdependentes entre si, na chamada comunhão pericorética de interpenetração, intercomunhão.

Com o objetivo de mostrar como as diferenças pessoais realizam e vivem a comunhão, esse modelo se caracteriza pelo acento à diversidade, à participação, à subjetividade e individualidade, à liberdade e à consciência. Bem diferente dos modelos anteriores, esse modelo moderno vai acentuar o sentido participativo e igualitário, libertário e democrático da vida de fé.

3.2. O perigo: anarquia, divisão e individualismo

Ao lado do valor dado à participação e à democracia, à subjetividade e à fraternidade, esse modelo carrega, contudo, um grande perigo, nem sempre evitado no decorrer da história da teologia, da pastoral e da política cristãs. Partindo da mesma preocupação — salvaguardar as distinções em Deus —, algumas heresias dos primeiros séculos (por ex. Dionísio, bispo de Alexandria, em meados do século III, em sua reação contra o sabelianismo) acabaram ressaltando-as de tal modo que se caiu no triteísmo, que possibilitava ver na Trindade a realidade contraditória de três deuses, três princípios distintos de ser. Também no século XIII, a teologia trinitária do abade Joaquim de Fiore (†1202) foi questionada no IV Concílio de Latrão (1215) porque teria identificado as três

64 pessoas com três presumíveis eras da história (o Pai com o Antigo Testamento, era da escravidão; o Filho com o Novo Testamento, era da graça; o Espírito Santo com sua época de anseios de renovação, era da liberdade), separando as pessoas entre si, não tendo explicitado claramente a realidade da comunhão eterna dos três (*Moltmann, 1983, 220-226; Forte, 1987, 79-83*). Desse modo, corre-se o risco de dividir a Trindade, de acabar com a unidade e a unicidade de Deus.

Com a preocupação de salvar as diferenças, acaba-se com a comunhão, instaurando a concepção de um Deus dividido em mônadas isoladas entre si. Como nos modelos anteriores, essas heresias — ou, pelo menos, ambigüidades — também esvaziam o conteúdo da revelação que sempre fala de três sujeitos diferentes numa única comunhão. Pela história da salvação, pode-se captar que na intimidade da vida intra-trinitária há um movimento de vida e comunhão em que os três não são divididos e separados. São realidades com identidade e subjetividade próprias, livres e interdependentes entre si, que, exatamente a partir das distinções, vivem eternamente em comunhão.

Fica evidente o perigo que surge quando se trata de aplicar essa teologia à política. Menos na vertente ortodoxa de Bulgakov, Evdokimov, Moltmann e L. Boff, bem mais na vertente herética de Dionísio e na vertente ambígua de Joaquim de Fiore, estão presentes sérios riscos. As conseqüências são bem diversas daquelas dos modelos anteriores: subjetivismo, anarquia, democratismo, basismo, conflitivismo, setorialismo. Cria-se uma “religião do Espírito”, em que não há critérios de identidade e diferencialidade para o acesso a Deus (*Pastor, 1982, 67; Feller, 1995a, 47-49*). Essa “religião” poderia realizar-se de dois modos: cada grupo cria o seu Deus, o Deus de cada nação e cultura, religião e igreja, movimento e comunidade, gerando

o relativismo moral, o conflitivismo social e o indiferentismo religioso; ou cria-se o Deus impessoal da Nova Era, Deus da conciliação amorfa de todos os ideais e valores, mesmo se contraditórios entre si (*Feller, 1995b, 341-353*).

Nas relações intra-eclesiais essa “religião” é caracterizada pelo setorialismo na pastoral, pelo basismo das comunidades, pela anarquia nas celebrações. Nas relações sociais e políticas, surge o assembleísmo dos conselhos, o democratismo das relações.

Ao contrário do modelo anterior, esse não dá tanto peso às instituições quanto às pessoas. Tanto na Igreja quanto na sociedade, passa a valer o plural, muitas vezes em detrimento da unidade. As instituições são criticadas como superestruturas produzidas ideologicamente por interesses econômicos e políticos. Em duas vertentes faz-se a crítica das instituições. O capitalismo liberal e, agora, neoliberal critica com interesse funcionalista as instituições, porque estatizam demais não deixando espaço para as liberdades individuais, a iniciativa privada. O coletivismo marxista as critica, com acento na dialética, porque exploram e oprimem contingentes enormes de pessoas, trabalhadores, feitos mão-de-obra barata, excluídos dos meios e dos bens de produção. No entanto, um e outro, baseados que são no monoteísmo religioso ou no panteísmo ateu, promovem a criação de uma sociedade desumana: o capitalismo torna-se egoísta; o socialismo cria a massificação coletivizante. Como assevera Moltmann, “o personalismo ocidental esteve aliado com o monoteísmo até hoje, enquanto o socialismo do Leste, desde a perspectiva religiosa, tem uma base panteísta, mais que atéia”. E conclui: “Por isso, o personalismo ocidental e o socialismo oriental não puderam conciliar-se até hoje. Os direitos humanos individuais e os direitos sociais aparecem divididos entre si. A doutrina trinitária cristã pode desempe-

nhar um papel importante para alcançar a necessária convergência em vista de uma sociedade verdadeiramente humana" (Moltmann, 1983, 216s).

3.3. A meta: comunhão eclesial e democracia participativa

Esse modelo tem a vantagem de exercer sua influência na sociedade e na Igreja, enquanto justifica toda pretensão democratizadora das organizações e instituições. Será preciso, porém, mais tempo e, sobretudo, mais prática política democrática, mais comunhão e participação eclesial, mais exercício comunitário do poder, para fundamentar os argumentos e a argamassa desse terceiro modelo. Estamos vivendo um momento único na história da fé. Nos primeiros séculos do cristianismo, a Igreja inculturou o Evangelho proveniente da cultura judaica em ambiente greco-romano. Agora é a hora da inculturação em ambiente moderno e pós-moderno, urbano e global. O modelo novo de teologia trinitária que está surgindo talvez não consiga, por falta de tempo — e de conversão, da nossa parte! —, marcar as relações sociais e eclesiais do nosso tempo. Mas será determinante para a sobrevivência da Igreja e da humanidade dos tempos futuros! Na dependência da força desse modelo se encontram os movimentos libertários dos pobres, dos indígenas e dos negros, das crianças e das mulheres, das culturas e religiões oprimidas.

Proposto por Moltmann como doutrina trinitária do Reino de Deus e da liberdade do ser humano, esse modelo salienta a contribuição de cada pessoa divina (a criação como obra do Pai, a libertação como obra do Filho e a glorificação como obra do Espírito) para a edificação do Reino de Deus trino e para a fundamentação da liberdade de cada ser humano e da humanidade em geral. Superando o velho método do domínio, esse modelo instaura a

comunhão. "Enquanto a liberdade seja simples domínio, é preciso separar, isolar, individualizar e distinguir para poder dominar. Mas, se a liberdade significa comunhão ou comunidade, então se vive a unificação de todas as coisas separadas... A liberdade como comunhão é, pois, o movimento contrário à história das lutas pelo poder e das lutas de classe" (Moltmann, 1983, 233).

CONCLUSÃO

Como se vê, cada modelo de teologia trinitária traz vantagens e riscos para o exercício eclesial e político do poder. Por isso, não se pode cair no idealismo de escolher apenas um modelo, excluindo os outros, transplantando-o sem mais, desconhecendo a realidade da carga histórica e cultural que nos põe diante de todos os três. Será preciso, sim, aproveitar-se das vantagens que cada um oferece, estabelecendo critérios que possam anular o desenvolvimento dos perigos que trazem.

Sabendo que o primeiro modelo privilegia o dado bíblico da ordem das relações, o segundo privilegia a comunhão e o terceiro as distinções, pode-se imaginar que numa integração mútua, cada modelo dá sua contribuição para que os outros dois não caiam nem em heresias nem em práticas injustas. Assim, o primeiro modelo, salientando a presença da autoridade, impede que a sociedade e a Igreja se tornem sociedade amorfa ou anárquica. O segundo modelo, pela relevância dada à comunhão, impede o autoritarismo e o individualismo. O terceiro, pela valorização das diferenças, impede a opressão e a massificação.

Mas, numa interpenetração dos três modelos, deve-se, a nosso ver, dar preferência ao terceiro, que está sendo forjado em nosso tempo. Para isso, será preciso pôr em prática, nas relações interpessoais, grupais e comunitárias, o exercício comuni-

tário e participativo do poder. É urgente fortalecer a relação entre uma teologia trinitária que parte da distinção das pessoas divinas e uma prática política e pastoral em que se leve em conta a diversidade de pessoas e situações, dos carismas e ministérios.

Na prática comunitária e participativa do poder, tanto eclesial quanto social, haverá sem dúvida lugar para uma ordem de relações, em que apareça claramente quem exerce a autoridade. O primeiro modelo tem sua vez. No entanto, a autoridade será exercida a partir da consciência de se ter o carisma adequado para tanto. Carisma este recebido do Espírito e não da instituição. Será preciso provar os carismas de quem pretenda possuir algum cargo de direção, a fim de que não aconteça que vá exercer o poder a título pessoal e excludente.

Igualmente, tem vez o segundo modelo, com seu acento na instituição, na distribuição dos papéis e funções. Tanto a Igreja quanto a sociedade somente subsistem na base da organização. No entanto, a estrutura institucional e organizacional terá sen-

tido enquanto servir de apoio à dinâmica da vida e à diversidade de carismas. Portanto, a instituição também estará sob a interpelação do Espírito.

De qualquer modo, os desafios do mundo moderno e pós-moderno exigem que nos apresentemos à humanidade do terceiro milênio com uma nova imagem de Deus Trindade que justifique e sustente uma nova proposta de organização social e de prática política (Muñoz, 1986, 32-238; Feller, 1995c, 101-120). O terceiro modelo está aí para responder a estes desafios. O Deus-Trindade não poderá mais servir como álibi para imperialismos colonialistas, para machismos opressores, para exclusivismos marginalizadores. Não pode mais ser apresentado como ídolo. Ele é diferente dos deuses da modernidade, ídolos que exigem o sacrifício dos pobres para poder manter-se no poder. Uma vez que o nosso Deus-Trindade é, ele mesmo, origem de todo poder, ele o exerce no despojamento e na humilhação, conforme nos mostra de modo contundente a práxis de Jesus de Nazaré.

FONTES:

BOFF, Leonardo. *A Trindade e a sociedade*, Vozes, Petrópolis, 1987.

FELLER, Vitor Galdino. *O Deus da revelação*, Loyola, São Paulo, 1988.

FELLER, Vitor Galdino. *A Nova Era: religião do Espírito?*, em *Encontros Teológicos* 18, ITESC, Florianópolis, 1995a, 45-49.

FELLER, Vitor Galdino. *Nova Era e fé cristã: mútua exclusão!?*, em *REB* 218, Vozes, Petrópolis, junho 1995b, 338-364.

FELLER, Vitor Galdino. *A revelação de Deus a partir dos excluídos*, Paulus, São Paulo, 1995c.

FORTE, Bruno. *A Trindade como história*, Paulinas, São Paulo, 1987.

MOLTMANN, Jürgen. *Trinidad y Reino de Dios*, Sígueme, Salamanca, 1983.

MUÑOZ, Ronaldo. *O Deus dos cristãos*, Vozes, Petrópolis, 1987.

PASTOR, Félix Alexandre. *Semântica do mistério*, Loyola/PUC, São Paulo/Rio de Janeiro, 1982.

SEGUNDO, Juan Luis. *A nossa idéia de Deus. Teologia aberta para o leigo adulto*, vol. III, Loyola, São Paulo, 1977.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE.

1. O autor afirma que “cada modelo de teologia trinitária traz vantagens e riscos para o exercício eclesial e político do poder”. Suposta a leitura do artigo, procure partilhar em comunidade como esses riscos e vantagens incidem no cotidiano da Vida Religiosa, especialmente na prática da autoridade/obediência.

2. Que podemos fazer nas nossas comunidades para que – como diz o artigo – “nos apresentemos à humanidade do Terceiro Milênio com uma nova imagem do Deus Trindade que justifique e sustente uma nova proposta de organização social e de prática política”?

A VIDA RELIGIOSA INSERIDA NO MEIO DOS POBRES, À LUZ DA PALAVRA DE DEUS

Frei Carlos Mesters, O.Carm.

I. RELER NOSSA TRADIÇÃO À LUZ DA OPÇÃO PELOS POBRES

1. Os dois pólos: a Tradição e os pobres

O que nos une como religiosos e religiosas não é a idade, nem a raça, nem a língua, nem a política, nem a cultura. O que nos une é a vontade comum de "Seguir Jesus" e de viver o seu Evangelho, de realizar a doação da nossa vida, de prestar serviço aos irmãos, sobretudo aos pobres, e de realizar assim a vontade de Deus, dentro da vida religiosa de acordo com o ideal que esta nos propõe em suas Regras e Constituições, em sua Tradição e em sua Prática.

Uma Ordem ou Congregação nasce a partir de uma necessidade do povo de Deus. Geralmente, de uma situação de pobreza gritante. Alguém, um grupo, sente o apelo e responde: São Bento, São Francisco, Santa Clara, São Domingos, Santa Teresa, Santo Inácio, tantas e tantos outros. Cria-se um grupo, do qual vai nascendo a Ordem, a Congregação. Assim nasceu e *continua nascendo*, até hoje, a Ordem ou a Congregação a que pertencemos. Somos desafiados a fazer renascer o carisma, a cada novo momento histórico. Chamados a recriar, não a repetir.

Estamos sempre entre estes dois pólos: de um lado, a realidade, as necessidades do povo de Deus, os pobres; do outro, a tradição e o nosso passado. Nenhum dos dois pode ser ignorado. Os dois fazem apelo à nossa consciência em nome de Deus, mas cada um a seu modo. A Tradição faz apelo, porque ela nos oferece a forma concreta de como devemos viver o evangelho. Os pobres fazem apelo, porque denunciam qualquer forma de riqueza acumulada que é causa de privação para outros, inclusive a riqueza acumulada da tradição religiosa. Por isso, a tradição deve ser sempre relida a partir do anúncio da Boa Nova aos pobres (cf Lc 4,18). A pobreza atualiza a tradição!

2. Os pobres nos questionam

Todos os religiosos que vivemos na América Latina, de uma ou de outra maneira, convivemos com a pobreza. Os pobres, sem dizer nada, apenas existindo, incomodam nossa consciência, a nós que, apesar do voto, não temos a pobreza que eles têm! Sua simples presença é uma prova de que o Evangelho não está sendo observado. Se fosse observado, não haveria tanta pobreza!

Os pobres da América Latina passaram a influenciar a teologia e a leitura da Bíblia. A Teologia da Libertação é uma forma de se refletir o mistério da presença de Deus na vida humana a partir da prática

dos pobres. O mesmo está acontecendo com a exegese na América Latina. Por exemplo, a leitura que se faz dos evangelhos revela cada vez mais a presença dos pobres na vida e no ensinamento de Jesus.

Os pobres passaram a influenciar os bispos e os religiosos da América Latina. Desde Medellín e Puebla, os bispos pedem a opção preferencial pelos pobres. Nós religiosos estamos recebendo um forte estímulo de maior fidelidade ao evangelho a partir do número cada vez maior de comunidades inseridas no meio dos pobres. Com outras palavras, os pobres invadiram a teologia, a leitura da Bíblia, a Igreja, a Tradição, a Vida Religiosa, as nossas cabeças, tudo! Eles estão em todo canto. Não escrevem livros, não discutem teologia, muitos deles não lêem a Bíblia, nem freqüentam as Igrejas, nada entendem das nossas Constituições, nem as conhecem. No entanto, sem pedir licença, invadiram a vida de todos nós, provocando reações a favor ou contra.

Tem gente que já não agüenta mais ouvir falar em pobre! Cada vez mais, há religiosos que relativizam as posições tomadas: "A opção é só preferencial! Jesus também acolheu os ricos! Perigo de marxismo! Nem todos os bispos concordam!" Mesmo assim, ninguém pode negar que a América Latina tem milhões de pobres que passam fome! Essa realidade é mais forte e nos leva a perguntar: Como fazer na prática para reler nossa tradição e colocá-la a serviço dos pobres?

3. Nossa tradição nos incomoda

Nossa tradição é o nosso passado, a nossa origem. É aquilo que nos define e nos dá identidade. É a forma sob a qual o Evangelho se apresenta a nós. É aquilo que lemos em nossas revistas e que ouvimos em nossos retiros. Dessa nossa origem não podemos abrir mão sob pena de perdermos nossa razão de ser. Não há religioso

ou religiosa que não seja sensível aos apelos que lhe vêm de seu passado, de seus santos. É como uma saudade que se coloca lá na nossa frente, como ideal a ser alcançado.

O estudo da tradição da vida religiosa dos últimos sessenta anos trouxe muita renovação interna. Provocou uma mudança na maneira de concebermos nossa identidade e nossa missão na igreja e no mundo. Para quase todos, o estudo do contexto de origem da Ordem ou da Congregação fez ressaltar semelhanças importantes com o nosso hoje. Revelou a importância dos pobres.

É esse questionamento, vindo dos pobres e da tradição, que nos leva a reler a tradição à luz da opção pelos pobres e que leva tantos a buscar uma vida mais inserida no meio dos pobres.

II. PONTOS QUE DEVERIAM SER PACÍFICOS, ACEITOS POR TODOS

A inserção no meio dos pobres está sendo questionada. Não existe árvore sem folha torta. Mas a árvore é boa! Hoje, na América Latina, a inserção é um movimento irreversível, vindo do Espírito de Jesus. É um elemento que já faz parte da Missão da Vida Religiosa.

1. A inserção como continuação da encarnação de Jesus

Vista de fora, a inserção se apresenta como o esforço de um grupo de irmãos ou de irmãs que procuram conviver no meio dos pobres, iguais a eles, para compartilhar com eles a vida, o destino, o sofrimento, a luta, tudo. Como tal, a inserção pode ser avaliada no que diz respeito à sua eficiência e seu resultado.

Vista à luz da fé, ela tem outra dimensão, mais profunda, que a ciência não con-

3
-
C
H
C
C
1
C
>
C
O
O

segue avaliar, a saber: ela é a continuação da encarnação de Jesus. Jesus é a Palavra de Deus que se fez carne e veio morar no meio de nós (Jo 1,14). Veio morar no meio dos pobres. A inserção procura ser a continuação dessa revelação do Pai aos pobres.

A encarnação de Jesus foi um processo. Começou quando Maria disse: "Faça-se em mim segundo a tua palavra" (Lc 1,38). Jesus conviveu trinta anos em Nazaré, "crescendo em sabedoria, tamanho e graça diante de Deus e dos homens" (Lc 2,52). Lendo a realidade do seu povo à luz da Escritura, formulou sua missão com as palavras de Isaías: "O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me ungiu para anunciar a Boa Nova aos pobres" (Lc 4,18). Ele foi fiel a essa missão. Por isso foi perseguido e morto. Pendurado na cruz, ele disse: "Tudo está consumado!" (Jo 19,30). Nossa inserção prolonga esse processo e, por assim dizer, faz a encarnação de Jesus acontecer hoje no meio dos pobres da América Latina. Completa o que falta na paixão de Jesus Cristo (Cl 1,24). Em nível pessoal a inserção também é um processo: começa no dia em que partimos, dizendo: "Faça-se em mim segundo a tua palavra", e termina só na hora da morte: "Tudo está consumado!" (Jo 19,30). É viagem sem retorno! Como na vida de Jesus, esse processo de encarnação tem seus momentos de crise e de impasse, que ele superava num contato mais intenso com o Pai e com uma leitura mais crítica dos sinais dos tempos.

2. Os vários níveis da inserção

A opção evangélica pelos pobres não é facultativa ou opcional! Muitos gostariam que fosse apenas uma exigência de determinada leitura sociológica. Assim, poderiam descartá-la como mais um "modismo" ou como "comunismo", pois ela incomoda. Mas não é nada disso. Ela é uma

exigência central do próprio Evangelho! A realização da opção pelos pobres está no centro da missão da Igreja e sobretudo da Vida Religiosa.

Essa missão tem uma estratégia. Como num exército, nem todos estão na linha de combate, mas todos são importantes na luta. Nem todos sentem o chamado para ir morar no meio dos pobres, nem todos têm capacidade de fazê-lo, mas todos devem assumir a opção pelos pobres como sua. Não se trata de discutir quem realiza melhor o ideal da Vida Religiosa: os que estão na inserção, ou os que estão na retaguarda. Importante é cada um e cada uma ser fiel e ocupar a sua função como membro de um corpo maior (1Cor 12,12-30). Um por todos, todos por um!

A inserção deve ser feita em dois níveis: *pessoal e congregacional*. Sempre haverá (e deve haver), entre os religiosos e as religiosas, pessoas que não vivem inseridas. Isso depende da vocação de cada um e da distribuição das tarefas na Congregação. Mas a Congregação não pode, por si, existir sem inserção. É condição para ela poder sobreviver como evangélica.

Os conflitos também aparecem em dois níveis: os conflitos pessoais do religioso ou da religiosa que realiza a conversão conflitiva e dolorosa em direção aos pobres, e os conflitos da Congregação que sofre as tensões em consequência do esforço para inserir-se no meio dos pobres.

A solução deve ser encontrada, igualmente, na conjugação desses dois níveis. De um lado, a Congregação ajuda as pessoas em seu esforço, nem sempre fácil, de inserção. De outro lado, as pessoas, os religiosos ou as religiosas, devem ajudar a Congregação, para que ela possa ser, na Igreja, nas várias dioceses e nas Congregações religiosas, um verdadeiro sinal do Deus que ama os pobres.

3. A Vida Religiosa Inserida como gesto profético

Como gesto profético, a Vida Religiosa Inserida deve ter sempre o duplo significado de anúncio e denúncia. Anúncio da Boa Nova aos pobres que vivem no cativo, abandonados e marginalizados. Marginalizados não só na sociedade mas também na igreja. Os pobres freqüentam nossas igrejas, mas não se sentem em casa. Falta algo, pois cada ano um milhão de brasileiros deixa a Igreja Católica para ir aos "crentes", onde são acolhidos como *irmãos* e *irmãs*. Deus foi distanciado deles. Durante séculos tiveram de ouvir: "Paciência! Vamos agüentar. Deus quer assim!" Eles mesmos o repetem com a boca. No coração, porém, sabem que Deus os ama. Ora, a inserção no meio deles é para confirmar esse anseio do coração. Por isso, ela é uma Boa Nova: explicita o desejo do coração dos pobres. Realiza as promessas que a vida nos faz, em nome de Deus. "Ele te dê o que teu coração deseja" (Sl 20,4).

Deve ser também uma denúncia. O simples fato de um grupo de irmãos ou de irmãs mudar de "lugar social" e abandonar um nível de vida para ir morar em outro já constitui uma denúncia, um ato de inconformismo, que, muitas vezes, incomoda aos que continuam morando no nível anterior. Daí, ser tão importante considerar a inserção como uma iniciativa não só pessoal mas também da Congregação como um todo.

4. Os vários setores da inserção

"Tudo geme como que em dores de parto aguardando a libertação e a manifestação dos filhos de Deus" (Rm 8,19-23). Paulo compara a história com uma longa gestação que envolve tudo e que está presente em toda a parte. Ora, a inserção procura fazer com que ação de Deus, presente na vida e na história humana, possa aflorar

e chegar ao nível de consciência como uma grande Boa Nova de esperança, sobretudo lá onde a vida humana existe marginalizada e onde ela luta para ser mais vida. Isso exige concretamente que a Vida Religiosa se faça presente nos vários setores onde estas "dores de parto" são mais fortes:

- a. Inserção no meio dos empobrecidos e excluídos: como anúncio da Boa Nova de que Deus está com eles em sua luta, e como denúncia contra a divisão provocada pela oposição rico-pobre. Tal divisão é a que mais desfigura a imagem de Deus no ser humano aqui na América Latina. (Implica também os pobres da própria Congregação, os velhos, os doentes.)
- b. Inserção no meio dos movimentos populares: como anúncio da presença libertadora de Deus na história, e como denúncia contra os poderes que oprimem e exploram. Essa inserção é mais difícil, pois ainda não está bem claro o específico da nossa presença, enquanto religiosos, nos movimentos populares, sobretudo sindicais e políticos.
- c. Inserção no meio das culturas: como anúncio da presença de Deus no coração de cada cultura, e como denúncia contra os males provocados pelo racismo contra os negros e os índios. Isso implica, por exemplo, que a Congregação aceite ser o espaço onde afloram conflitos abafados durante séculos.
- d. Inserção no meio do movimento das mulheres: como anúncio da ternura materna de Deus e do seu amor acolhedor, e como denúncia contra uma das mais perniciosas opressões que é a dominação da mulher pelo homem. A revelação da imagem de Deus no ser humano só será completa, quando tivermos eliminado este mal. Pois "Deus criou o ser humano à sua imagem, à imagem de Deus o criou: homem e mulher os criou" (Gn 1,27). Desafio muito grande, pois nem

sequer chegamos a tomar consciência dos preconceitos que temos em relação à mulher, e, às vezes, as próprias mulheres interiorizam de tal maneira os padrões da sociedade patriarcal que fica difícil fazer uma análise serena.

- e. Inserção nas situações de fronteira e nos grandes movimentos religiosos: como anúncio da presença acolhedora de Deus nas aspirações humanas e como denúncia das manipulações da religião pelos meios de comunicação social. Essa inserção ainda nem começou por causa do clima adverso com relação às religiões não-cristãs.

III. QUESTIONAMENTOS DE DENTRO E DE FORA

A Vida Religiosa Inserida está sendo questionada de muitas maneiras, tanto de dentro, a partir de certa insatisfação dos próprios inseridos, como de fora, a partir dos que combatem a Vida Religiosa Inserida com ou sem motivo sério. Vamos ver alguns desses questionamentos:

1. Quebra das motivações secundárias

Uma das motivações secundárias na origem da Vida Religiosa Inserida vinha do contexto dos anos 60 e 70, a saber, a possibilidade de uma mudança da sociedade e o desejo de contribuir para isso. O modelo bíblico que inspirava e animava nessa direção era o Êxodo, a libertação das garras do Faraó. Mas a tão desejada mudança estrutural não veio, e hoje ela está cada vez mais longe no horizonte. Como outrora o povo hebreu, estamos entrando no deserto, sem água e sem comida. Como manter viva a motivação para a vida inserida para os próximos quarenta anos de deserto no meio dos pobres, sem cair na tentação de querer voltar para as panelas cheias da Grande Disciplina do Egito? Qual

é agora o sentido de uma vida inserida? Qual o modelo bíblico que pode servir como fonte de inspiração?

2. A tendência restauradora é hegemônica na Igreja

Apesar da abertura do último sínodo, o vento restaurador que sopra na Igreja coloca em desvantagem a tendência para a Vida Religiosa Inserida. A Igreja institucional é cada vez mais clerical e disciplinar. Isso é fonte de muitas tensões no interior das Congregações e das pessoas. Além disso, é muito freqüente o conflito entre a visão de igreja que anima as comunidades inseridas e a que orienta a pastoral da Diocese. Em nível local, isso se concretiza no conflito com o vigário que não concorda com as religiosas inseridas e as marginaliza.

3. Pobreza crescente e o sistema neoliberal

A total impotência da Vida Religiosa Inserida diante da situação de opressão e de exploração em que se encontra o povo. Uma pergunta que se ouve: "O que fazer como religioso e como religiosa diante do número crescente dos pobres que enchem as ruas das cidades, sem esperança nenhuma de que possa ocorrer uma mudança sociopolítica e econômica? Depois de vinte anos ou mais de inserção no meio dos pobres, nada mudou e, em vez de melhorar, a situação piorou. A previsão é de que o número dos pobres irá aumentando sempre mais". Qual o objetivo da Vida Religiosa Inserida? Como viver a gratuidade do amor num mundo marcado pela eficiência?

4. Problema vocacional e o futuro da Vida Religiosa Inserida

A primeira coisa que Jesus diz quando chama para a missão é a preocupação com a continuidade da missão: "Peçam ao dono

sequer chegamos a tomar consciência dos preconceitos que temos em relação à mulher, e, às vezes, as próprias mulheres interiorizam de tal maneira os padrões da sociedade patriarcal que fica difícil fazer uma análise serena.

e. Inserção nas situações de fronteira e nos grandes movimentos religiosos: como anúncio da presença acolhedora de Deus nas aspirações humanas e como denúncia das manipulações da religião pelos meios de comunicação social. Essa inserção ainda nem começou por causa do clima adverso com relação às religiões não-cristãs.

III. QUESTIONAMENTOS DE DENTRO E DE FORA

A Vida Religiosa Inserida está sendo questionada de muitas maneiras, tanto de dentro, a partir de certa insatisfação dos próprios inseridos, como de fora, a partir dos que combatem a Vida Religiosa Inserida com ou sem motivo sério. Vamos ver alguns desses questionamentos:

1. Quebra das motivações secundárias

Uma das motivações secundárias na origem da Vida Religiosa Inserida vinha do contexto dos anos 60 e 70, a saber, a possibilidade de uma mudança da sociedade e o desejo de contribuir para isso. O modelo bíblico que inspirava e animava nessa direção era o Êxodo, a libertação das garras do Faraó. Mas a tão desejada mudança estrutural não veio, e hoje ela está cada vez mais longe no horizonte. Como outrora o povo hebreu, estamos entrando no deserto, sem água e sem comida. Como manter viva a motivação para a vida inserida para os próximos quarenta anos de deserto no meio dos pobres, sem cair na tentação de querer voltar para as panelas cheias da Grande Disciplina do Egito? Qual

é agora o sentido de uma vida inserida? Qual o modelo bíblico que pode servir como fonte de inspiração?

2. A tendência restauradora é hegemônica na Igreja

Apesar da abertura do último sínodo, o vento restaurador que sopra na Igreja coloca em desvantagem a tendência para a Vida Religiosa Inserida. A Igreja institucional é cada vez mais clerical e disciplinar. Isso é fonte de muitas tensões no interior das Congregações e das pessoas. Além disso, é muito freqüente o conflito entre a visão de igreja que anima as comunidades inseridas e a que orienta a pastoral da Diocese. Em nível local, isso se concretiza no conflito com o vigário que não concorda com as religiosas inseridas e as marginaliza.

3. Pobreza crescente e o sistema neoliberal

A total impotência da Vida Religiosa Inserida diante da situação de opressão e de exploração em que se encontra o povo. Uma pergunta que se ouve: "O que fazer como religioso e como religiosa diante do número crescente dos pobres que enchem as ruas das cidades, sem esperança nenhuma de que possa ocorrer uma mudança sociopolítica e econômica? Depois de vinte anos ou mais de inserção no meio dos pobres, nada mudou e, em vez de melhorar, a situação piorou. A previsão é de que o número dos pobres irá aumentando sempre mais". Qual o objetivo da Vida Religiosa Inserida? Como viver a gratuidade do amor num mundo marcado pela eficiência?

4. Problema vocacional e o futuro da Vida Religiosa Inserida

A primeira coisa que Jesus diz quando chama para a missão é a preocupação com a continuidade da missão: "Peçam ao dono

da messe para que mande operários!” As Congregações mais conservadoras, fiéis em tudo às orientações oficiais da Igreja, têm mais vocações. Por que será? A Vida Religiosa Inserida no meio dos pobres até agora não conseguiu exercer a mesma atração sobre os jovens. O que é que está faltando?

5. Estilo de vida e formação para a Vida Religiosa Inserida

Qual o estilo de vida religiosa que apresentamos aos que nos procuram na inserção? Quais as etapas de formação que apresentamos? Da maneira como vivemos a inserção hoje em dia, só os que já têm opção clara vão poder viver e conviver assim conosco. Do contrário, ou procura um lugar mais seguro em algum convento ou uma função mais eficiente em algum movimento político. Qual o estilo de Vida Religiosa Inserida que poderia oferecer aos jovens, ao mesmo tempo, uma resposta à sua busca *peçoal* interior e uma resposta à sua preocupação *social*, ao seu desejo de contribuir para a reconstrução da convivência humana? Como criar um caminho de inserção gradual que leve em conta esses problemas?

6. As mudanças no mundo

Nunca na história da humanidade houve tantas mudanças em tantos setores em tão pouco tempo como agora neste nosso século. Mudanças que se expressam na pós-modernidade, no pentecostalismo, na urbanização crescente, no êxodo rural, no sistema neoliberal, na Nova Era, na invasão do interesse tão marcante pelo religioso, nas formas múltiplas do fundamentalismo, na massificação crescente, etc. O que dizer e como reagir de tal maneira que a ação nossa não se perca, mas tenha algum sentido? Diante desta mudança em nível de macroorganização do mundo promovi-

da pelo neoliberalismo, o que fazer como religiosos e religiosas inseridos?

7. Vida Religiosa Inserida e crise de fé

Hoje, a vida religiosa está sendo questionada. Pois muitos pobres que não são religiosos vivem melhor o evangelho do que muitos de nós que professamos a Vida Evangélica. Qual a relevância da nossa Vida Religiosa Inserida para a vida dos pobres com que convivemos? O que representamos para eles? O que eles esperam de nós? O que eles vêem em nós? Como viver a radicalidade do Evangelho num mundo em que parece não haver lugar para tal radicalidade?

8. A imagem de Deus

A imagem que herdamos a respeito de Deus dificulta a vida inserida. A vida está sendo tão massacrada, o número dos excluídos aumenta cada vez mais, a violência já acontece entre os próprios pobres. Pobre explorando o pobre! Parece a ausência total do Reino! Viver nas periferias, nas favelas e nos cortiços no meio deste mundo tão violento e desumano é muito exigente. É o que muitos religiosos e religiosas sentem. Não agüentam viver isso por muito tempo sem desintegrar-se. Eles dizem: “Como viver consagrada a um Deus que permite tal coisa. É possível?” Alguns conseguem continuar vivendo no meio dos pobres por motivos de humanidade e de compromisso humano, mas não mais por motivos de fé tirados da convivência religiosa. Só pela fé não teriam motivação suficiente para agüentar uma vida assim. Por isso, é urgente que se tome consciência dos limites e da deficiência da imagem que temos de Deus. Só uma nova experiência autêntica de Deus poderá ajudar a superar essa crise.

9. Novas preocupações e visões aparecem no horizonte da vida

A preocupação ecológica com a preservação da vida leva a uma atitude ecumênica que já não consegue interessar-se tanto pelas diferenças doutrinárias e rituais, mas busca unir pessoas de diferentes credos e religiões em defesa da vida que Deus criou. A preocupação holística busca situar a vida no conjunto da harmonia da natureza e do universo, para além das divisões e preocupações confessionais e doutrinárias. O movimento feminista critica a visão patriarcal de Deus que se infiltrou em setores da vida eclesial e que leva as pessoas a já não se sentir em casa dentro da Igreja oficial e até na Bíblia, onde transparece esta mesma visão patriarcal. O despertar das culturas de povos não cristãos recoloca a questão da centralidade da pessoa de Jesus para a salvação.

10. Vida dos pobres, vida das Congregações, nova espiritualidade

Convivendo no meio dos pobres, o religioso ou a religiosa percebe que o quadro de referência dos pobres é totalmente diferente do quadro de referência que anima a vida na Congregação. O que predomina é a luta pela vida, pela sobrevivência. Quanto mais se insere no meio deles, tanto mais se distancia da vida das irmãs e da Congregação. Para essas, a vida inserida aparece como "loucura e escândalo". Como sustentar-se nesta vida sem desanimar? Onde encontrar as motivações? Qual a espiritualidade que mais condiz com a vida inserida e que mais pode ajudar as pessoas a agüentar uma vida dura assim?

Tudo isso faz perceber a necessidade urgente de uma espiritualidade realista, capaz de sustentar e motivar a Vida Religiosa Inserida, para que ela possa continuar a ser fermento. Uma espiritualidade

assim terá de nascer de uma leitura renovada da Palavra de Deus, presente na Bíblia e na vida. Isso nos leva para o próximo assunto: a Palavra de Deus como fonte de espiritualidade que anima a Vida Religiosa Inserida. Qual o modelo bíblico capaz de reanimar, inspirar, motivar e sustentar a Vida Religiosa Inserida?

IV. O SERVO DE DEUS NO CATIVEIRO QUE INSPIROU A PRÁTICA DE JESUS ESTAR COM O POVO DE DEUS, IGUAL A ELE EM TUDO

Um paradigma é um conjunto de atitudes que oferecem uma visão do mundo, e orientam, motivam e inspiram a vida de uma pessoa. O paradigma bíblico que, até hoje, mais inspirou o seguimento de Jesus na inserção foi o Êxodo. Mas na própria Bíblia, o Êxodo foi sempre relido e atualizado a partir dos novos desafios. Por exemplo, a saída do cativeiro da Babilônia foi vista e vivida como um novo Êxodo.

O atual horizonte em que vivemos assemelha-se mais à situação do cativeiro. No cativeiro da Babilônia, os paradigmas religiosos usados até então fracassaram e se quebraram todos. O povo estava numa situação sem horizonte. A crise da fé era radical e estrutural e não apenas conjuntural. No que segue vamos analisar de perto o modelo bíblico do cativeiro como possível fonte de inspiração para o seguimento de Jesus na inserção. Esse paradigma inspirou também a Jesus que veio cumprir o seu dever de irmão mais velho do povo oprimido.

A Bíblia não é só janela que mostra o quintal do vizinho. É também espelho, onde aparece nosso próprio quintal. No que segue veremos de perto a inserção dos discípulos e das discípulas de Isaías no cativeiro do povo na Babilônia. Ela tem seme-

lhança com a situação de hoje e pode ajudar-nos a entender melhor a Vida Religiosa Inserida no meio dos pobres.

1. "A noite escura do povo" — O cativoiro

1.1 "Lutei pela Pátria e ganhei cativoiro." Assim diz o canto, caracterizando a situação em que se encontra a maioria do povo latino-americano. Num encontro com religiosas que vivem inseridas, o atual cativoiro foi definido assim. De um lado, do lado de fora, o sistema neoliberal, a exclusão crescente, a igreja institucional cada vez mais clerical, a alienação de muitos movimentos religiosos internacionais, a lentidão do povo e a falta de consciência crítica, alimentada pelos meios de comunicação social. Esse sistema influi tanto na vida das pessoas que chega a perverter nelas o sentido das relações humanas, do poder e da vida.

De outro lado, do lado de dentro, pouca resistência, um sentimento de impotência, uma agressividade pessoal crescente e a idéia de que se deve ser super-homem ou supermulher para poder enfrentar essa situação. Como consequência nasce nas pessoas uma forte crise de existência, que coloca tudo em questão: a fé, a vida, a vocação. A palavra da primeira evangelização que antes iluminava a vida tornou-se velha e superada. Não vale mais, pois tudo mudou! A palavra nova ainda não nasceu. No meio dessa tensão vivem as comunidades inseridas. Elas sofrem a mesma crise.

1.2 O cativoiro da Babilônia foi a maior crise da história do povo de Deus. Tudo foi destruído. Perderam tudo que tinha sido o apoio da sua fé em Deus: terra, templo, culto, rei, Jerusalém. A própria identidade do povo se quebrou como um prato que cai no chão. O povo ficou perdido: sem poder, sem privilégio, sem rumo. Foi a escuridão total (Lm 3,2.6), a expe-

riência do nada. Deus parecia ter rejeitado o seu povo para sempre (Lm 3,43-45). "Acabou-se minha esperança que vinha de Deus" (Lm 3,18). "Já não sei mais o que é ser feliz" (Lm 3,17). Não havia mais palavra que pudesse dar uma esperança ao povo. A antiga evangelização, mais de 500 anos antes, do tempo de Josué, já não era capaz de interpretar os fatos. Deus parecia ter perdido o controle do mundo. O novo dono era a Babilônia que dizia: "Por todo sempre hei de ser senhora. Eu sou, e fora de mim não há nada!" (Is 47,7.8) É o que diz hoje o sistema neoliberal que domina e controla o mundo.

Deus, porém, continuava (e continua) presente no meio do povo com o mesmo amor de sempre (Is 49,15); não só no povo mas também no mundo ao redor, onde estavam ocorrendo mudanças profundas com a chegada de Ciro, o rei da Pérsia (Is 41,2-5.25; 45,1-7). Mas o povo perdeu os olhos para poder perceber a presença libertadora de Deus (Is 42,18-20; 43,8). Como ajudá-lo a descobrir a Boa Nova desta presença nova e escondida de Deus (Is 52,14-15; 53,1; 45,15)?

1.3 No meio daquele povo machucado e desintegrado viviam os discípulos de Isaías. Esse grupo anônimo de rapazes e moças, homens e mulheres, está na raiz de uma das experiências mais bonitas da história do povo de Deus. Junto com o povo, eles foram levados para o cativoiro. Mesmo sem os apoios tradicionais da fé, não desistiram de crer. A crise, em vez de levá-los à perda da fé ou a uma restauração da Grande Disciplina, foi para eles ocasião de purificação e de renascimento. O desafio deles era o mesmo das nossas comunidades inseridas: 1) Captar e experimentar a novidade de Deus, presente na história e na vida do povo. 2) Verbalizá-la e transformá-la em Boa Nova para os pobres. 3) Encarná-la e expressá-la em novas formas de convivência de tal modo que o povo possa perceber o seu alcance para a vida.

Como veremos, aqueles discípulos anônimos de Isaías redescobriram, de fato, a novidade antiga da presença escondida de Deus, souberam transformá-la em Boa Nova para os pobres (Is 40,9-11; 52,7-10; 57,14-18; 61,1) e conseguiram encarná-la em novas formas de vida. Sofrendo na própria carne a crise do povo, tornaram-se capazes de ajudar o povo a redescobrir o sentido dos acontecimentos e os sinais da presença de Deus. Qual foi o caminho que eles percorreram? Quais os passos dados e qual o método usado? Os escritos de Isaías 40 a 66 são o reflexo da Boa Nova vivida por eles. É lá que vamos procurar a resposta.

2. "A Madrugada da Ressurreição"

Nova experiência da vida, de si mesmo e de Deus

Na raiz de tudo está uma nova experiência da vida e de si mesmo que era, ao mesmo tempo, uma nova experiência de Deus, uma nova leitura do passado e uma visão crítica do presente. Estes três fatores, experiência de Deus, nova leitura do passado e visão crítica do presente, dependem um do outro e interferem um no outro. São os três pólos, unidos entre si, que animaram por dentro a inserção daqueles discípulos e discípulas de Isaías e os ajudaram a criar uma nova convivência, uma nova prática e um novo método de ação. Vejamos:

2.1 A nova experiência de Deus

O alcance da experiência de Deus, que os discípulos tiveram, repercute nas imagens que usaram para expressar o que estavam vivendo. De um lado, imagens familiares que revelam um novo relacionamento pessoal com Deus: Deus é Pai (Is 63,16; 64,7); é Mãe (Is 46,3; 66,12-13; 49,15); é Padrinho (Go'el, salvador, consolador, defensor, redentor, libertador)

(Is 41,14; 43,14; 44,6); é o Marido do povo (Is 54,5; 62,5). De outro lado, eles usam imagens que revelam uma nova percepção da ação de Deus na natureza, na história e na política: Deus é o Criador do mundo (Is 40,28; 51,13) e do povo (Is 43,15); é o Primeiro e o Último (Is 44,6; 41,4; 48,12). Ele não quer o caos (Is 45,18-19), mas o enfrenta e o vence com o poder criador da sua Palavra (Is 40,8). Ele é mais forte que o poder opressor que esmaga o povo (Is 40,12-18). Ele liberta, salva e conduz o povo com o seu poder criador (Is 40,25-31; etc.). Com outras palavras, a nova experiência de Deus repercute sobre as relações pessoais (microanálise) e sobre as relações com o mundo de fora (macroanálise). Quais são hoje os sinais promissores de uma nova experiência de Deus, de Jesus, da vida? Onde e em que imagens e formas se expressam?

2.2 A nova leitura do passado

O Deus que se fez presente na vida deles não era um novo Deus, mas sim o Deus de sempre, Javé, o Deus dos pais, que esteve com eles no passado e continuava com eles no presente. A nova experiência de Deus deu olhos novos para entender melhor o sentido de tudo que este Deus tinha realizado no passado. Era uma nova chave de leitura! De um lado, ajudou a perceber os erros e enganos, nos quais a imagem de Deus tinha sido aprisionada pela ideologia dominante no tempo dos reis. De outro lado, foi fonte de luz e de criatividade para repensar, um por um, todos os valores do passado, libertá-los dos erros e das limitações, adaptá-los à nova situação e fazer aparecer, assim, sua atualidade para o povo desanimado e descrente do cativo.

Eis alguns valores centrais da tradição, reinterpretados pelos discípulos de Isaías e retomados por Jesus na situação concreta da Galiléia. Eles têm a sua atualidade para nós hoje.

- * O *povo de Deus* já não é uma raça, pois os estrangeiros fazem parte (Is 56,3.6-7).
- * A *terra*, o grande dom de Deus, será distribuída também aos estrangeiros residentes (Ez 47,21-23).
- * O *templo* já não será só para os judeus, mas todos os povos (Is 56,7).
- * O *culto* é universal e os estrangeiros dele participam (Is 56,6-7).
- * O *sacerdócio* já não é só de Levi ou de Sadoc, mas também dos estrangeiros (Is 66,21).
- * O *reino* já não é a monarquia de Davi, mas sim o reino universal do próprio Deus (Is 52,7; 43,15).
- * O *messias*, o ungido, e o pastor já não é o rei davídico, mas sim Ciro, rei dos persas (45,1; 44,28).
- * A *eleição* já não é um privilégio, mas sim um serviço a ser prestado à humanidade (42,1-9; 49,6).
- * A *lei de Deus* é observada por todos os povos que nela encontram uma luz (Is 2,1-5; Zc 8,22-23).
- * *Jerusalém* já não é capital de Judá, mas sim o centro para todos os povos (Is 60,1-7).
- * A *pureza* vem de Deus, que aceita como puros os sacrifícios até dos pagãos (Is 66,20; Ml 1,11).

Nesses textos transparecem a coragem e a abertura que tiveram para repensar tudo. Souberam ser criativos. Ultrapassaram as fronteiras do tradicional e, fiéis à verdadeira Tradição, sonharam com um mundo novo: “As coisas antigas já se realizaram, agora vos anuncio estas coisas novas” (Is 42,9). Queriam tudo novo: novo céu e nova terra (Is 65,17), novo Êxodo (Is 41,18-20; 43,16-20), nova Aliança (Is 54,10; 55,3; 61,8), novo povo (Is 43,21), novo coração e novo espírito (Is 32,15; Jr 24,7; 31,33; 32,39; Ez 36,27). Uma fidelidade criativa

caracteriza essa nova leitura do passado! Desse modo, os discípulos desmascaravam a ideologia dominante do tempo dos reis e libertavam a tradição, para ela ser a casa onde os novos acontecimentos e as novas experiências pudessem ser acolhidos como fiéis ao passado, sem o risco de serem condenados pelos conservadores como estranhos e heréticos.

2.3 A visão crítica do presente

A nova experiência de Deus e a nova leitura do passado, por sua vez, deram olhos novos para encarar a situação presente do povo com realismo, com senso crítico e consciência de missão, e descobrir nela os apelos de Deus. A situação em que o povo se encontrava era esta: Jerusalém estava destruída, sem porta, suas muralhas dismanteladas. Cidade aberta, sem possibilidade de defesa. Gente de fora estava ocupando parte da terra (Jr 39,10). Eles estavam sem poder político, sem independência, sem exército, sem rei, incapazes de mudar a situação. Querendo ou não, eles eram obrigados pelas circunstâncias a conviver com os outros povos. Não havia alternativa viável para poder sobreviver. Esta era a realidade: uma situação de diáspora. O que fazer: ignorá-la, combatê-la ou assumi-la?

Vista com os olhos antigos do tempo dos reis, essa situação era um fracasso inaceitável. Os discípulos e as discípulas, porém, viam nela o início de uma nova etapa. Em vez de lamentar o passado que perderam, saudaram o futuro que acabava de nascer com muita dor. Não fizeram nenhum esforço para reeditar a monarquia como queria Zorobabel e alguns profetas, mas acordaram para a nova missão do povo no mundo.

O vento sacode a flor, espalha a sua semente e prepara, assim, uma nova floração. Do mesmo modo, os fatos violentos do exílio sacudiram o povo, espalharam-no como semente pelo mundo e o prepa-

raram para uma nova missão: ser luz das nações, ser Servo de Deus para todos os povos (Is 42,1.4.6; 49,6), fonte de bênção para todas as famílias da terra (Gn 12,3). Desse modo, iluminado pela luz da nova experiência de Deus e pela nova leitura do passado, o exílio, que parecia ser um golpe de morte no povo, tornou-se para eles apelo de Deus e anúncio de esperança e de vida.

Estes três fatores: experiência de Deus, nova leitura do passado e visão crítica do presente, animaram por dentro a inserção dos discípulos e discípulas de Isaías e os ajudaram a criar uma nova prática e um novo método de ação. E hoje na Vida Religiosa Inserida, como esta nova experiência de si e da vida se manifesta? Como se comunica, se transmite e se sustenta? Onde, em que lugar e de que forma? Como ela nos ajuda a redescobrir a novidade antiga perene de Jesus?

3. A nova prática e o novo método

Nasce um novo modo de viver e de conviver. Um novo jeito de ser povo de Deus. Vamos ver de perto os vários passos dessa nova prática dos discípulos e verificar, em seguida, como Jesus, o discípulo fiel, realizou tudo isso na sua vida no meio dos pobres e no anúncio da Boa Nova ao povo.

3.1 Nova atitude

Nos capítulos 40 a 66 do livro de Isaías, fruto desta experiência dos discípulos e das discípulas de Isaías, transparece uma atitude de escuta e de diálogo. Do começo ao fim, eles dialogam, fazem perguntas, questionam, levam a refletir sobre os fatos (cf Is 40,12-14.21.25-27; 41,8-16; etc.). Eles têm uma conversa atenciosa, cheia de ternura e de acolhimento (Is 40,1; 41,9-10.14; 43,4; etc.). Linguagem simples, concreta e direta.

Por essa maneira de tratar com o povo, os discípulos não só falam sobre Deus, mas também o revelam; comunicam algo do que eles mesmos vivem. Deus se faz presente nesta atitude de ternura e de diálogo. O povo se dá conta de que o Deus dos discípulos é diferente do Deus da Babilônia, diferente também daquilo que, anteriormente, eles mesmos pensavam sobre Deus. Assim, aos poucos, os olhos do povo se abrem. Começam a perceber algo do novo que estava acontecendo. "Não estão vendo?" (Is 43,19)

3.2 Argumentos novos

O desânimo era provocado pela opressão que de fora pesava sobre eles e pelo vazio que existia neles. Os discípulos deparam com esse desânimo e procuram ajudar o povo a superá-lo com argumentos novos. De um lado, desfazem o peso da opressão. De outro lado, usam argumentos que enchem o vazio do coração.

Desfazer o peso da opressão. Desmascaram o poder que oprime e a ideologia que engana: príncipes e juízes (Is 40,23), adivinhos e sábios (Is 44,25), governantes (Is 41,25), as nações do mundo e seus habitantes (Is 40,15.17.22) e a orgulhosa Babilônia (Is 47,1-15), os ídolos e seus adoradores, os falsos deuses e seus templos (Is 40,18-20; 41,6-7.21-29; 44,9-20). Tudo é analisado e criticado com ironia e precisão.

Encher o vazio do coração. Eles ajudam o povo a ler e a compreender de maneira nova e positiva o mundo que os envolve. 1) No mundo da política: Ciro, que estava modificando a face da terra, é visto como sendo conduzido por Javé (Is 41,1-5; 45,1-7). 2) Os acontecimentos da história que tanto pesavam, é Javé que, por meio deles, realiza o seu plano (Is 43,8-12). 3) O próprio exílio é visto como instrumento de educação do povo por parte

de Javé (Is 54,7-8; 47,6; 42,24-25). Numa palavra, eles usam o bom senso e fazem uma análise crítica da realidade. Desmascaram a ideologia dominante, que impedia de perceber a novidade da presença de Deus nos fatos da vida.

3.3 Conteúdo novo

Não só usam argumentos novos para desfazer o peso da opressão. Há também um conteúdo novo que revela a descoberta que fizeram da Boa Nova de Deus. Um novo rosto de Deus transparece em todas as páginas de Isaías 40 a 66. São sobretudo quatro os traços que sobressaem: amor desinteressado, poder criador, presença fiel e santidade exigente. Quatro traços que respondem aos quatro anseios mais profundos do coração humano. Eis alguns dos muitos textos, onde estes traços existem misturados: Is 40,12-31; 41,8-20; 44,24-28; 54,1-10.

Resumindo. Javé, o Deus do povo, é

1. um Deus amoroso: revela uma bondade que promove e liberta;
2. um Deus forte: liberta com um poder criador que tem tudo nas mãos;
3. um Deus fiel: sua presença amiga nunca falhou e nunca falhará;
4. um Deus santo: pede justiça, exige fidelidade e envia à missão.

O povo do cativo era como a noiva que, por culpa dos outros e por culpa própria, perdeu o noivo. A repentina ausência do Bem-Amado jogou a noiva no desespero. O objetivo da presença evangelizadora dos discípulos e das discípulas junto ao povo era ajudá-lo a reencontrar, nos fatos da vida, a presença amorosa, forte, fiel e exigente do Bem-Amado: "Teu Criador é teu marido!" (Is 54,5). Pois o rosto de Deus é a clarabóia da vida humana, a raiz da libertação e da ressurreição. Sem ele, tudo

escurece! Deixar transparecer a luz desse rosto é o mesmo que revolucionar a vida.

3.4 Tornar a realidade transparente

De tudo isso resultou uma prática nova que buscava encarnar a Boa Nova de Deus em novas formas de vida. Os discípulos procuravam ajudar o povo a descobrir o outro lado da natureza, da história e da política. De noite, levam o povo para fora de casa e perguntam: "Levantem os olhos e vejam: quem é que criou todas estas estrelas?" (Is 40,26). Eles contam a história, lembram o êxodo (Is 43,16-17) e mandam refrescar a memória (Is 43,26; 46,9). Apontam os fatos da política e perguntam: "Quem é que faz tudo isto?" (Is 41,2). A resposta é sempre a mesma: "É Javé, o Deus do povo, o nosso Deus!".

Assim, aos poucos, a *natureza* deixa de ser o santuário dos falsos deuses; a *história* já não é mais decidida pelos opressores do povo; o mundo da *política* já não é mais o domínio de Nabucodonosor. Por trás de tudo começam a reaparecer os traços do rosto de Javé, o Deus do povo. A natureza, a história e a política deixam de ser estranhos e hostis ao povo e tornam-se aliados dos pobres em sua caminhada como *Servo* de Deus.

Mas a casa preferida de Deus é no meio de seu povo oprimido e exilado: "Eu estou contigo!" (Is 41,10). "Troco tudo por ti!" (Is 43,4). É lá que Ele deve ser procurado (Is 55,6), e é de lá que Ele quer irradiar sobre o mundo como "Luz dos Povos" (Is 42,6). Diante dessa presença avassaladora de Deus no mundo, na vida, na história, na política, no próprio povo, os discípulos convocam o povo: "Cegos, olhem! Surdos, ouçam!" (Is 42,18). "Não estão vendo?" (Is 43,19). Esta é a Boa Nova que os discípulos anunciam ao povo: "Teu Deus reina!" (Is 52,7).

3.5 Apontar a Boa Nova de Deus na vida do povo

A Boa Nova não é uma doutrina nem uma moral. Anunciar a Boa Nova é apontar fatos concretos em que esta vitória do Reino de Deus já está acontecendo, e interpretá-los de tal maneira que apareça para fora esta dimensão escondida da presença vitoriosa de Deus. Com outras palavras, a Boa Nova é um *fato da vida*, onde Deus está presente, atuando, libertando o seu povo com poder e realizando o seu projeto de salvação; é uma *palavra que tira o véu* desse fato e nele revela a presença gratuita de Deus; é uma *atitude*, um *testemunho*, uma *prática* que confirmam esta presença; é todo o *passado do povo* que o atesta e o ratifica. “Era isto que esperávamos há muito tempo!”

O livro de Isaías deixa transparecer os vários fatos apontados pelos discípulos como manifestação do Reino, presente no meio deles:

- 1) a chegada de Ciro, vencendo Nabucodonosor, dando esperança aos oprimidos (Is 41,25-27);
- 2) o povo saindo do cativeiro, repetindo o êxodo (Is 52,7-12);
- 3) o povo se organizando como um rebanho ao redor do pastor (Is 40,9-11);
- 4) o povo se alegrando com a chegada da paz (Is 52,7-9);
- 5) o povo reagindo, resistindo firme contra o opressor (Is 50,4-10).

A pergunta que fica é esta: “Quais são hoje os fatos que podem ser apontados como sinais de que Deus está chegando com poder para libertar o seu povo e realizar o seu projeto”? Como nós da Vida Religiosa Inserida fazemos para chegar a essa percepção? Como transmiti-la e anunciá-la aos pobres?

3.6 Encarnar a Boa Nova em novas formas de convivência humana

Não basta apontar e interpretar os fatos. Não basta o anúncio nem o testemunho da pessoa que faz o anúncio. É necessário também o testemunho da comunidade. O amor de Deus deve traduzir-se em amor ao próximo. É aqui, neste nível, que se trava a batalha decisiva. Os discípulos e as discípulas de Isaías lutaram combatendo a injustiça e a opressão dentro da comunidade. Por exemplo, a maneira como entendiam o “jejum verdadeiro” (Is 58,3-7). Eles tinham um projeto bem concreto que os orientava: um novo céu e uma nova terra (Is 65,17-25).

Durante mais ou menos cem anos, eles tiveram relativa liberdade para viver esse projeto de vida. Na época de Neemias, em torno de 445 a.C., eles foram vencidos pelas contradições internas, derrotados pela tentação que ameaça sempre o projeto de Deus: separar, na prática, o amor a Deus e o amor ao próximo (cf. Ne 5,1-5). A ala conservadora da Grande Disciplina tomou a dianteira. Mas ficou a luz a brilhar no horizonte que foi retomada por Jesus.

3.7 Uma nova compreensão da própria missão

Toda essa prática levou os discípulos a uma maior clareza a respeito de sua própria missão: ser no meio do povo aquilo que o povo deve ser no meio da humanidade. Por isso, os quatro cânticos do Servo de Javé falam da missão tanto do povo como dos próprios discípulos (Is 42,1-9; 49,1-6; 50,4-9; 52,13-53,12).

Eles sabem que a missão é difícil e penosa. Nem sempre ela é clara. Às vezes, parece que estão perdendo tempo (Is 49,4). Para ser fiel, o discípulo deve impor-se uma disciplina: toda manhã deve tirar um tempo para escutar a palavra que Deus lhe tem a dizer e que ele mesmo deve levar

aos que estão desanimados (Is 50,4-5). Ele encontra muita oposição, e para não desanimar deve procurar sua força em Deus (Is 50,7-9). Será perseguido, insultado, torturado e morto (Is 50,6; 53,3-8). Sua paixão e morte, porém, serão transformadas em Boa Nova para o povo e produzirão a conversão de muitos (Is 52,13-15; 53,10-12).

Concluindo: é muito rica a experiência de inserção que transparece, até hoje, nos escritos de Isaías 40-66. Ela tem muito a nos dizer sobre como realizar o seguimento de Jesus e sobre o objetivo, a prática e a convivência da Vida Inserida no meio dos pobres. Levando em devida conta as diferenças, pode ser muito útil um confronto entre a vida inserida hoje e a deles. Esse modelo do *Servo* nasceu numa situação de cativo. Nasceu de uma nova experiência de Deus e da vida, no meio da escuridão. Nasceu de um total despojamento das idéias anteriores e levou a uma nova leitura do passado e do presente.

Em Jesus, esse modelo do *Servo* retomou forma e vigor. Ele disse: "Eu não vim para ser servido, mas para servir e dar a vida em resgate de muitos" (Mt 20,28). Foi assim que o entenderam os primeiros cristãos. Jesus era visto por eles como o Servo de Deus (cf. At 3,13.26; 4,27.30). Ser servo ou serva de Deus era também o título com que eles mesmos se identificavam (Rm 1,1): "servos da justiça" (Rm 6,18), "servos de Deus" (Rm 6,22). Vamos ver como Jesus colocou sua vida a serviço de seu povo na Galiléia.

V. "SEGUIR JESUS", NOSSO IRMÃO MAIS VELHO, SERVIDOR DO SEU POVO

Um dos títulos mais antigos e mais bonitos que os primeiros cristãos usaram para interpretar o serviço que Jesus prestou ao seu povo foi o de "defensor" (*Go'el*), isto é, salvador, redentor, libertador, advoga-

do, paráclito, consolador, parente mais próximo, irmão mais velho, padrinho (cf. Lc 2,11; Jo 4,42; At 5,31; 13,23; Ef 5,23; etc.). Jesus é visto como o irmão mais velho, o primogênito, que assume a defesa e o resgate do pessoal da sua família. Era o parente mais próximo que veio ajudar seus irmãos para que pudessem viver novamente em fraternidade. Veio restaurar a convivência comunitária do jeito que Deus a quis quando chamou o seu povo do Egito.

1. A situação do povo da Galiléia — A desintegração do tecido social

No antigo Israel, o clã, isto é, a grande família (a comunidade), era a base da convivência social. Era a proteção das famílias e das pessoas, a garantia da posse da terra, o veículo principal da tradição, a defesa da identidade. Era a maneira concreta de o povo daquela época encarnar o amor de Deus no amor ao próximo. Uma de suas expressões mais bonitas é a lei do *Go'el* ou do resgate (Lv 25,23-55). Defender o clã era o mesmo que defender a Aliança.

Na Galiléia do tempo de Jesus, por causa do sistema implantado pela política helenista do governo de Herodes Antipas (4 a.C. a 39 d.C.), tudo isso já não existia mais, ou cada vez menos. O clã estava enfraquecendo. Já não conseguia realizar o seu objetivo¹. A necessidade de comer e de sobreviver obrigava o povo a pagar o imposto tanto ao governo como ao templo, a endividar-se, a procurar emprego, a comprar mercadoria, a acolher os soldados e dar-lhes hospedagem etc. A mentalidade individualista da ideologia helenista, as frequentes ameaças de repressão violenta por parte dos romanos e os problemas cada vez maiores de sobrevivência levavam as famílias a se fechar em suas próprias necessidades. Na prática, o clã deixou de existir como fator de união e de defesa das pessoas e das famílias. Em caso de doença, pragas, má colheita ou outros desastres, as famílias e os indivíduos ficavam sem aju-

da, sem *Go'el*. A família, agora desprotegida, deixou de ser um lugar de acolhimento e de partilha e tornou-se fator de exclusão e de marginalização dos mais fracos.

O enfraquecimento dos valores tradicionais (clã, partilha, hospitalidade, organização das aldeias, posse comunitária da terra, função do "defensor") transparece nas parábolas que Jesus contava para o povo. Por exemplo: O dono de terra se apropria dos bens de seus empregados e exige deles mais do que pode e deve (Mt 25,26). Os trabalhadores desempregados à espera de um biscoito (Mt 20,1-6). O patrão que mora longe deixa tudo entregue ao caseiro ou ao meeiro (Mt 21,33). O clima de violência e de revolta entre os empregados (Mt 21,35-38). O povo, cheio de dívidas e sem *Go'el*, é ameaçado de ser escravizado (Mt 18,23-26). O desespero leva o pobre a explorar o próprio companheiro (Mt 18,27-30; Mt 24,48s). A insegurança das estradas por causa dos assaltos (Lc 10,30). Funcionários corruptos se enriquecem e se beneficiam com os bens dos outros (Lc 16,1-7). Riqueza que ofende os pobres (Lc 16,19-21).

A atitude de fechamento das famílias, causada pela política do governo, era reforçada pela ideologia religiosa. O peso do Templo e da lei contribuía para enfraquecer a força integradora do clã. Por exemplo, quem dedicava sua herança ao Templo podia deixar seus pais sem ajuda. Já não era obrigado a observar o quarto mandamento que era a espinha dorsal do clã (Mc 7,8-13). A insistência na lei do Sábado deixava o povo sem defesa e sem ajuda (Lc 13,10-17). A observância das normas de pureza e a preocupação com a genealogia eram fatores de marginalização e de exclusão para muita gente: mulheres, crianças, samaritanos, estrangeiros, leprosos, possesores, publicanos, doentes, mutilados, paraplégicos. Sobretudo os pobres que não tinham condições de conhecer nem

de observar todas aquelas normas (Jo 7, 49). Assim, tanto a conjuntura política e econômica como a ideologia religiosa, tudo conspirava para desintegrar o clã, deixar sem força a comunidade local e, portanto, impedir a manifestação do Reino.

Nos evangelhos transparece como a desintegração do clã repercutia no povo. Havia o "escândalo dos pequenos" (Lc 17,1-2; Mt 18,6-8; Mc 9,42)². Ser motivo de *escândalo* para gente pequena significava ser a causa pela qual os pequenos perdiam a fé em Deus ou se desviavam do bom caminho. Jesus dizia: "Ai do mundo por causa dos escândalos! É inevitável que haja escândalos! Mas ai do homem pelo qual o escândalo vem!" (Mt 18,7; Lc 17,1). Com outras palavras, a situação do *mundo*, isto é, do sistema, era tal que muita "gente pequena" já não tinha condições de crer em Deus por causa do testemunho contrário dado pela sociedade que se dizia praticante (cf. Rm 2,24). Mesmo considerando o escândalo como inevitável, Jesus não é fatalista. Pelo contrário! Acusa o sistema e o responsabiliza pelo contratestemunho que dá ao povo.

Jesus insiste no acolhimento a ser dado aos pequenos. "Quem acolhe a um destes pequenos em meu nome é a mim que acolhe" (Mc 9,37). Quem dá um copo de água a um destes pequenos não perderá sua recompensa (Mt 10,42). Ele pede para não desprezar os pequenos (Mt 18,10). E no julgamento final os justos vão ser recebidos porque deram de comer a "um destes mais pequeninos" (Mt 25,40). Se Jesus insiste tanto no acolhimento aos pequenos, é porque havia muita gente pequena sem acolhimento! Por exemplo, mulheres e crianças não contavam (Mt 14,21; 15,38), eram desprezadas (Mt 18,10) e silenciadas (Mt 21,15-16). Até os apóstolos impediam que elas chegassem perto de Jesus (Mt 19,13; Mc 10,14). Em nome da lei de Deus, mal interpretada pelas autoridades religiosas, muita gente boa era excluída. Em vez

de fortalecer o clã e de acolher os excluídos, a lei era usada para legitimar a exclusão.

Concluindo. Na terra de Jesus, o sistema tanto político como religioso era tão opressor, que impedia o povo de observar a lei de Deus que exigia: “Entre vocês não haja pobres!” (Dt 15,4) A religião, do jeito que era organizada e praticada, tornou-se motivo de exclusão de um número cada vez maior de pessoas. Este era o escândalo! “Por vossa causa o Nome de Deus está sendo blasfemado” (Rm 2, 24). “Ai do mundo por causa do escândalo” (Mt 18,7), pois “o Pai não quer que um destes pequeninos se perca” (Mt 18,14). Em sua ação em defesa da vida dos pequenos, Jesus vai revelar a vontade do Pai.

2. Nova experiência de Deus — Nova experiência de missão

A nova experiência de Deus como Pai marcou a vida de Jesus e lhe deu olhos novos para perceber e avaliar a realidade que o envolvia. No Antigo Testamento Deus é chamado Pai 15 vezes. No Novo Testamento, 245 vezes! É para revelar Deus como Pai que Jesus se coloca do lado dos pequenos, dos excluídos, e assume a sua defesa. Vamos ver três aspectos apenas de como Jesus procurava ser o *Servo de Deus*, defendendo e resgatando o seu povo.

2.1 Refazer o tecido social — Reconstruir a comunidade

No tempo de Jesus havia vários movimentos que procuravam uma nova maneira de viver e conviver: essênios, fariseus e, mais tarde, os zelotes. Como Jesus, muitos deles formavam comunidades de discípulos e tinham seus missionários (Mt 23,15). Mas esses, quando iam em missão, iam prevenidos. Levavam sacola e dinheiro para cuidar de sua própria comida. Não podiam confiar na comida do povo que nem sempre era ritualmente “pura”. As normas da

pureza dificultavam a partilha e a hospitalidade. Impediam a vida em comunidade.

Ao contrário dos outros missionários, os discípulos e as discípulas de Jesus não podiam levar nada, nem bolsa, nem sacola, nem ouro, nem prata, nem cobre, nem dinheiro, nem bastão, nem cajado, nem sandálias, nem sequer duas túnicas (cf. Lc 10,1-12; 9,1-6; Mc 6,7-13; Mt 10,6-16). Deviam ficar hospedados na primeira casa em que fossem acolhidos em paz, e comer o que o povo oferecia. Não podiam andar de casa em casa, mas deviam conviver de maneira estável e, em troca, receberiam sustento, “pois o operário merece o seu salário”. Com outras palavras, eles deviam participar da vida e do trabalho do povo, e o povo os acolhia e partilhava com eles casa e comida. Como tarefa especial deviam cuidar dos excluídos: doentes, possesos, leprosos. Caso todas essas exigências fossem preenchidas, podiam gritar aos quatro ventos: “O Reino chegou!”.

Tudo isso implica alguns pontos muito importantes para a compreensão da missão de quem anuncia a Boa Nova aos pobres:

1. Deviam ir sem nada. Isso significa que deviam *confiar na hospitalidade* (Lc 9,4; 10,5-6). Pois quem vai sem nada, vai porque confia no povo e acredita que vai ser recebido. Com essa atitude criticavam as leis de exclusão e mostravam na prática que tinham outros critérios de comunidade.

2. Deviam comer o que o povo lhes dava. Não podiam viver separados, com própria comida e mesa. Deviam *aceitar a comunhão de mesa*. Isso significa que, no contato com o povo, não deviam ter medo de perder a pureza. Com essa atitude criticavam as leis da pureza em vigor e mostravam na prática que tinham um outro acesso à pureza, ao contato com Deus.

3. Deviam conviver de maneira estável e não andar de casa em casa. Deviam trabalhar como todo mundo e viver do que

recebiam em troca, pois o operário merece o seu salário (Lc 10,7-8). Isso significa que deviam *confiar na partilha* e também explica a severidade da crítica contra os que recusavam receber a mensagem (Lc 10,10-11), pois não recusavam algo novo, mas sim rejeitavam seu próprio passado.

4. Deviam tratar dos doentes e necessitados, curar os leprosos e expulsar os demônios (Lc 10,9; Mt 10,8). Isto é, deviam exercer a função de “defensor” (*Go’el*) e *acolher* para dentro do clã *os que viviam excluídos*. Com essa atitude criticavam a situação de desintegração do clã e apontavam saídas concretas.

Com essas atitudes os discípulos e as discípulas de Jesus reforçavam a partilha, a comunhão de mesa, a hospitalidade e a função do *Go’el*, que eram a base da vida em comunidade no clã. O objetivo principal de sua missão não era anunciar uma doutrina, mas sim testemunhar uma nova maneira de viver e conviver. Deviam recriar e reforçar a comunidade local, para que ela pudesse ser novamente uma expressão da Aliança, do Reino, do amor de Deus como Pai que faz de todos irmãos e irmãs.

2.2 Abrir a pequena família para a grande família e, assim, revelar o Reino

Uma das coisas em que Jesus mais insiste com os que querem segui-lo na missão junto aos pobres é abandonar pai, mãe, mulher, filhos, irmãos, irmãs, casa, terra, abandonar tudo por amor a Ele e ao Evangelho (Lc 18,29; Mt 19,29; Mc 10,29). Manda até “odiar pai, mãe, mulher, filhos, irmãos, irmãs. Do contrário não pode ser meu discípulo” (Lc 14,28). E ele dirige essas exigências não para alguns mais esforçados, mas para *todos* que querem segui-lo (Lc 14,25-26.33). O que significam aquelas exigências tão severas que pare-

cem querer desfazer todo e qualquer vínculo de vida familiar e que estão na origem da Vida Religiosa?

Em primeiro lugar, significam o que dizem: o discípulo ou a discípula deve abandonar a família, largar tudo e assumir uma vida itinerante. Essa foi a vida de Jesus e do grupo de seus discípulos. “Nós abandonamos tudo e te seguimos!” (Mc 10,28). Foi também a vida das mulheres que o acompanhavam desde a Galiléia (Mc 15,41; Lc 8,1-3; 23,49). Mas essa não foi a vida das multidões às quais Jesus tinha feito o *mesmo* convite. Não é possível imaginar que Jesus tenha exigido que todos os homens e mulheres do interior da Galiléia abandonassem suas famílias, suas terras e suas aldeias para segui-lo. Aliás, isso não aconteceu, a não ser com o pequeno grupo de seguidores e seguidoras.

A exigência de abandonar a família, quando situada no contexto da época, revela um outro significado, bem mais fundamental. Como vimos, o contexto econômico, social, político e religioso favorecia o fechamento das famílias sobre si mesmas e enfraquecia o clã. A preocupação com os problemas da própria família impedia as pessoas de se unirem em comunidade. Impedia o clã de realizar o objetivo para o qual foi criado, a saber, oferecer proteção real e verdadeira às famílias e às pessoas, preservar a identidade, defender a posse da terra, impedir a exclusão e acolher os excluídos e os pobres. Ora, para que o Reino de Deus pudesse manifestar-se, novamente, na convivência, era necessário romper esse círculo vicioso. As pessoas tinham de ultrapassar os limites estreitos da pequena família e abrir-se, novamente, para a grande família, para a comunidade.

Jesus mesmo deu o exemplo. Quando sua própria família tentou apoderar-se dele, reagiu e disse: “Quem é minha mãe e meus irmãos?” E olhando para os que estavam

sentados ao seu redor, disse: "Eis a minha mãe e os meus irmãos! Quem fizer a vontade de Deus, esse é meu irmão, irmã e mãe" (Mc 3,33-35). Jesus alargou sua família e criou comunidade. Ele pedia o mesmo de todos que queriam segui-lo, pois as famílias não podiam fechar-se. Os excluídos e os marginalizados deviam ser acolhidos, novamente, dentro da convivência e, assim, sentir-se acolhidos por Deus (cf. Lc 14,12-14). Esse era o caminho para realizar o objetivo da Lei que dizia: "Entre vocês não pode haver pobres" (Dt 15,4).

Como os grandes profetas do passado, Jesus procura reforçar a vida em comunidade nas aldeias da Galiléia. Ele retoma o sentido profundo do clã, da família, da comunidade, como expressão da encarnação do amor de Deus no amor ao próximo. Por isso pede a quem quer ser discípulo ou discipula que abandone pai, mãe, mulher, irmão, irmã, casa, tudo! Devem perder a vida para poder possuí-la! E ele garante: "Em verdade vos digo que não há quem tenha deixado casa, irmãos, irmãs, mãe, pai, filhos ou terras por minha causa ou por causa do Evangelho, que não receba cem vezes mais *desde agora, neste tempo*, casas, irmãos e irmãs, mãe e filhos e terras, com perseguição, e no mundo futuro a vida eterna" (Mc 10,29-30). Realmente, quem tem a coragem de romper o círculo estreito de sua própria família, reencontrará, dentro da comunidade, cem vezes tudo aquilo que abandonou: irmão, irmã, mãe, filho, terra! Jesus realiza aquilo que o povo esperava para os tempos messiânicos: reconduzir o coração dos pais para os filhos e dos filhos para os pais, reconstruir o clã, refazer o tecido social (Mt 3,23-24; Lc 1,17).

Essa mensagem não era aceita sem mais por todos. Pelo contrário, à medida que Jesus combatia o fechamento das famílias e a influência nefasta da ideologia do governo helenista e da religião ritualista, surgiam tensões e conflitos. A mensagem pro-

vocava resistência, perseguição e divisão dentro das próprias famílias: pai contra filho, mãe contra filha, sogra contra nora (Lc 12,51-52). Uns aceitavam e outros rejeitavam. Jesus se torna um sinal de contradição (Lc 2,34).

Jesus foi o "defensor" (Go'el) do seu povo, "o parente mais próximo" que veio resgatar seus irmãos para que pudessem viver novamente em fraternidade. Paulo expressou essa descoberta na seguinte frase: "Ele me amou e se entregou por mim!" (Gl 2,20). Jesus fez isso a partir da nova experiência que ele tinha de Deus como Pai. Se Deus é Pai, então todos temos de viver como irmãos e irmãs.

2.3 Descobrir, acolher e fazer crescer as sementes do Reino no meio do povo

Jesus anuncia o Reino para todos! Não exclui ninguém. Mas o anuncia a partir dos excluídos. Ele recebe como irmão e irmã todos aqueles a quem a religião e o governo desprezavam e excluía: mulheres, crianças e doentes (Mc 1,32; Mt 8,17; 19,13-15; Lc 8,2), prostitutas e pecadores (Mt 21,31-32; Lc 7,37-50; Jo 8,2-11), pagãos e samaritanos (Lc 7,2-10; 17,16; Mc 7,24-30; Jo 4,7-42), leprosos e possessos (Mt 8,2-4; Lc 17,12-14; 11,14-22; Mc 1,25-26), publicanos e soldados (Lc 18,9-14; 19,1-10) e os pobres, o povo da terra sem poder (Mt 5,3; Lc 6,20.24; Mt 11, 25-26). Assim, a semente do Reino vai produzindo seu fruto, "restabelecendo as tribos de Jacó".

A ação de Jesus em favor e a partir dos excluídos não era uma ação isolada, só dele. Havia gente que não concordava com a exclusão e que vinha resistindo há séculos. Jesus se insere neste movimento de resistência popular e lhe dá continuidade³. Um exemplo concreto é sua atitude com relação à mulher.

Na época do Novo Testamento, a marginalização da mulher era um dos fatores principais a causar a exclusão dos *pequenos*. A mulher vivia marginalizada pelo simples fato de ser mulher (cf. Lv 15,19-27; 12,1-5). Na sinagoga não participava, na vida pública não podia ser testemunha. Muitas mulheres, porém, resistiam contra a exclusão. Já desde os tempos de Esdras, no período depois do exílio, quando a marginalização da mulher era mais pesada, sua resistência vinha crescendo, como transparece nas histórias de Judite, Ester, Rute, Noemi, Suzana e da Sulamita. Esta resistência encontrou eco e acolhida em Jesus. Eis alguns episódios em que transparecem o inconformismo e a resistência das mulheres no dia-a-dia da vida e o acolhimento que Jesus lhes dava.

A moça *prostituída* tem coragem de desafiar as normas da sociedade e da religião. Ela entra na casa do fariseu para encontrar-se com Jesus. Encontrando-o encontra amor e perdão e recebe defesa contra o fariseu (Lc 7,36-50). A mulher *encurvada* não se importa com os gritos do dirigente da sinagoga. Busca a cura, mesmo em dia de sábado. Ela é acolhida por Jesus como filha e defendida contra o dirigente da sinagoga (Lc 13,10-17). A senhora considerada *impura* por causa do fluxo de sangue tem a coragem de meter-se no meio da multidão e de pensar exatamente o contrário da doutrina oficial. A doutrina dizia: "Se eu tocar nele, ele ficará impuro!" Mas ela dizia: "Se eu tocar nele, ficarei curada!". Ela é acolhida sem censura e curada. Jesus declara que a cura é fruto da fé (Mc 5,25-34). A Samaritana, desprezada como *herética*, tem coragem de interpelar Jesus e de mudar o rumo da conversa por ele iniciada. Ela é a primeira a receber o segredo de que Jesus é o Messias (Jo 4,26). A mulher *estrangeira* da região de Tiro e Sidônia não aceita a sua exclusão e sabe argumentar de tal maneira que consegue mudar a cabeça de Jesus e

ser atendida por ele (Mc 7, 24-30). As *mães com filhos pequenos* enfrentam os discípulos e são acolhidas e abençoadas por Jesus (Mt 19,13-15). As mulheres que desafiaram o poder e ficaram perto da cruz de Jesus (Mt 27,55-56.61) foram as primeiras a experimentar a presença de Jesus ressuscitado (Mt 28,9-10). Entre elas estava Maria Madalena, considerada *possessa*, mas curada por Jesus (Lc 8,2). Ela recebeu a *Ordem* de transmitir a Boa Nova da ressurreição aos apóstolos (Jo 20,16-18).

Conclusão: Seguir Jesus!

Como os rabinos da época, Jesus reúne discípulos: um núcleo menor de doze (Mc 3,14), uma comunidade mais ampla de homens e mulheres (Lc 8,1-3), e um grupo maior de setenta e dois (Lc 10,1). Todos eles "*seguem Jesus*". Dentro do núcleo dos doze, de acordo com a finalidade do momento, Jesus forma grupos menores de três ou quatro. Por exemplo, várias vezes, chama Pedro, Tiago e João ou André para rezar ou estar com ele (Mt 26,37; Lc 9,28; Mc 13,3).

"Seguir" era um termo que se usava naquele tempo para indicar o relacionamento entre o discípulo e o seu mestre. Assim, para os primeiros cristãos, *Seguir Jesus* significava:

1. Imitar o exemplo do Mestre

Jesus era o modelo a ser recriado na vida do discípulo ou da discípula (Jo 13,13-15). A convivência diária permitia um confronto constante. Nesta "escola de Jesus" só se ensinava uma única matéria: o Reino! E esse Reino se reconhecia na vida e na prática de Jesus.

2. Participar do destino do Mestre

Quem *seguia* Jesus devia comprometer-se com ele e "estar com ele nas tentações" (Lc 22,28), inclusive na perseguição

(Jo 15,20; Mt 10,24-25). Devia estar disposto a morrer com ele (Jo 11,16).

3. Ter a vida de Jesus dentro de si

Depois da Páscoa, à luz da ressurreição, acrescentou-se esta terceira dimensão: “Vivo, mas já não sou eu, é Cristo que

vive em mim” (Gl 2,20). Eles procuravam identificar-se com Jesus, vivo na comunidade. Refaziam o caminho de Jesus que tinha morrido em defesa da vida e foi ressuscitado pelo poder de Deus (Fl 3,10-11). Trata-se aqui da dimensão mística do seguimento de Jesus, fruto da ação do Espírito⁴.

NOTAS

1. Cf. C.Mesters, “Com Jesus na contramão” pp. 35-42, onde analisamos as causas políticas e econômicas que levaram a este enfraquecimento do clã.
2. A expressão “pequenos” (elachistoi, mikroi e nepioi), às vezes, indica “criança”, outras vezes, indica os setores excluídos da sociedade. Não é fácil discernir. Às vezes, o que é “pequeno” num evangelho, é “criança” no outro. Criança pertencia à categoria dos “pequenos”, dos excluídos. Além disso, nem sempre é fácil discernir entre o que vem do tempo de Jesus e o que vem do tempo das comunidades para as quais foram escritos os evangelhos. Mesmo assim, o que resulta claro é a imagem que as primeiras comunidades se faziam de Jesus, e o contexto de exclusão que vigorava na época.
3. Sobre as etapas do Movimento Popular no tempo de Jesus, veja “Com Jesus na contramão”, pp. 45-53.
4. Livros consultados ou que podem ser consultados para aprofundar o assunto:
 - a. M. GOODMAN, A Classe dirigente da Judéia, as origens da revolta judaica contra Roma, 60-70 d.C., Imago, Rio de Janeiro, 1994.
 - b. H. MOXNES, A Economia do Reino, Conflito so-

cial e relações econômicas no Evangelho de Lucas, Paulus, São Paulo, 1995.

- c. H.G. KIPPENBERG, Religião e formação de classe na antiga Judéia, Ed. Paulinas, São Paulo, 1989.
- d. A.C.O., Jesus, sua terra, seu povo, sua proposta, ACO, Rio de Janeiro, 1990.
- e. G. THEISSEN, A sombra do Galileu, Vozes, Petrópolis, 1988.
- f. G. THEISSEN, Sociologia do movimento de Jesus.
- g. S. SAULNIER e B. ROLAND, A Palestina no tempo de Jesus, Paulinas, São Paulo, 1986.
- h. E. MORIN, Jesus e as estruturas do seu tempo, Paulinas, São Paulo, 1984.
- i. M. VOLKMANN, Jesus e o Templo, Sinodal, São Leopoldo, 1992.
- j. J.D. CROSSAN, O Jesus Histórico, A vida de um camponês judeu do mediterrâneo, Imago, Rio de Janeiro, 1994, 2ª edição.
- k. E. HOORNAERT, O Movimento de Jesus, Vozes, Petrópolis, 1994.
- l. J. JEREMIAS, Jerusalém no tempo de Jesus, Paulinas, São Paulo, 1983.
- m. A.M. TEPEDINO, As Discípulas de Jesus, Petrópolis, Vozes, 1990.
- n. U. SEIBERT – QUADRA, A mulher nos evangelhos sinóticos, RIBLA 15(1993) 68-84.
- o. C. MESTERS, Com Jesus na contramão, Edições Paulinas, São Paulo, 1995.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE.

1. No começo do artigo, o autor elenca quatro pontos que deveriam ser pacíficos, aceitos por todos. No contexto em que você vive esses pontos são realmente pacíficos e aceitos? Há algum que cria dificuldades e polêmicas? Qual? Por quê? Partilhe tudo isso com sua comunidade.

2. Depois da leitura orante do artigo, procure identificar e partilhar em comunidade aqueles aspectos da prática de Jesus relacionados com os pobres e que são mais questionadores para a prática da Vida Religiosa hoje.

A VIDA CONSAGRADA E O MANDATO MISSIONÁRIO

Fr. Silvestre Gialdi
Caxias do Sul — RS

"Minha palavra e minha mensagem não se basearam em discursos persuasivos de sabedoria humana, mas na manifestação e no poder do Espírito, para que a vossa fé se apoiasse no poder de Deus" (1Cor 2, 4-5).

INTRODUÇÃO

Por sua natureza implícita, todos os Institutos de Vida Consagrada receberam o mandato apostólico e missionário. Para algumas Congregações, a dimensão missionária constitui-se no carisma original fundante.

A missão exige dupla ação: provocar e guiar para toda a verdade sobre o mundo, sobre o homem e sobre Deus, e fazer compreender a mensagem de Jesus e do evangelho. (At 18,24-26). Ao mesmo tempo, a missão tem dupla dimensão: interpretar corretamente o passado por meio do conhecimento e da compreensão, e alimentar a esperança escatológica por meio da iluminação e da revelação. Por sua vez, o missionário alimenta-se de uma dupla atitude diante do mandato missionário: a disposição passiva, como servo do Senhor, e a adesão ativa, como enviado pelo Senhor.

O mandato missionário caracteriza-se pelo cumprimento da vontade de Deus (Gn

12,1-3; Ex 3,10; Dt 31,8; Jos 1,5; Is 6,8; 42,6-7; 43,2; 49,1-5; 50,4-7; Jr 1,5-8). E caracteriza-se pela conversão e entusiasmo do enviado (Gn 12,9; Ex 3,5-6; Dt 31,7; Jos 1,6-7; Is 6,5-7; 42,1; 43,1-5; 49,6; 50,9; Jr 1,9). Portanto, o mandato missionário na Vida Consagrada é parte integrante da sua natureza e da sua missão: o religioso, pela sua consagração, recebeu o mandato missionário para provocar e não para buscar resultados; para guiar e não para perturbar as consciências; para iluminar e não para confundir os espíritos. Pois, a evangelização é o anúncio do Reino que progride e se dirige para os fins dos tempos, os tempos escatológicos: o destino final do homem e do mundo.

A presente reflexão compreende a centralidade da missão na Vida Consagrada. Num segundo momento serão refletidas as características da missão carismática. Em seguida, a dimensão eclesial da missão da Vida Consagrada. E, por fim, a missão diante dos novos tempos: o mundo das culturas, o mundo dos excluídos e o mundo dos desiludidos.

1. CENTRALIDADE DA MISSÃO

A proposta missionária da Igreja amplia-se para horizontes novos e desafiadores, superando a ambivalência tradicional "ad gentes": centro e periferia, evangelizado e gentio, cristão e pagão, convertido e não convertido. A centralidade da missão começa com o testemunho do cristão

no mundo e seu engajamento pastoral nas comunidades. Ao mesmo tempo, a nova evangelização requer o respeito às culturas, o diálogo com o diferente e o compromisso com a religiosidade popular. E também exige a reevangelização do mundo secularizado, indiferente, profano e amoralizado. A evangelização dos protagonistas da ciência, da tecnologia, da comunicação, da política e dos esportes. Busca, igualmente, melhorar a missão ecumênica junto às diferentes igrejas e denominações cristãs. E ampliar o diálogo e o entendimento com as vertentes religiosas não-cristãs. Favorecer o diálogo com os descrentes, ateus e indiferentes. Sem esquecer a missão ecológica, promovendo a integridade da criação com sentimentos de gratidão, colaboração e celebração, e combatendo a agressão, a violência e a exploração do meio ambiente.

O Concílio Vaticano II fala das missões como “atividades características com que os pregadores do Evangelho, indo pelo mundo inteiro, realizam o encargo de pregar o Evangelho e de implantar a Igreja entre os povos e os grupos que ainda não crêem em Cristo” (AG 6). Por sua vez, a encíclica *Redemptoris Missio* ratifica o documento conciliar: os territórios e regiões onde a Igreja “não está ainda radicada” e os povos “cuja cultura ainda não foi influenciada pelo Evangelho” (RM 34) são situações privilegiadas da ação missionária. É o sentido “ad gentes” e “dilatio ecclesiae” do múnus apostólico: o anúncio do Evangelho e a adesão a Jesus Cristo, com o fim de difundir, expandir e ampliar a Igreja. Ao mesmo tempo, implantar a Igreja local, formando comunidades, organizando a estrutura e estabelecendo a hierarquia eclesial, por meio da pregação, do testemunho, do anúncio, da ação pastoral e da catequese.

E numa segunda dimensão, o múnus apostólico se expressa pela missão “ad vitam”: a promoção da dignidade humana,

a defesa do sentido da fé e da vida em um mundo de ódios, violência, injustiças, desesperos, suicídios, drogas. E também a defesa da vida ambiental, ecológica, universal e cósmica.

Por fim, a centralidade da missão se concretiza com o apelo e o desafio da nova evangelização: evangelizar com nova expressão, novo método e novo ardor.

A Vida Consagrada, desde sua origem, marca presença fiel na missão da Igreja, com função inovadora e corretiva diante da acomodação ou da identificação da Igreja com os interesses do poder e das posses. Por sua vez, a autenticidade da missão da Vida Consagrada acontece mediante o testemunho do único necessário, da pobreza e da penitência. Mediante o testemunho de vida fraterna e de espírito crítico ao fechamento e à resistência da Igreja às mudanças provocadas pelo pensamento e pelas culturas.

A centralidade da missão da vida monástica significa oferecer ao mundo uma imagem da comunidade ideal, testemunhada nos Atos dos Apóstolos (At 2,42-47; 4, 32-35). E significa assumir a vida de oração em favor do gênero humano, numa ação missionária de irradiação espiritual. Por sua vez, a centralidade da missão das Ordens e Institutos Apostólicos se expressa na disponibilidade absoluta por meio do testemunho da pobreza, da pregação, da ação apostólica ministerial e espiritual, do seguimento às mobilizações e migrações e do atendimento às necessidades sociais emergentes, como fonte de promoção humana e de evangelização: dar pão, resgatar a dignidade humana e falar de Jesus, sua vida e sua proposta salvadora e redentora.

Em síntese, a Vida Consagrada assumiu três funções na Igreja: “O ministério da ‘doxologia’ ou glorificação de Deus no meio do mundo através da liturgia, oração e contemplação. O ministério da ‘profecia’ ou anúncio vital do Evangelho aos

povos, às culturas e à própria instituição eclesial. O ministério da 'diaconia' ou serviço múltiplo à humanidade, ações vistas e entendidas como concretizações parciais do Reino¹. Portanto, a missão é o elemento essencial do carisma específico e original no seguimento radical a Jesus Cristo, em comunhão filial com Deus e em comunhão fraterna com as pessoas humanas, na dimensão apostólica universal (com os seres humanos) e na dimensão ecológica cósmica (com os seres e entes).

2. CARACTERÍSTICAS DA MISSÃO CARISMÁTICA

O carisma específico, fundante e original dos Institutos de Vida Consagrada nasce, se vitaliza e se irradia a partir da Igreja, em realidades bem concretas e historicamente condicionadas. Por isso, tem caráter público e representativo: a Vida Consagrada participa da missão essencial da Igreja, recebe o mandato e o cumpre em seu nome. Portanto, não é uma missão paralela e independente. Contudo, mantém fidelidade à originalidade carismática fundante e ao estilo fraterno de vida: a comunidade é a protagonista, de forma generosa e criativa, da missão carismática.

Por sua vez, "cada Instituto assume e ressalta algumas das mediações missionárias da Igreja: uns a mediação do anúncio doxológico, litúrgico e confessante (institutos monásticos e contemplativos, institutos ou comunidades de presença), outros a mediação praxica que se expressa no anúncio evangelizador (institutos para a evangelização, a catequização), ou na ação benéfica (institutos para a caridade, a promoção, a educação)"². Também fazem parte da missão as situações particulares de oblação, sacrifício e paixão, vivenciadas nas perseguições, prisões, enfermidades e ancianidade, "num sofrimento prolongado e heróico" (VC n. 86).

Fundamentalmente, a Vida Consagrada testemunha a absoluta prioridade de Deus e do seu Reino, e a conseqüente relativização dos valores propostos pela sociedade de consumo e de bem-estar. Porém, não significa negar as conquistas humanas ou privar-se delas.

3. DIMENSÃO ECLESIAL DA MISSÃO

O sentido eclesial da Vida Consagrada se expressa e se realiza na comunhão com a Igreja e na participação da missão da Igreja, que sustentam o princípio da unidade eclesial. Isso implica obediência e respeito ao Papa e aos Bispos, enquanto autoridades, e quanto à unidade e harmonia nos trabalhos apostólicos. Ao mesmo tempo, deve garantir a autonomia, a originalidade e a especificidade dos Institutos de Vida Consagrada.

O documento *Vita Consecrata* afirma: "Nos fundadores e fundadoras aparece sempre vivo o sentido da Igreja, que se manifesta na sua participação da vida eclesial em todas as suas dimensões e na pronta obediência aos pastores, especialmente ao Romano Pontífice" (n. 46). A pertença e a comunhão com a Igreja se realiza e se condensa na Igreja particular, numa única missão eclesial. A inserção na Diocese implica integração em sua estrutura, organização e planificação, porém, sem a renúncia e o empobrecimento dos aspectos básicos da Vida Consagrada: carisma fundante, espiritualidade específica, missão original, estilo de vida próprio e forma de vida comunitária. A presença e o testemunho da Vida Consagrada na Igreja tem valor sacramental e é sinal evangélico da santidade.

A eclesialidade da missão e a comunhão com a Igreja pressupõem a capacidade da partilha dos bens, dos dons e do saber; o cuidado para com os pobres, os

leprosos e os excluídos, porque estes recebem a missão gratuitamente, sem nenhuma possibilidade de recompensa; o testemunho da comunidade fraterna: a experiência afetiva e espiritual de um só corpo e uma só alma, face a face.

4. MISSÃO E OS NOVOS DESAFIOS

A missão fundamentada na racionalidade, no convencimento, na imposição, na apologética e na persuasão foi superada pelos novos tempos, que exigem sensibilidade nas relações, adesão na fé e diálogo diante das múltiplas diferenças. A teoria do conflito foi superada pela experiência da colaboração e das parcerias. O domínio cultural e a imposição ideológica ferem o princípio da autonomia dos povos e da maioria das pessoas. Porém, “quando os religiosos são fiéis à sua inspiração originária, oferecem ao mundo e à Igreja surpreendente consciência alternativa, atraente escala de valores que não coincide com os convencionalismos sociais e também eclesiais”³. E, para garantir a fidelidade missionária e a sua missão profética, a Vida Consagrada deve atender às urgências, aos desafios e às emergências atuais, a partir dos postulados da compaixão, do zelo, da inserção no mundo dos pobres, da solidariedade com os excluídos, idosos e doentes, do testemunho da pobreza e da evangelização crítica, construtiva e libertadora.

E, internamente, os novos desafios implicam a revisão de critérios, atitudes, preferências, testemunho de vida, métodos de evangelização, experiência espiritual e contemplativa.

A seguir, apontam-se desafios emergentes e atuais da evangelização: a pluralidade cultural, o mundo dos excluídos e a problemática existencial dos desiludidos.

4.1. Missão diante do Pluralismo Cultural

No sentido básico, amplo e geral, cultura é tudo o que um grupo humano ou uma sociedade desenvolve para sobreviver por meio do trabalho e da transformação; o modo de associar-se segundo regras de convivência e cooperação; e o sentido da vida pessoal e social por intermédio da comunicação, da filosofia, da ciência, do conhecimento, da arte, da moral, da religião e do senso comum.

E no sentido restrito, cultura é a aprendizagem e o conhecimento de símbolos, valores e conteúdos, é o patrimônio ideológico de um povo ou grupo humano, como: símbolos, valores, crenças, ritos e sistema interpretativo, que fundamentam e justificam as relações humanas, a vida social e o sistema de trabalho e de produção.

A experiência da inculturação faz parte do processo histórico da ação apostólica da Igreja desde Paulo, em suas viagens missionárias: saber fazer-se judeu com os judeus, grego com os gregos, romano com os romanos. Com determinação, desenvoltura e coragem passa da sinagoga judaica para a praça de Atenas e às famílias e comunidades em Roma, com o fim de pregar Jesus Cristo vivo e ressuscitado. Paulo adapta-se aos ambientes naturais, ao pensamento ocidental e às culturas dos ouvintes e das comunidades. Conhece sua realidade cultural e suas experiências religiosas. Se em Atenas (At 17,15-8,1) não foi bem aceito ao tratar da ressurreição dos mortos, num ambiente cultural e intelectual que conhecia o corpo como prisão da alma, por citar Cleanto de Assos (304-223 a.C.), pensador estóico que escreveu “Hino a Zeus”, e dirigir-se a um Deus supremo, providente, salvador e pai, em Corinto, porém, Paulo muda de método, quando afirma: “[...] minha palavra e minha mensagem não se basearam em discursos persuasivos de sabedoria humana, mas na mani-

festação e no poder do Espírito, para que a vossa fé não se apoiasse na sabedoria dos homens, mas sim no poder de Deus" (1Cor 2,4-5).

Os tempos atuais afirmam, acolhem, preservam e valorizam a sensibilidade cultural e a riqueza do pluralismo das culturas, em todas as expressões e relações humanas. Ao mesmo tempo, o pluralismo cultural torna-se um desafio e uma urgência para a evangelização e para a ação missionária: discernir os valores culturais e articular uma pedagogia da fé. Pois, "o anúncio do Evangelho exige saber entrar na alma dos povos, das culturas; ser capaz de estabelecer diálogo sincero e respeitoso com elas. A mensagem evangélica deve sintonizar com as aspirações profundas das pessoas ou dos grupos humanos". E continua o mesmo autor: "O diálogo deve dar-se na interioridade do próprio mundo de valores de cada cultura e do esforço para humanizar fé e cultura na própria vida"⁴. Portanto, a missão evangelizadora da Vida Consagrada deve ser fonte de comunhão e geradora de comunhão, evitando o nivelamento, o sincretismo, a centralização e a dominação cultural (SD n. 230). Ao mesmo tempo, deve superar o individualismo, como negação da comunhão fraterna, eclesial e universal. Pois "a mensagem do Reino não fala da vitória dos pobres sobre os ricos, dos humilhados sobre os soberbos. A mensagem do Reino fala da grande reconciliação universal, da grande reunião de todos os filhos de Deus dispersos [...]"⁵.

Por fim, é indispensável afirmar que o Evangelho tem sentido e significado libertador quando encarnado nas culturas. No contexto latino-americano significa acreditar que o programa proposto por Jesus Cristo leva à luta por justiça, no quadro sempre crescente de miséria, de exclusão e de marginalidade. A pedagogia evangelizadora orienta a Vida Consagrada para a inserção, para a solidariedade, para a generosidade, para a compreensão, como hós-

pedes no mundo das culturas e do pluralismo cultural. Ao mesmo tempo, impulsiona para a ação missionária no mundo dos excluídos.

4.2. Missão no Mundo dos Excluídos

À medida que a sociedade avança nas conquistas tecnológicas, no mercado competitivo de produção, na qualificação do trabalho humano e na globalização da economia, um grande contingente humano não tem acesso e não participa do mesmo processo. A concentração dos bens, do conhecimento, da tecnologia, da ciência e da informação gera o mundo dos excluídos e marginalizados, sem utilidade e sem validade para a sociedade consumista e concentradora do bem-estar. E gera os novos excluídos, os analfabetos de leitura, de escrita, de interpretação e de informação: os despreparados, os incompetentes e os desqualificados profissionalmente diante da reengenharia administrativa e produtiva, dos programas de qualidade total, do planejamento estratégico, do sistema financeiro volátil, da tecnologia gerencial e da competitividade produtiva e comercial planetária e mundializada, veloz, intensiva e ilimitada. Na outra ponta, os idosos e envelhecidos, em muitas situações concretas e especiais, são excluídos do meio familiar, comunitário e social originário. São jogados em ambientes afetivamente desfavoráveis.

O mundo dos excluídos concentra a fome, a miséria, o analfabetismo, a massificação, as doenças endêmicas, a falta de higiene e de saúde social. Portanto, a opção preferencial pelos pobres e pelos excluídos tornou-se o compromisso prioritário da Vida Consagrada. É um processo de adesão, de solidariedade, de promoção humana e de evangelização, em virtude do seguimento a Jesus Cristo.

Seguindo essa reflexão, afirma a CLAR: "Os religiosos que vivem o seguimento a

Jesus Cristo não podem fugir às perspectivas comprometedoras que sua mensagem e atitudes contêm e que [...] assumem um caráter de desafio para a fé”⁶. Portanto, a missão profética de anunciar, denunciar e evangelizar exige testemunho e discernimento à luz da Palavra de Deus, que implica um convite à conversão e um desafio de transformar a sociedade com critérios e princípios cristãos. Ao mesmo tempo, infundir esperança, alegria e paz à existência humana.

4.3. Missão e o Mundo dos Desiludidos

A Vida Consagrada avançou muito no compromisso e engajamento sociopolítico, por vezes empobrecendo a própria espiritualidade. Contudo, é quase insignificante a abordagem evangelizadora dos problemas existenciais e do sentido da vida.

É imprescindível evangelizar a partir da formação de comunidades e no compromisso comunitário. Contudo, o indivíduo moderno se dissociou da coletividade e do comunitário, e se refugiou no autismo social, no solipsismo psicológico e no subjetivismo absoluto: basta-se a si mesmo, gerando o mundo dos solitários, dos desiludidos, dos desesperançados, que perderam o sentido existencial da vida.

Ao mesmo tempo, a subjetividade consumidora, com sua capacidade livre e autônoma de compra, provoca a insaciabilidade de consumo e a crise existencial sobre o sentido da vida transcendental, estimulando novos doentes: o consumidor compulsivo de produtos, de bens e de comida.

Um terceiro grupo é causado pelo desemprego tecnológico e estrutural (e não circunstancial), que gera nos desempregados apreensão, ansiedade, solidão, sentimento de inutilidade e a incapacidade de recomeçar uma nova profissão, especial-

mente entre os bancários, representantes comerciais, funcionários públicos e metalúrgicos. O mundo dos desiludidos e desesperançados perdeu o sentido da vida existencial e transcendental: esmoreceu a expressão do maravilhamento, da admiração, do encantamento e da glorificação.

Ante este desafio, assim ilumina o documento *Vita Consecrata*: “As pessoas consagradas, vivendo com coerência e em plenitude os compromissos livremente assumidos, podem oferecer uma resposta aos anseios dos seus contemporâneos, que por eles são descartados com soluções a maior parte das vezes ilusórias e freqüentemente negadoras da encarnação salvadora de Cristo [...]” (VC n. 103). Portanto, é dever da Vida Consagrada oferecer a possibilidade do diálogo, da escuta, da acolhida e, sobretudo, possibilitar acompanhamento humano e espiritual aos que vivem na solidão, no isolamento, na desilusão, no desencanto, na frustração; aos que vivem atormentados por questões ou dúvidas existenciais, vitais e religiosas; aos que vivem à margem da fé, do mistério e de Deus.

CONCLUSÃO

Os desafios emergentes avançam para a problemática da família e as novas formas de união conjugal. Os jovens e o mundo da droga, da bebida, da velocidade e do esporte radical. A urgência da presença evangelizadora no mundo da comunicação social e seu poder de irradiação, de penetração, de persuasão e de globalização, modificando a noção de tempo e de espaço, com a comunicação instantânea e com a imagem: o real transformou-se em virtual. O diálogo inter-religioso, como forma de ampliar o ecumenismo, de compreender a unidade, de oferecer uma espiritualidade profunda e transformadora com o fim de atender, ou recuperar, a fome e a sede de Deus.

São desafios emergentes, também, a evangelização do mundo da política e da justiça, com seus mecanismos de poder em defesa de fisiologismos e dos próprios interesses. O mundo das universidades e os centros de pesquisa e investigação científica, para que produzam o conhecimento que garanta vida boa, digna, saborosa e justa para todos: o saber e o conhecimento com relevância social. O mundo urbano, o mundo do turismo, do lazer e dos esportes, com a nova antropologia urbana e suas múltiplas expressões de religiosidade.

Os desafios podem ameaçar o comodismo tranqüilo. Podem gerar o medo da insegurança e da incapacidade. Porém, os desafios emergentes devem desencadear uma força nova e revitalizada. E devem alimentar novas esperanças da ação evangelizadora e missionária. Pois, "à medida que vivemos, com humildade e esperança, a nova existência que se manifestou na Ressurreição, nosso viver segundo o Espírito levará o dinamismo escatológico até a perfeita renovação. Só assim seremos profetas do novo céu e da nova terra, onde a justiça tem sua morada"⁷. Nessa mesma direção afirma H.C. Matos: "A entrega pessoal na consagração religiosa é anúncio vivo do Reino, feito não só pela palavra, mas pelo testemunho de amor gratuito, de

renúncia e de sacrifício da vida presente, em favor dos irmãos e com a esperança da vida futura"⁸.

Por fim, a missão da Vida Consagrada na Igreja e no mundo é sustentada, continuamente, pelo carisma fundante original, pela espiritualidade específica e pela missão eclesial própria. E é desafiada pelo vigor dos novos tempos e pelas emergências contínuas dos novos desafios. Essas exigências requerem testemunho profético, anúncio evangélico, denúncia crítica, vida de oração, ascese e contemplação, sem esquecer a necessidade da formação qualificada e dialogal.

NOTAS

1. MATOS, Henrique Cristiano José. *Vida Religiosa: Um projeto em construção*. Belo-Horizonte: O Lutador, 1994, p. 247.
2. GARCIA PAREDES, José Cristo Rey, apud APARICIO RODRIGUEZ, Angel; CANALS CASAS, Joan. *Dicionário Teológico de Vida Consagrada*. São Paulo: Paulus, 1994, p. 691.
3. *Ibidem*, p. 695.
4. *Ibidem*, p. 695.
5. *Ibidem*, p. 695.
6. CLAR. *A vida segundo o Espírito nas comunidades religiosas da América Latina*. Rio de Janeiro: CRB, 1974, n° 209.
7. *Ibidem*, n° 223.
8. MATOS, o.c. p. 248.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE.

1. Como a sua comunidade compreende a centralidade da Missão no próprio Instituto e em relação com o carisma de fundação?
2. O artigo destaca três desafios para a

missão da Vida Religiosa hoje: o pluralismo cultural, o mundo dos excluídos e o mundo dos desiludidos. Como esses desafios questionam a sua comunidade? Como vocês estão se situando diante de tais desafios?



Prezado Assinante:

Rio de Janeiro, RJ
1º de julho de 1996

O Evangelho testemunha esta tensão dialética: a pobreza socioeconômica é **intolerável para Deus** e esta mesma pobreza socioeconômica é **caminho privilegiado para o encontro com Deus**. INTOLERÁVEL e PRIVILEGIADO: Faces distintas mas complementares e mutuamente revitalizantes? Dimensões de fundo de uma só realidade? Ou dimensões irreconciliáveis para o pensamento e a prática? Polarização paralisante? Ou polaridade fecunda? Suprimir ou superar? Distinguir sem separar? Unir sem confundir? Fraturas dentro do coração e da vida? **Resposta rápida, perfunctória e clara** em termos de princípio: concepções em tensão que moldam com sua dialética toda a espiritualidade do Religioso. Será preciso, portanto, conciliar, compatibilizar, reconciliar.

— **Bem-aventurados os POBRES**, desprovidos de apoio econômico e social, incapazes de se valer por si mesmos, incapazes de fazer valer os seus direitos. Pobres DE ESPÍRITO, isto é, realmente pobres diante de Deus e dos homens.

— **Bem-aventurados os FAMINTOS**, privados dos meios econômicos e sociais para saciar a fome.

— **Bem-aventurados os AFLITOS**, cuja aflição externa é proveniente de sua marginalização econômica e social.

A libertação destas situações de opressão causadas pela ausência dos meios econômicos e sociais — a pobreza — é parte essencial e inalienável do anúncio do Evangelho. **Sentir com a Igreja**, não apenas sob o aspecto da ortodoxia dogmática. Mais ainda: sob o aspecto do sentido mesmo da Igreja, ou seja, comunidade onde os pobres têm precedência como receptores e anunciadores do Evangelho. O serviço divino implica hoje uma prática que seja também luta pela justiça como **expressão contundente de busca da coerência entre fé e vida**. Lutar contra o mal até a última possibilidade. O cristianismo é fundamentalmente prática, dinamismo de caridade, práxis, amor expresso tangivelmente.

Pobreza numa perspectiva socioeconômica, **intolerável para Deus**. Não é um valor. É uma situação a se corrigir. Uma ignóbil e clamorosa injustiça. Não é um ideal a se alcançar. É um fato ofensivo à justiça e à misericórdia de Deus. Diminui o próximo e o ser de Deus presente na pessoa. **Desumaniza, profana e despoja** de sua dignidade mínima. Dificulta ou impede a formação de sua dignidade psico-afetiva e da consciência de sua cidadania. Nossa sociedade é injusta e aética. Há nela um princípio de desumanização gerador de relações antagônicas, uma **forma anônima e inelutável que gera pobreza e exclusão** como produto normal de seu funcionamento transformando as pessoas em escória, casta inferior, párias da sociedade.

Numa perspectiva evangélica, pobreza socioeconômica, **caminho privilegiado para o encontro com Deus**. Atitude interior espiritual de desapego efetivo dos bens materiais e disponibilidade ao amor de Deus. Atitude de alma, exercício para maior união com Deus na oração, na contemplação, no serviço aos irmãos. **Completa necessidade de Deus**. Libertação do fascínio do poder e do prazer. Assim entendida, a pobreza socioeconômica testemunha Deus como única e verdadeira riqueza do coração humano, única atitude coerente com nossa opção de vida. Exigência para todo aquele que quer levar a sério o Evangelho. Não se vive com autenticidade a vida cristã sem essa pobreza. **Não há forma criativa de SEGUIR Jesus que dispense a pobreza socioeconômica** como elemento imprescindível de realização do Religioso.

A riqueza contradiz o SEGUIMENTO. Avassala a pessoa. Tiraniza. Embota a consciência. Isola. Bloqueia o coração. Tem impulsos centrífugos e desagregadores particularmente ativos. A vida do Religioso numa situação de abundância dos bens de consumo perde de vista seus próprios fins. Tanto mais assegurada materialmente, menos produtiva religiosamente se revela a vida do Religioso. **Na riqueza, a esterilidade e a secreta opção pelo tesouro da terra**. O objetivo da Vida Religiosa é encontrar para si a riqueza na pobreza socioeconômica assumida. Pobreza evangélica, critério de ponderação da veracidade de nosso SEGUIMENTO.

DEUS, de quem todo **DOM** perfeito provém, o abençoe e o guarde são e salvo. Volte para você seu rosto de olhar sereno e lhe conceda a bênção, o perdão e a paz. **MARIA**, Mãe de Deus e nossa também, interceda por nós. Amém. Sempre ao seu inteiro dispor, com afeto e estima fraterna, subscrevo-me,

atenciosamente

Pe. MARCOS DE LIMA, SDB